

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

João Marcelo Correia Sanches

**ENTRE RISCOS:**

Linguagens e relações de poder conflituosas entre a pichação  
campo-grandense e a mídia local

**JOÃO MARCELO CORREIA SANCHES**

**ENTRE RISCOS:**

Linguagens e relações de poder conflituosas entre a pichação  
campo-grandense e a mídia local

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação da  
Universidade Federal de Mato Grosso do  
Sul para a obtenção do título de Mestre  
em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e  
Representação Social

Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e  
Regionalidade

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara  
França

# **JOÃO MARCELO CORREIA SANCHES**

## **ENTRE RISCOS:**

Linguagens e relações de poder conflituosas entre a pichação  
campo-grandense e a mídia local

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social

Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França

Campo Grande, MS, 09 de setembro de 2019.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França (Orientador — Presidente)  
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Marcos Paulo da Silva (Avaliador — Membro Titular)  
Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Jacir Alfonso Zanatta (Avaliador — Membro Titular)  
Doutor em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, Brasil  
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que, por diferentes percursos ao longa da minha vida, propiciou a mim a chance de hoje concluir a primeira etapa rumo à realização do meu sonho profissional. Também por manter saudáveis aqueles que me são próximos, principalmente os familiares, a quem devo todo o crédito por chegar em um processo seletivo de mestrado com condições de ser aprovado.

Agradeço à minha mãe, Fátima, por ter me oferecido a oportunidade de estudar em excelentes escolas que ajudaram a moldar a pessoa que sou hoje, e por ter me motivado – de maneira e por motivos errados – a perseguir a conclusão do mestrado; ao meu pai, Luiz, por permitir que os estudos fossem minha única prioridade durante toda a minha faculdade de Jornalismo até agora, na conclusão da pós-graduação. Por ter me acalmado nos inúmeros momentos de desespero para poder, agora, compartilhar a vibração deste momento de alegria; ao meu irmão favorito, Luiz Gabriel, que, mesmo longe, torcia pelo meu sucesso e que teve participação direta na conclusão da dissertação quando me presenteou com um computador novo; à minha “mãedrastra”, Doris, pelo eterno zelo e carinho dedicados a mim e ao Luke; ao “tio-papai” Simeão pela preocupação; às tias Martha e Nilda, pelas longas e terapêuticas conversas que poderiam sempre se estender mais um pouco; e a todos membros da família, próximos ou separados pela distância, em presença física ou espiritual, que me acompanharam neste processo e estiveram sempre na torcida.

Aos meus queridos parceiros de TCC, Gustavo Arakaki Henrique e Thaís Lopes Pimenta, que estiveram ao meu lado no início desta longa jornada de pesquisas sobre a cultura urbana campo-grandense, ainda durante a nossa graduação, e a quem eu devo alguns dos melhores momentos propiciados pela vida universitária – incluindo a produção de um documentário que será eterno motivo de orgulho para todos nós.

À Letícia Rufino, minha companheira durante grande parte deste processo tão desgastante psicologicamente, que esteve presente nos altos e baixos, nas mudanças de humor e nos desabafos necessários, oferecendo a mim o suporte para seguir adiante.

Aos muitos amigos, colegas de escola, faculdade, banda, mestrado, trabalho ou de outras circunstâncias – os quais não cito nomes por receio de cometer injustiças – que, sem dúvida, seguirão sendo meu porto seguro para o resto da vida;

pelas inúmeras vezes em que me questionaram sobre o andamento – “Ainda não acabou? O que é que falta?” – e ouviram “Só mais uma parte que é rápida de escrever” como resposta.

Aos pichadores, protagonistas deste trabalho, que confiaram a mim informações pessoais, vivências e histórias as quais espero ter feito justiça por meio das palavras. Também por terem me apresentado a diferentes realidades dentro da cidade de Campo Grande.

À editora-chefe do Campo Grande News, Ângela Kempfer, pela valiosíssima contribuição por meio da cessão de uma cópia da pesquisa sobre consumo de notícias em Mato Grosso do Sul realizada pelo IPEMS, que serviu de base estatística para corroborar nossas escolhas relacionadas à análise de conteúdo aplicada neste trabalho.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição a qual sonhava ingressar quando criança e que, hoje, realiza-me como adulto; por conseguinte, a todos os profissionais que fizeram e fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), em todos os seus setores, com destaque especial para a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França, pela orientação na pesquisa e pela cumplicidade durante exaustivos dois anos e meio, e para o Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva, tanto pela disponibilidade para ajudar em meio a outros compromissos quanto pelas valiosas e pontuais sugestões de leitura, fundamentais nos rumos que esta pesquisa seguiu desde a sua concepção, no início de 2017 – quando era ainda um simples anteprojeto de dez páginas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – sem a qual o meu sonho de ser mestre em Comunicação não seria possível – pelo suporte concedido durante dois anos com a bolsa de estudos e por continuar a acreditar na ciência brasileira e em seu poder transformador.

Por fim, agradeço novamente a Deus por ter colocado em meu caminho, no dia 4 de maio de 2017, minha maior e melhor companhia durante esta jornada, e que assim permanecerá sendo por muitas outras que virão. Desculpe-me pela falta de passeios e obrigado pelo amor incondicional – recíproco –, Luke.

*“Nosso maior objetivo é dar um tapa na cara da sociedade, mostrar que a falta de lazer nos bairros periféricos favorece a criação de outras formas de diversão pelos excluídos. Muitos picham para obter a mesma sensação de um burguês ao comprar o carro do ano, ou seja, para se sentir alguém. No início dos anos 80 a pichação consistia em escrever exaustivamente o próprio nome em grande escala dentro de inúmeros bairros e avenidas da cidade. No Brasil, a prática se iniciou nas grandes metrópoles, como São Paulo, e acabou se espalhando por todo o país. De acordo com a lei brasileira, a prática da pichação é considerada ato de vandalismo. De certa forma a sociedade tem razão em associar a pichação ao vandalismo já que ela é feita sem autorização e acaba modificando a estética da cidade. Discordo que seja um ato vândalo na intenção de destruir, mas sim de interferir. Luciano Spinelli (sociólogo), diz: ‘eles picham para os outros pichadores verem porque a sociedade em geral não valoriza a atividade, esses jovens não pretendem nada mais do que estar juntos pelas paredes’. A pichação é uma forma de protesto pela sua própria existência, ela não diz nada, mas ao mesmo tempo é uma linguagem que fala sozinha.”*

*(União 163 apud Daniel Mittmann)*

## RESUMO

A pesquisa a seguir se propõe a analisar a discursividade na pichação e como ela se coloca como instrumento de contrapoder e contestação ao *status quo*. Para tanto, faz-se uso da hermenêutica de profundidade de John Brookshire Thompson com intuito de dividir o trabalho em três etapas, seguindo a proposta do autor: *análise sócio-histórica* da atividade – avançando de um espectro global para o regional, focando no desenvolvimento da pichação em Campo Grande, Mato Grosso do Sul – e *de identidade* do sujeito pichador, para compreensão dos agentes como membros de um grupo social fechado, motivados por diversos fatores; *análise discursiva*, utilizando a fundamentação teórica de Roland Barthes e sua divisão de linguagens em socioletos *acráticos* e *enacráticos* para classificar o picho como sendo *paradoxal*, além das conceituações de relações de poder e análise dos sistemas punitivos de Michel Foucault; e a *interpretação e reinterpretação* dos dados obtidos, por meio de uma releitura de conteúdo midiático on-line propagado sobre o tema na imprensa campo-grandense, apoiada nos conhecimentos de Laurence Bardin e suas proposições acerca de categorização para discernir formas discursivas estereotipadas que vão de encontro ao discurso *do poder* e são repetidamente empregadas ao se trabalhar a pichação em matérias. O material utilizado é fruto de pesquisa exploratória, levantamento bibliográfico e análise quantitativa/qualitativa.

**Palavras-chave:** Campo Grande. Pichação. Discurso. Mídia. Poder. Comunicação.

## ABSTRACT

The following research proposes itself to analyze the discursiveness of the Brazilian graffiti, known as *pichação*, and how it is currently used as an instrument to counter-power and challenge the status quo. In order to do so, John Brookshire Thompson's depth hermeneutics is used to divide the work into three stages, following the author's proposition: *Sociohistorical Analysis* of the activity – moving from a global to a regional spectrum, focusing in the development of *pichação* in Campo Grande, Mato Grosso do Sul – and analysis of *the identity* of the writer, so that we may comprehend the agents as members of a closed social group, motivated by several factors; *Discursive Analysis*, using the theoretical basis of Roland Barthes and his division of languages in *acritic* and *encritic* sociolects to classify the writings as *paradoxical*, in addition to the conceptualizations of power relations and analysis of the punitive systems from Michel Foucault; and *Interpretation and re-interpretation* of the data obtained, through a re-reading of online media content propagated on the subject in Campo Grande's press, supported by Laurence Bardin's knowledge and her propositions about categorization to discern stereotyped discursive forms that meet the discourse of power and are repeatedly employed while working the graffiti on the news. The material used is the result of exploratory research, bibliographic survey and quantitative/ qualitative analysis.

**Keywords:** Campo Grande. Tagging. Discourse. Media. Power. Communication.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Fotografia 1</b> – Pichação “Abaixo a Ditadura” .....	34
<b>Fotografia 2</b> – Pichação protesta contra o fechamento do restaurante estudantil “Calabouço” .....	35
<b>Fotografia 3</b> – Pichação da organização terrorista “Comando de Caça aos Comunistas” .....	36
<b>Fotografia 4</b> – Estudante produz pichação durante a ditadura militar brasileira ...	38
<b>Fotografia 5</b> – Retrato feito por Sérgio Sade para reportagem da revista Veja, 6 de julho de 1977, de “Tozinho” e sua propaganda .....	41
<b>Fotografia 6</b> – Reprodução da tag Psicose (Mocs) .....	43
<b>Fotografia 7</b> – Reprodução feita por Tox da pichação “João Vilela” .....	44
<b>Fotografia 8</b> – Registro de uma das mais antigas assinaturas da crew ATTACK NOTURNO, 2003 .....	46
<b>Fotografia 9</b> – Pichação no estádio Morenã feita em alusão à Copa do Mundo Masculina de Futebol no Brasil .....	47
<b>Fotografia 10</b> – Grapicho da crew DANE*SE .....	48
<b>Fotografia 11</b> – Assinaturas de RASTRO MCN e TUBA, 2019 .....	49
<b>Fotografia 12</b> – INOCENTE e RASTRO MCN na tradicional pichação em vagões de trem, 2015 .....	50
<b>Fotografia 13</b> – “HORROR” (Fortunato) na parede do córrego da Avenida Ernesto Geisel, Campo Grande-MS .....	52
<b>Fotografia 14</b> – Atual assinatura de Fortunato (FOR) .....	53
<b>Fotografia 15</b> – Pichação no muro da residência do ex-prefeito de Campo Grande Alcides Bernal .....	76
<b>Fotografia 16</b> – Abordagem policial no dia 07/06/2015 contra possível ação de pichadores .....	129
<b>Fotografia 17</b> – Pichação escrita durante o Carnaval de rua em 2018 .....	153

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Meios de comunicação utilizados para tomar conhecimento das notícias/MS .....	108
<b>Gráfico 2</b> – Relação anual entre número de ocorrências de pichação registradas x soma de publicações sobre o assunto em MS nas mídias selecionadas .....	113

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Meios de comunicação x Capital/Interior .....	108
<b>Tabela 2</b> – Site de notícias x Capital/Interior .....	109
<b>Tabela 3</b> – Contabilização e categorização de material disponível na ferramenta de busca do portal Campo Grande News entre 2012 e 2018.....	119
<b>Tabela 4</b> – Contabilização e categorização de material disponível na ferramenta de busca do jornal Correio do Estado entre 2012 e 2018 .....	121
<b>Tabela 5</b> – Contabilização e categorização de material disponível na ferramenta de busca do portal Midiamax entre 2012 e 2018.....	122
<b>Tabela 6</b> – Soma dos dados categorizados dos três portais de notícia on-line selecionados entre 2012 e 2018 .....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

GMCG	Guarda Municipal de Campo Grande
Decat	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista
PP	Partido Progressista (partido político)
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira (partido político)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
IGU	Intervenção Gráfica Urbana
HP	Hermenêutica de profundidade
CRS	<i>Corps Republicam de Securité</i>
MTA	<i>Metropolitan Transportation Authority</i>
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
TGO	Torcida Garra Operariana
Febem	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
LGBT   LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
RSF	Repórteres sem Fronteiras
Infopen	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (partido político)
PT	Partido dos Trabalhadores (partido político)
AD	Análise do Discurso
MCM	Meios de Comunicação de Massa

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO E A IDENTIDADE PICHADORA</b> .....	24
<b>2.1 DA ARTE RUPESTRE À INTERVENÇÃO URBANA</b> .....	25
<b>2.1.1 Protesto e vandalismo: a pichação brasileira</b> .....	33
<b>2.1.1.1 O picho em Campo Grande – MS</b> .....	43
<b>2.2 IDENTIDADE LÍQUIDA E COMPORTAMENTO DESVIANTE</b> .....	55
<b>2.2.1 Concepções de identidade</b> .....	56
<b>2.2.2 Desvio beckeriano: o pichador como outsider</b> .....	64
<b>3 RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM E PODER NAS PERSPECTIVAS DE MICHEL FOUCAULT E ROLAND BARTHES</b> .....	79
<b>3.1 INSERÇÃO DO PICHO NA DIVISÃO DE LINGUAGENS         BARTHESIANA</b> .....	79
<b>3.2 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA</b> .....	86
<b>3.2.1 Delinquência e justiça</b> .....	91
<b>4 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	98
<b>4.1 A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE</b> .....	99
<b>4.2 QUANDO O PICHO É NOTÍCIA</b> .....	103
<b>4.2.1 Análise quantitativa: o on-line campo-grandense</b> .....	107
<b>4.2.2 Análise qualitativa: Bardin e a categorização do conteúdo</b> .....	115
<b>4.2.2.1 Os textos simbióticos</b> .....	125
<b>4.2.2.2 Escolhendo lados: notícias normativas</b> .....	131
<b>4.2.2.3 A pichação como adjetivo: menções descontextualizadas</b> .....	151
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160
<b>ANEXOS</b> .....	172

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 27 de abril de 2013, a então gestão da prefeitura municipal de Campo Grande, MS, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura (Fundac), implantava a primeira edição do projeto “Campo Grande contra a pichação”, com base em dados apresentados pela inteligência da Guarda Municipal (GMCG) e pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista (Decat). Tais dados demonstravam um aumento expressivo na quantidade de edificações públicas e privadas pichadas na capital e a necessidade de uma resposta do prefeito Alcides Bernal (PP<sup>1</sup>) para uma parcela da sociedade campo-grandense. A proposta do projeto era promover o grafite, legalizado por lei<sup>2</sup>, com o intuito de cobrir pichações e premiar os melhores artistas; coibir o “vandalismo” com o “socialmente legitimado”.

Mesmo ainda leigo no assunto, a ação me<sup>3</sup> pareceu incoerente pelo fato de as duas intervenções serem esteticamente bastante diferentes, e essa possível contradição foi o que me aproximou dos estudos relacionados ao “pixo”<sup>4</sup>. Naquele momento, iniciei as pesquisas direcionadas para a questão da categorização de conteúdo artístico e a relação, averiguada no processo, de cumplicidade entre a pichação e o grafite. O objetivo era testar a hipótese de que, assim como o grafite foi resultado do desenvolvimento da pichação na década de 1960, os grafiteiros também mantinham uma conexão direta ou indireta com o seu precursor; conexão esta que não corroborava a relação dicotômica de solução/problema entre as

---

<sup>1</sup> Partido Progressista. Partido político.

<sup>2</sup> Segundo a Lei nº 12.408, de 25 de Maio de 2011, “não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.”

<sup>3</sup> Por abordar algumas experiências pessoais – individuais ou coletivas – e com pessoas não envolvidas nesta atual pesquisa, preferi iniciar o texto fazendo uso da locução na primeira pessoa do singular (eu).

<sup>4</sup> O pesquisador Daniel Mittmann, em sua dissertação “O sujeito-pixador: Tensões acerca da prática da pichação paulista” (2012), explica que no contexto de São Paulo, a grafia com “x” remete diretamente à chamada *Escola Paulista de Pichação* e ao estilo de letras retas, que foi por lá desenvolvido principalmente nos anos 1990. Esse tipo de pichação é a maior referência dos pichadores campo-grandenses, de acordo com os próprios, mas nem por isso a preocupação com o uso do “x” ou “ch” é refletida por aqui. Em minhas pesquisas, os termos “pichação”, “picho”, “pixação” e “pixo” são encontrados aleatoriamente, configurando “pixo” apenas como forma abreviada.

intervenções, proposta pelas políticas públicas da época. Em parceria com amigos jornalistas<sup>5</sup>, os estudos decorrentes sobre o assunto foram utilizados em diversos trabalhos durante o curso de graduação em Jornalismo e culminaram, no ano de 2014, no documentário “Contra a Parede – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS”<sup>6</sup>, que foi desenvolvido como trabalho de conclusão de curso (TCC), focado principalmente na dualidade supracitada e explanado pelos próprios agentes da atividade.

O tema pesquisado foi “incomodamente” ocupando maior espaço no cotidiano dos cidadãos da capital, tanto pelo aumento no número de ocorrências<sup>7</sup> quanto pela sua cobertura midiática<sup>8</sup>. Entretanto, nos sites, jornais impressos e televisivos, o assunto foi trabalhado repetidas vezes propagando discursos caracterizados como senso comum – de acordo com a noção aristotélica de *doxa* (BARTHES, 1988; THOMPSON, 2002) –, propondo debates sem dar voz àqueles que precisam do anonimato para a perpetuação de sua atividade. Dentro da rotina pautada na urgência do jornalista, a figura do pichador pode tornar-se cômoda: um indivíduo de difícil acesso; alguém que evita ser entrevistado por não poder confiar o seu bem-estar a um desconhecido que o questiona, e que difama a imprensa e seus profissionais pelo modo como são retratados pelos mesmos. Ao deixar de ouvir o lado de quem pratica atos considerados inconcebíveis para muitos, o jornalismo tende a aproximar o assunto de uma abordagem criminal ou penal que desconsidera questões sociais entrelaçadas no ato de pichar.

---

<sup>5</sup> As entrevistas foram feitas em conjunto com os jornalistas Gustavo Arakaki Henrique e Thaís Lopes Pimenta, durante os anos de 2013, 2014 e início de 2015.

<sup>6</sup> HENRIQUE, Gustavo Arakaki; SANCHES, João Marcelo Correia; PIMENTA, Thaís Lopes. *Contra a Parede – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS*. TCC (bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

<sup>7</sup> Segundo dados da Decat, o número de registros de ocorrências saltou de 89, em 2013, para 135 casos em 2014 – período em que desenvolvi minhas pesquisas sobre o tema.

<sup>8</sup> No intervalo de tempo entre o dia 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, foram encontradas no arquivo digital do jornal impresso *Correio do Estado* ([www.correiodoestado.com.br](http://www.correiodoestado.com.br)) e dos portais de notícias Midiamax ([www.midiamax.com.br](http://www.midiamax.com.br)) e Campo Grande News ([www.campograndenews.com.br](http://www.campograndenews.com.br)), respectivamente, 18, 19 e 159 matérias onde o termo *pichação* e derivações próximas são mencionados. Esses são três dos principais veículos de comunicação no estado de Mato Grosso do Sul e que possuem acervo on-line para pesquisa, mas não foram os únicos a reportar o assunto: os demais sites na internet, impressos e redes de televisão locais também debateram a questão da pichação durante o mesmo período.

Em 2017, as intervenções gráficas urbanas (IGUs<sup>9</sup>) como um todo voltaram a ser discutidas, agora em âmbito nacional, por conta do programa *Cidade Linda* do então prefeito de São Paulo – SP, João Doria (PSDB<sup>10</sup>). É interessante analisar o discurso dentro de um programa que promove uma *maré cinza*<sup>11</sup> pelas ruas da capital paulista e denomina-se “lindo”; que, como a maioria dos programas antipicho promovidos por prefeituras de todo o Brasil, qualifica como feio a expressão de um indivíduo periférico e linda a paleta de cores utilizada exaustivamente nos enormes prédios que ocupam o cenário urbano, sem que o cidadão também seja questionado se acha aquilo agradável ou não; também como acontece em grande parte dos locais onde se aplica uma política de combate às pichações, a repreensão policial é intensificada e o lobby<sup>12</sup> para que leis mais severas sejam aprovadas é reacendido. Como se nada fosse suficiente, essa série de medidas chega, em alguns casos, a intensificar a atividade, reforçando o estigma do discurso de resistência que a pichação carrega (FERNANDES, 2011).

A pichação não será apagada do dia para a noite com litros e mais litros de tinta cinza e tampouco serão resolvidos num estalar de dedos os problemas sociais e relações desiguais que a pichação denuncia. Cabe ao pesquisador trazer à luz as questões ideológicas que o tema oferece e propor diálogos orientados por novos argumentos.

Dentre as referências observadas para o TCC, encontrava-se o livro “Outsiders”<sup>13</sup>, de Howard Becker (2009). Naquela ocasião, pude me familiarizar com os conceitos de comportamento desviante e grupos sociais marginalizados que serão indispensáveis nesta pesquisa, ainda que estivéssemos fazendo um trabalho

---

<sup>9</sup> Esta expressão foi cunhada em trabalhos prévios em que tive participação para representar tanto a pichação quanto o grafite, com objetivo principal de não expressar opiniões acerca da dicotomia entre o que é ou não considerado arte, e poderá aparecer também de forma abreviada.

<sup>10</sup> Partido da Social Democracia Brasileira. Partido político.

<sup>11</sup> ALESSI, Gil. A ‘maré cinza’ de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. *El País*. São Paulo, 25 jan. 2017, Brasil.

<sup>12</sup> Nas palavras de Rodolfo F. Alves Pena, o lobby pode ser definido como “toda e qualquer prática exercida por pessoas ou empresas para influenciar os espaços decisórios do poder público, atuando tanto no Executivo quanto no Legislativo, sendo mais frequente nesse último setor mencionado”. Seria, em suma, uma maneira de “convencer parlamentares ou executivos do governo (além de funcionários próximos, como assessores e secretários) a tomar uma determinada decisão para atender a interesses particulares ou gerais”. Fonte: Brasil Escola, disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/lobby.htm>

<sup>13</sup> BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 2009.

voltado prioritariamente para a diferenciação (ou equalização) das IGU entre si. Com o autor estado-unidense, é possível encontrar também uma descrição precisa do que vivencia um pesquisador de temas controversos, principalmente acerca da isenção:

É da natureza do fenômeno do desvio que a dificuldade que qualquer pessoa encontra para estudar os dois lados do processo e captar precisamente as perspectivas de ambas as classes de participantes, infratores e impositores de regras. Não que isso seja impossível, mas a necessidade de ganhar acesso a situações e à confiança dos envolvidos num período razoável de tempo significa que provavelmente vamos estudar o quadro a partir de um lado ou de outro. Seja qual for a classe de participantes que escolhermos estudar, e cujo ponto de vista escolhermos portanto adotar, seremos provavelmente acusados de "tendenciosidade". Será dito que não estamos fazendo justiça ao ponto de vista do grupo oposto. Ao apresentar as racionalizações e justificativas que um grupo oferece para fazer as coisas como faz, daremos a impressão de aceitar essas racionalizações e justificativas e de acusar os outros participantes da transação com as palavras de seus oponentes (BECKER, 2009, p. 175).

Julgo ser importantíssimo frisar o fim deste trecho para esclarecer que, por mais que surja empatia e/ou simpatia pelas causas e ideologias dos objetos de estudo, não necessariamente oferecerei dados comprometidos como resultado:

O que estamos apresentando não é uma visão distorcida da "realidade", mas aquela que se apresenta às pessoas que estudamos, a realidade que elas criam por meio de suas interpretações de sua experiência e em termos da qual agem. Se não conseguirmos apresentar essa realidade não teremos alcançado plena compreensão sociológica do fenômeno que buscamos explicar (BECKER, 2009, p. 176).

Enquanto observava o comportamento dos sujeitos de pesquisa em suas atividades, não consegui identificar características comuns aos indivíduos que fossem, de certa forma, obrigatórias para a sensação e legitimação do pertencimento aos respectivos grupos. Em um segundo momento, os variados discursos encontrados sugeriam que a criação de um estereótipo que reduzisse o sujeito pichador a uma única identidade seria um equívoco principalmente para fins de pesquisa; ainda assim, iam de encontro com o processo de identificação em

etapas usual em desviantes, tal qual Becker (2009) aponta para usuários de maconha e músicos de casas noturnas.

Estes pontos direcionaram a pesquisa para os estudos de identidade. Havia, porém, outros elementos do discurso dos pichadores que eram passíveis de análise; entre eles, a observação pessoal de que, direta ou indiretamente, o protesto contra algo ou alguém está sempre presente nas ações. Levando em conta o contexto dialógico de comunicação, em que grande parte da sociedade absorve as mensagens propostas pelos pichadores com ruídos, ao passo que o grupo social estudado compreende e comunica-se sem empecilhos como uma forma de resistência, direcionei o levantamento bibliográfico para a semiologia de Roland Barthes e as relações de poder de Michel Foucault.

Considerando a acepção de *semiótica* como termo mais abrangente para a definir o estudo dos signos, a opção pela *semiologia* proposta por Barthes (1988) – derivada da tradição semiolinguística de Ferdinand de Saussure – deve-se ao fato de que esta vai além da linguística e serve como instrumento de estudo para fenômenos translinguísticos e códigos culturais (NÖTH, 2006); o autor francês utiliza-se de pontos da literatura, sociologia e linguística para propor uma análise que seja menos mecânica (em “estado newtoniano”) e que priorize a relativização (que opere a “revolução einsteiniana”) do lugar de fala do linguista em diferentes grupos e contextos sociais (BARTHES, 1988, p. 96).

Em seu livro “O Rumor da Língua”, Barthes (1988) afirma que nós, como sociedade, vivemos em um contexto social de divisão e guerra entre linguagens. Em meio ao apogeu da revolução tecnológica do fim do século XX e início do XXI, que introduziu aos internautas a *web 2.0* e o universo interativo das redes sociais, há uma distribuição de conteúdo e informações tão poderosa quanto incessante, aproximando-se da “circulação de símbolos homogênea” trabalhada pelo autor na década de 1970; ao mesmo tempo, existe também uma crescente intolerância com discursos divergentes que é causa ou consequência (cabe aqui uma discussão interessante) da segmentação dos gostos (BARTHES, 1988, p. 91), gerando uma falta de interesse nas tentativas de compreensão daquilo que, a princípio, não agrada a determinado indivíduo. Para exemplificar este panorama conflituoso,

encontra-se o embate entre sociedade/poder público/mídia diante das pichações e seus discursos de natureza contestadora.

Esse fenômeno social, que é comum aos grandes centros urbanos e que, de maneira geral, é socialmente abominável<sup>14</sup>, exemplifica conceitos barthesianos como a divisão de duas atividades de linguagem: “escuta e fala” (BARTHES, 1988, p.91); ou, como alguns linguistas já propuseram, a língua como é falada e emitida contra a gramática passiva da recepção. Discutir-se-á também: as construções baseadas em *idioletos*<sup>15</sup> e “linguagens coletivas”; a relevância da divisão de classes e como isso é absorvido pelo discurso do pichador; e finalmente, os conceitos de “*socioletos*”<sup>16</sup> e a fala dos grupos externos a ou inseridos em uma posição de poder (BARTHES, 1988).

Em Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018), analisando principalmente obras pertencentes a sua segunda fase – por vezes considerada pós-estruturalista (MASARO, 2018) –, traçamos<sup>17</sup> um paralelo com sua visão de poder em um eixo genealógico, que age em diferentes segmentos da vida do indivíduo e promove controle social. Seus estudos dialogam diretamente com a definição de *socioletos encráticos* (BARTHES, 1988), propagados por grupos em posição privilegiada nas relações de poder, e se encaixam na análise sócio-histórica da proposta metodológica de Thompson (2002) quanto à evolução destas relações em leis e códigos penais que serão aplicadas no contexto da pichação. Partindo do pressuposto de que “a questão do poder está numa relação de forças em que o sujeito nem sempre aceita a regulação passivamente e desencadeia gestos de

---

<sup>14</sup> Além dos já mencionados “Campo Grande contra a pichação” e “Cidade Linda”, outras medidas que ilustram a rejeição social e política dos pichos são mencionadas na dissertação de Daniel Mittmann. Segundo o autor, programas de combate já foram aplicados em “importantes centros urbanos como São José dos Campos e Campinas e chegando inclusive em cidades de pequeno e médio porte como Limeira, Rio Claro, Indaiatuba e Monte Mor” (MITTMANN, 2012, p. 14-15).

<sup>15</sup> Variação linguística própria de um indivíduo, englobando seu vocabulário, metáforas e os respectivos arranjos destes em frases ao se comunicar. Segundo Barthes (1988, p. 92), “[...] pensa-se, a unidade idiomática reconstitui-se ao nível do locutor, dotado de uma linguagem sua, de uma constante individual de fala, a que se chama um *idiolecto*: as *espécies* de linguagem não seriam mais do que estados intermédios, flutuantes, ‘divertidos’ (revelando de uma espécie de folclore social)”.

<sup>16</sup> “É tempo de dar um nome a essas linguagens sociais recortadas na massa idiomática e cujo carácter estanque, por existencial que a princípio o tenhamos sentido, segue através de todas as correias de transmissão, de todas as gradações e complicações que é lícito conceber a divisão e a oposição das classes: chamemos a essas linguagens de grupo *sociolectos* (por oposição evidente ao *idiolecto*, ou o falar de um único indivíduo)” (BARTHES, 1988, p. 96). Podem ser definidos como a variação linguística existente em grupos ou classes sociais, diferenciando-se de aspectos regionais como sotaques e dialetos.

<sup>17</sup> A partir deste ponto em diante, será empregada a primeira pessoa do plural (nós) para apontar a produção de material novo sob orientação e parceria com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França.

resistência” (FERNANDES, 2011, p. 1), o filósofo francês nos pareceu necessário de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa.

O corpus da pesquisa consistirá na caracterização, por meio de diferentes produtos e em diferentes mídias, do discurso *acrático* da pichação; conseqüentemente, encapsulando ideologias *encláticas* (BARTHES, 1988) fundamentadas em uma análise de conteúdo (BARDIN, 1979) da imprensa de Campo Grande – MS. Entre os materiais, destacam-se os documentários *Style Wars* (1984)<sup>18</sup> e a versão final do documentário “Contra a Parede – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS” (2015)<sup>19</sup>, que consiste em uma extensão da versão entregue como Trabalho de Conclusão de Curso, contendo algumas entrevistas que não puderam ser realizadas anteriormente e que julgávamos ser um acréscimo importante para o projeto. A opção por estas películas é embasada na contextualização histórica propiciada pela primeira e pelo aspecto regional trazido pela mais recente, adicionando ainda o fato de considerar que todos os discursos divergentes dentro do grupo social das intervenções gráficas urbanas estão muito bem representados em ambas.

Para fins de pesquisa, serão observadas, entre outras, as falas referentes às seguintes dualidades: profanação de patrimônios públicos/privados; identificação ou não com o campo das artes; respeito ou não às intervenções de outros pichadores/grafiteiros quanto a deixar a sua marca por cima de outras; a pichação orientada pelo ego e demarcação de território ou motivada por um protesto específico – sendo aqui ambas consideradas formas de discurso contra o *poder*, conceito que será aprofundado no próximo capítulo –; a pouca idade e o ócio como característica comum aos agentes da pichação ou a prática por jovens adultos com vínculos empregatícios; pichar ou manter livre de marcações os locais em que os pichadores habitam, configurando uma possível incoerência na ação como um todo.

Acreditamos que a riqueza deste tema não se encontra somente na quantidade de teorias sociológicas, análises semiológicas e de discurso que serão

---

<sup>18</sup> STYLE Wars. Direção: Tony Silver. Produção: Henry Chalfant, Tony Silver. Intérpretes: vários. Estados Unidos: Public Art Films, Plexifilm, 1983 (televisão), 1984 (cinemas). 70 min.

<sup>19</sup> CONTRA A PAREDE – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS. [Documentário]. Produção de Gustavo Arakaki Henrique, João Marcelo Correia Sanches e Thaís Lopes Pimenta. *YouTube*. 26 fev. 2015. Duração: 51 min 05 s.

aplicadas neste trabalho, nem mesmo nas inúmeras outras linhas de pesquisa que podem ser traçadas utilizando o mesmo corpus; a pichação é tanto consequência de problemas contemporâneos quanto herança de questões históricas. Ela é um elemento importante para discutir o espaço urbano e a especulação imobiliária<sup>20</sup> (MITTMANN, 2012, p. 94), o desenvolvimento centralizado de cidades e a marginalização: itens do cotidiano de grandes centros, regiões metropolitanas e cidades em expansão, como a capital sul-mato-grossense.

Importante também é a construção de um banco de dados sobre as IGUs regionais para futuras pesquisas, principalmente porque o fenômeno é mais recente em Campo Grande – MS do que em São Paulo – SP, cidade considerada o berço do picho (ou *pixo*) no Brasil, e seus passos encontram-se mais fáceis de serem rastreados na construção de uma linha do tempo da atividade. A própria utilização de técnicas e estilos paulistas já conferiu à pichação local traços de regionalidade e características presentes na maioria das marcações deixadas pelos muros da cidade, e a pesquisa aqui desenvolvida pode contribuir na mesma medida para fomentar tais análises.

Ao abordar um assunto que se faz presente de maneira concreta por todas as regiões da cidade, em diferentes contextos, a pesquisa exploratória se torna uma constante fundamental durante todo o processo. Constante, pois nossa atividade de observação do tema teve início em 2013, perdura até o presente momento de elaboração da dissertação e certamente nos acompanhará posteriormente, como pesquisadores ou ávidos espectadores. As primeiras entrevistas, realizadas há

---

<sup>20</sup> “A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um *sítio social* ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alugar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O *marketing* urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços” (SANTOS, 1993, p. 96). A pichação interfere neste processo da especulação na medida em que é, de modo geral, oriunda de indivíduos com menos recursos – habitantes das periferias – e direcionada às “áreas privilegiadas”, com intuito de desvalorizar tais espaços financeiramente; isso acontece devido ao estigma de sujeira/abandono que um picho sugere ao seu suporte, conseqüentemente quebrando a “expectativa” de um ambiente higienizado e seguro.

quatro anos com agentes envolvidos por diversos elementos com o fenômeno social, e concedidas para a elaboração do TCC, foram complementadas por novos encontros com indivíduos que forneceram informações atualizadas.

Concomitantemente, o levantamento bibliográfico feito durante o mestrado trouxe novas abordagens para os materiais previamente adquiridos e direcionou o emprego de determinados autores e teorias nas análises, com foco na semiologia barthesiana. Para a organização destes, será empregada a hermenêutica de profundidade<sup>21</sup> (HP), do sociólogo John Brookshire Thompson, como instrumento metodológico. De acordo com Paula Regina Puhl (2003, p. 14), a “HP prioriza o estudo da produção de sentido, através das Formas Simbólicas, que segundo ele [Thompson] são ações, falas, textos e imagens que servem para sustentar ou estabelecer relações de Poder”.

A dissertação segue a mencionada linha analítica que “compreende, inicialmente, três fases ou procedimentos”: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação (ou reinterpretação), que se interessa “pela explicitação criativa do que é dito ou representado pela forma simbólica” (THOMPSON, 2002, p. 34). A escolha desta metodologia se deve ao fato de ela englobar os elementos necessários para definir a identidade do pichador e o que ele almeja com suas intervenções, além de auxiliar na compreensão e explicação de fenômenos que são “de algum modo, e até certo ponto, já compreendidos pelas pessoas que fazem parte do mundo sócio-histórico; estamos procurando, em poucas palavras, reinterpretar um domínio pré-interpretado” (THOMPSON, 2002, p. 33). O levantamento das origens da pichação e em quais circunstâncias ela teve início, tendo em vista o contexto social de marginalização e enfrentamento à autoridade, é

---

<sup>21</sup>A hermenêutica, tradição que orienta diversos estudos de Thompson, “diz respeito, genericamente falando, à interpretação contextualizada das formas simbólicas. [...] A hermenêutica ensina que a recepção de formas simbólicas – incluindo os produtos da mídia – sempre implica um processo contextualizado e criativo de interpretação, no qual os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem, para dar sentido às mensagens que recebem. Ela também chama a nossa atenção para o fato de que a atividade de ‘apropriação’ faz parte de um processo mais extenso de formação pessoal, através do qual os indivíduos desenvolvem um sentido, para eles mesmos e para os outros, de sua história, de seu lugar no mundo e dos grupos sociais a que pertencem” (THOMPSON, 2014, p. 31). Anterior a essa definição mais abrangente, John B. Thompson desenvolveu, em *Ideologia e cultura moderna*, o que chamou de “referencial metodológico da hermenêutica de profundidade [...] tirada do trabalho de Paul Ricoer, entre outros. [...] Desenvolvo a hermenêutica de profundidade como referencial metodológico geral para análise dos fenômenos culturais, isto é, para a análise das formas simbólicas em contextos estruturados” (THOMPSON, 2002, p. 33).

fundamental tanto para a análise dos discursos acráticos e encráticos (BARTHES, 1988) disseminados nesse universo, quanto para a reinterpretação do sujeito pichador, revelando que há mais do que uma “motivação irracional para a provocação social” – estereótipo comumente aplicado aos mesmos – por trás dos rabiscos.

De modo geral, temos como objetivo analisar a discursividade presente em relações de dominação e poder, tendo como objetos a pichação (e seus agentes) diante da imprensa (exercendo papel de porta-voz da sociedade civil e do poder público), e utilizando-se da semiologia barthesiana, da genealogia do poder de Foucault e das categorizações do conteúdo segundo Bardin – uma tríplice análise estruturada em torno da hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 2002) como suporte metodológico – para caracterizar as linguagens *inseridas* e *à margem* do poder nesse contexto.

No primeiro capítulo – *Contexto histórico e a identidade pichadora* –, focamos na historicidade da pichação, apontando momentos-chave para que a escrita nas paredes passasse de simples forma de comunicação para modo de expressão imbuída de significados subjetivos. Conhecer o passado da atividade facilita a compreensão do fenômeno no presente, principalmente quanto à pichação paulista e seus reflexos nos pichadores campo-grandenses. A regionalidade da pesquisa se encontra na seleção de fontes envolvidas com o tema na capital de Mato Grosso do Sul e em como os números de ocorrências das intervenções gráficas urbanas por aqui posicionam a cidade em um patamar de exceção, já que o fenômeno vem regredindo ano a ano. Para compreender melhor as especificidades locais, faz-se necessário um estudo de identidade do sujeito pichador que será embasado em Bauman (2000, 2001, 2005) e Becker (2009), trabalhando ainda o conceito de comportamento desviante<sup>22</sup> e a classificação do grupo tema desta dissertação como sendo *outsiders*<sup>23</sup> perante a sociedade.

---

<sup>22</sup> Em geral, o comportamento desviante é aquele que desobedece a uma ou mais regras estabelecidas dentro de um grupo social, partindo de uma “premissa de senso comum” (BECKER, 2009, p. 17).

<sup>23</sup> “Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de

O segundo capítulo – *Relações entre linguagem e poder nas perspectivas de Michel Foucault e Roland Barthes* – opera com a análise discursiva proposta por Thompson (2002). Aqui, empregaremos conceitos de Michel Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018) para compreender como operam as relações de poder e resistência, associados à semiologia barthesiana que traduz o mesmo viés para o estudo de linguagens.

Para o terceiro capítulo – *Metodologia e análise de dados* –, propomos um exame direcionado à percepção da imprensa on-line de Campo Grande (representada pelos portais Campo Grande News, Correio do Estado<sup>24</sup> e Midiamax) sobre o assunto e de que maneira os meios de comunicação de massa absorvem o discurso da pichação e o transformam em enunciados, de acordo com o próprio Roland Barthes (1988), *enráticos*. De modo a possibilitar esta avaliação, empregamos a análise de conteúdo, conforme Laurence Bardin (1979), para produzir uma pesquisa quali-quantitativa direcionada ao acervo de notícias publicadas pelos referidos veículos.

---

quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider” (BECKER, 2009, p. 15).

<sup>24</sup> O portal Correio do Estado se insere na pesquisa como reprodutor de conteúdo do mais tradicional meio de comunicação impresso (jornal) de Mato Grosso do Sul.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO E A IDENTIDADE PICHADORA

A humanidade como espécie pode ser caracterizada por suas formas únicas de comunicação, dentre elas a escrita. Até que se desenvolvessem os suportes considerados adequados pelas sociedades modernas para se escrever (por exemplo, o papel), as mensagens eram encontradas nos meios que, nas primeiras décadas do século XXI, são comumente<sup>25</sup> classificados como impróprios (muros e paredes). A curiosa inversão demonstrada aqui pode ser justificada com a ajuda de alguns casos pontuais, que auxiliaram na formação de uma ideologia por trás do local e forma de se expressar; uma ideologia contrária às diversas forças opressoras, e de fácil disseminação perante uma classe que é tão elementar na história humana quanto o próprio ato de se comunicar: a dos oprimidos.

Como *ideologia*, conceito formulado na França do final do século XVIII, compreendemos a noção de Thompson (2002). O sociólogo estado-unidense, primeiramente, aborda o caráter ambíguo que foi deixado como herança histórica para o termo, podendo ser utilizado de maneira descritiva ou prescritiva.

Poucas pessoas, hoje, proclamar-se-iam orgulhosamente “ideólogos”, embora muitos não hesitassem em declarar-se conservadores ou socialistas, liberais ou democratas, feministas ou ecologistas. Ideologia é o pensamento do *outro*, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar um ponto de vista como ideológico é, tem-se a impressão, já criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico (THOMPSON, 2002, p. 14).

Na tentativa de “domar” o significado da palavra, uma resposta foi a de neutralização utilizada pelas ciências sociais, que concebiam a ideologia como um “sistema de pensamentos” passível de ser estudado sem implicar nenhum juízo de valor. Como exemplo, temos a tendência de separar diferentes ideologias em

---

<sup>25</sup> Até a Reforma Eleitoral 2015 (Resolução TSE nº 23.457/2015), a utilização de muros em propriedades privadas para a pintura de propaganda política era permitida; contudo, ao mesmo tempo em que vigora a proibição do uso de tinta – sinônimo de longevidade maior que a do período eleitoral e conseqüente poluição visual – por todo o país, cartazes de até ½ m<sup>2</sup> ainda podem ser colados nas paredes, exercendo o mesmo papel de instrumento de comunicação. Outro exemplo é o da especificação na lei brasileira sobre a legalidade do grafite que é desenhado com a autorização do proprietário, também subvertendo a ideia de um suporte “impróprio”.

“ismos”: conservadorismo, comunismo, marxismo. Outra resposta, por aqueles que acreditavam que o conceito seria controverso demais para fins de análise social e política, foi a do abandono; pensadores que se opunham ao marxismo – e consideravam que “Marx” e o termo “ideologia” estavam estreitamente ligados – contribuíram para essa tentativa de apagamento ou de recusa em buscar interpretações dignas de serem conservadas (THOMPSON, 2002).

Apresentado este panorama, Thompson considera *ideologia* um vocábulo útil dentro do universo de análises sociopolíticas, desde que não ignore seu sentido negativo; sua “*concepção crítica de ideologia*” procura “reenfocar esse conceito numa série de problemas que se refere às inter-relações entre sentido (significado) e poder” (THOMPSON, 2002, p. 15).

Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. Conseqüentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até as imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos para estabelecer e sustentar relações de dominação (Ibid, p. 16).

Antes de adentrar o campo discursivo de poder, em que existem ideologias conflitantes em diferentes esferas, façamos, portanto, a análise do contexto social e histórico da pichação proposta pelo autor.

## 2.1 DA ARTE RUPESTRE À INTERVENÇÃO URBANA

Com diferentes termos e grafias, a prática da comunicação por meio de escritas em paredes é ancestral.

Grafite tem origem no termo italiano *graffito*, que deriva do latim *graphium*. Inicialmente, designou um estilete utilizado para escrever sobre placas de cera. Posteriormente, a forma plural, *graffiti*, nomeou as inscrições gravadas na pré-história e na antiga Roma. Em 1965, a palavra *graffiti* foi utilizada para definir as pichações com spray e, nos anos 70, para indicar as modernas pinturas feitas com a mesma tinta. O termo pichação remete às

inscrições realizadas com piche em muros na antiga Roma. Adquiriu arbitrariamente uma conotação pejorativa, quando se tornou uma prática de protesto social nos bairros periféricos de Nova Iorque, na década de 1960, e, mais tarde, quando foi utilizado por torcidas organizadas em práticas ilegais ou por grupos de controle do narcotráfico, mais especificamente nos bairros do Bronx e Harlem (SCHULTZ, 2010, p. 5).

Sabe-se dos hieróglifos egípcios e maias; de gravuras com conotação sexual em Pompeia; até mesmo de contextos mais próximos ao atual: no Império Romano – mencionado acima pelo professor e mestre em educação Valdemar Schultz –, onde os grafites políticos eram “criticados pela elite romana e vistos como a principal forma de expressão da plebe”<sup>26</sup>, e na França do final do século XIX (MITTMANN, 2012).

Este último episódio é trabalhado pelo historiador Philippe Artières, em sua obra “A polícia da escrita: práticas de panoptismo gráfico”<sup>27</sup>. O título faz referência ao que é identificado como o “momento inaugural da ilegalidade da escrita pública na França”, em 29 de dezembro de 1884. Nesse dia, foi “lavrado o primeiro registro policial que cataloga uma escrita pública, em uma parede de Paris, como ato ilícito” (MITTMANN, 2012, p. 16). Quase um ano depois, outra ocorrência descrita por Artières já demonstrava a vertente de protesto contra autoridades da pichação.

5 de setembro de 1885, 9º Distrito. Às 5h45min da manhã, os guardas Wicart e Accoyer registraram essas palavras escritas a carvão, em cinco pontos diferentes, sobre o muro do Collège Rollin, Boulevard Rochechouard nº 49 e sobre a casa nº 47 do mesmo Boulevard: “Morte à República Francesa”. Os agentes lavaram e fizeram desaparecer completamente essas palavras rebeldes (ARTIÈRES, 2006, p. 45 *apud* MITTMANN, 2012, p. 16).

Posteriormente na linha do tempo das intervenções gráficas urbanas, encontra-se a invenção, em 1929, e popularização da tinta aerossol, que trouxe maior mobilidade e agilidade para o ato de pichar (SOUZA, 2007, p. 20). O novo

<sup>26</sup> MARCEL, Denny. Grafite: uma arte milenar que teve início na Roma Antiga; Veja fotos. *Guia do Litoral*, Brasil, Materias. Acessado em: 22 ago. 2018.

<sup>27</sup> ARTIÈRES, Philippe. A polícia da escritura: práticas do panóptico gráfico. In: KOHAN, W.; GONDRA, J. (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.37-50; conforme referenciado por Daniel Mittmann.

instrumento passava a ser utilizado na conjuntura política do pós-guerra, quando muitos cidadãos se questionavam sobre as barbaridades presenciadas nos conflitos. Soma-se a esse cenário a controversa Guerra do Vietnã e a polarização da Guerra Fria para que, novamente em Paris, outro marco das IGUs emergisse: um grande movimento contra o conservadorismo em geral que se instaurou em maio de 1968. Inicialmente liderado por universitários contrários às políticas consideradas retrógradas de suas instituições de ensino, rapidamente o ideal revolucionário se espalhou para outros setores da sociedade francesa, principalmente entre a classe operária, que contribuiu com cerca de 10 milhões de pessoas na grande greve geral do dia 18 do mesmo mês.

Uma era inteira se encerrou: a era durante a qual as pessoas não podiam dizer, com uma cara de verossimilhança, que “não poderia acontecer aqui”. Uma outra era está começando: na qual as pessoas *sabem* que a revolução é possível sob as condições do capitalismo burocrático moderno (SOLIDARITY, 2003, p. 8).

As primeiras mobilizações dos estudantes a sair pelas ruas da cidade foram desproporcionalmente confrontadas pela CRS<sup>28</sup> e ganharam a simpatia daqueles que testemunharam a violência exagerada. No dia 3 de maio, as mesmas forças policiais foram convidadas pelo reitor Paul Roche para fazer apreensões de estudantes dentro da então Universidade de Paris, fato esse que configurou o estopim para que os sindicatos estudantis organizassem greves e ampliassem o espectro do movimento (SOLIDARITY, 2003).

A partir daí, a pichação passou a ser representação e fruto do que era discutido nas salas e corredores das universidades, principais pontos de encontro de intelectuais, estudantes e operários parisienses.

A propaganda através de inscrições e desenhos em muros e paredes é uma parte integrante da Paris revolucionária de Maio de 1968. Ela se tornou uma atividade de massa, parte e parcela do método de auto-expressão da Revolução. Os muros do Qaurtier Latin são os depositários de uma nova racionalidade, não mais confinada nos livros, mas sim democraticamente exposta no nível da rua e tornada disponível a todos. O trivial e o profundo,

---

<sup>28</sup> *Corps Republicam de Securité*, uma das corporações policiais da França. (N.T.)

o tradicional e o exótico, o convívio íntimo nessa nova fraternidade, quebrando rapidamente as rígidas barreiras e divisões na cabeça das pessoas (SOLIDARITY, 2003, p. 15).

As mensagens não eram restritas apenas aos muros, mas apareciam também em suportes inusitados:

Em um tapume, eu vi um grande anúncio de um novo queijo: uma criança mordendo um enorme sanduíche. O jargão dizia “Cest bom le fromage Soand-So”<sup>29</sup>. Alguém cobriu as últimas palavras com tinta vermelha. No cartaz ficou escrito “Cest bom la Revolution”<sup>30</sup>. As pessoas passam, olham e sorriem (SOLIDARITY, 2003, p. 16).

Como descreve o autor anônimo do livro sobre os dias dentro do movimento, que foi publicada sob o nome do grupo Solidarity, o estado de euforia daqueles que propunham mudanças perdurou pela primeira quinzena em que ele esteve presente, e “uma frase rabiscada no muro resumia isso perfeitamente: ‘Déjà dix jours de bonheur’”<sup>31</sup> (SOLIDARITY, 2003, p. 49).

Se os jovens franceses utilizaram as latas de tinta spray como ferramenta de exposição dos ideais politicamente engajados, seus pares em Nova Iorque deram um novo sentido para os instrumentos.

1970. A ideia de colocar o seu nome em destaque, não apenas na sua vizinhança, mas por todo lugar, foi inventada por um garoto chamado Taki, que morava na *183rd street*, região de *Washington Heights*. “Taki 183”. Assim que todos entenderam que isso era um nome, eles perceberam que Taki era famoso (STYLE WARS, 1984, tradução nossa).

Taki era o apelido de Demetrios, jovem descendente de gregos que trabalhava como office boy pela cidade e afirmava que tinha necessidade de escrever seu nome e o número de sua rua por onde passasse. Considera-se que os “atos aparentemente espontâneos” de Taki foram os precursores de todo um circuito

<sup>29</sup> “É bom o queijo Soando-So”. (N.T.).

<sup>30</sup> “É boa a revolução”. (N.T.).

<sup>31</sup> “Já são dez dias de felicidade” (N.T.).

de grafite, que se estabeleceu principalmente pelas linhas de trem e redes de metrô de Nova Iorque (MITTMANN, 2012).

Depois dele, vieram Papo 184, Junior 161, Cay 161, Stitch, Barbara, Eva 62 e muitos outros, de acordo com os depoimentos presentes no documentário *Style Wars* (1984). A produção retrata o surgimento dos *writers*, ou “escritores”, que disseminam uma arte (segundo os próprios praticantes) chamada *bombing*<sup>32</sup>. Mais do que apenas as intervenções gráficas, observa-se a consolidação de uma cultura das ruas, que une jovens da periferia nova-iorquina em torno de três elementos principais: a linguagem escrita do grafite; a linguagem falada da música rap; e a linguagem corporal, expressa pelo *breaking*<sup>33</sup>.

O que se vê no filme também é o processo de atribuição de sentido na atividade, que rapidamente passou a ser um elemento identitário para jovens de regiões marginalizadas. Empregando um conceito de Foucault (2014a, p.37), via-se ali uma “sociedade de discurso”, que produz e conserva discursos com intuito de “fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”. O depoimento presente no documentário *Style Wars* (1984) de um adolescente conhecido nas ruas como “*Skeme*” ilustra bem a análise:

Não é uma questão de “então eles sabem quem eu sou”. É uma questão de *bombing*, saberem que eu posso fazer isso, sabe? Toda vez que eu entro em um trem, quase todo dia eu vejo o meu nome e digo “é, eu estava lá, eu ‘bombardeei’ isso”. É para mim, não é para ninguém mais ver. Eu não me importo com mais ninguém vendo ou com o fato de conseguirem ler ou não. É para mim e para outros escritores de *graffiti* que... nós conseguimos ler. Todas essas outras pessoas que não “escrevem”, elas são excluídas; eu não me importo com elas. Elas não têm importância para mim. Isso é para nós (tradução nossa)<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> No contexto brasileiro, o *bombing* ou simplesmente *bomb* se refere a uma técnica específica de grafite, com letras arredondadas e de rápida execução. Para os jovens estado-unidenses dos anos 1980, a expressão era, na verdade, uma referência à quantidade de marcas que eram deixadas por todo o canto da cidade, numa espécie de “bombardeio”, dado o seu alcance.

<sup>33</sup> Também conhecido como *b-boying/b-girling*, e mais popularmente referido como *breakdance*, o *breaking* é um estilo de dança que surgiu criado por negros e latinos do bairro do Bronx, nos anos 70. *Break* é um termo utilizado para referenciar o trecho de maior impacto de uma música, sua batida, e daí surgiu o nome (O QUE..., 2013).

<sup>34</sup> “It’s not a matter of “so they know who I am”. It’s a matter of *bombing*, knowing that I can do it, y’know?. Every time I get in the train, almost everyday I see my name, I say “yeah... you know it, I was there, I bombed it”. It’s for me, it’s not for nobody else to see. I don’t care about nobody else seeing it or the fact that they can read it or not. It’s for me and other graffiti writers, that we can read it. All these

O teor da fala, reproduzida no início dos anos 1980, mantém-se de fato conservado e é facilmente entoado por grafiteiros e pichadores contemporâneos. Também se manteve praticamente intacto o discurso de repressão à atividade, proclamado geralmente por representantes de Estado; no contexto do filme, sua personificação está no prefeito de Nova Iorque, Edward Irving Koch. Ed Koch, como era conhecido, cumpriu três mandatos como gestor da cidade, no período entre 1978-1990. Acompanhou, portanto, o *graffiti* já bem desenvolvido como forma de expressão e demarcação de território e agiu no combate da atividade. Koch era rígido quanto ao que deveria ser feito com os “escritores”, agrupando-os com batedores de carteira e ladrões de lojas para afirmar que “estão todos na mesma área, destruindo o nosso estilo de vida e tornando difícil aproveitar a vida. E eu acho que isso tem de ter uma resposta” (*STYLE WARS*, 1984).

A resposta sugerida pelo prefeito era o encarceramento, medida à época considerada descabida. O que foi de fato posto em prática, como é mostrado na película, foi a instalação de altas cercas paralelas, com arame farpado, guardadas por cachorros entre ambas, percorrendo estações, pátios e diversos outros possíveis pontos de acesso de grafiteiros para os trilhos e vagões. Junto a isso, encontram-se diferentes mídias – cartazes nas ruas e anúncios na televisão – veiculando mensagens contra a atividade, financiadas pela prefeitura. Na TV, a mensagem é apresentada por famosos pugilistas: “*take it from the champs: graffiti is for chumps*”, algo como “acredite nos campeões: grafite é para idiotas”; em cartazes, um trocadilho com as preposições de lugar da língua inglesa: “*make your mark in society, not on society*”, ou seja, deixe sua marca na sociedade não com grafites, mas se destacando em atividades consideradas valorosas pela mesma.

É difícil acreditar que um jovem negro ou de origem latina da periferia de Nova Iorque seria de fato valorizado exercendo a atividade sugerida, por exemplo, pelo então presidente da *Metropolitan Transportation Authority*<sup>35</sup> (MTA), Richard

---

other people who don't write: they're excluded; I don't care about them, y'know? They don't matter to me. It's for us” (transcrição do trecho original em inglês).

<sup>35</sup> A corporação é a responsável pela gestão do transporte público no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Ravitch, em depoimento também presente na produção cinematográfica *Style Wars* (1984). Segundo Ravitch, “se os garotos têm energia e querem fazer alguma coisa, nós daremos mais vassouras, daremos mais esponjas e eles poderão fazer algo que é publicamente produtivo, útil e que lhe renderão respeito e aprovação de seus concidadãos”<sup>36</sup>. Trabalhos que exigem pouca qualificação são justamente os que são delegados às populações mais pobres no sistema capitalista<sup>37</sup>, e propor que jovens deixem de se manifestar contra a opressão para que exerçam uma profissão que, possivelmente, motiva a revolta por condições melhores de vida em primeiro lugar é incoerente, além de apontar para a falta de interesse do poder público nas questões sociais de comunidades marginalizadas. Sobre essa tendência reacionária, inerente ao discurso hegemônico, Bauman (2000, p. 179) afirma:

Um fato que suprimem é o papel desempenhado pelos novos pobres na reprodução e fortalecimento do tipo de ordem global que é a causa de sua destituição e do medo ambiente que torna miserável a vida de todos os demais. Outro é até que ponto essa ordem global depende de tal destituição e desse medo geral para se perpetuar. Karl Marx disse certa vez – na época do capitalismo ascendente, selvagem e ainda indomado e analfabeto demais para decifrar a inscrição na parede – que os trabalhadores não podem se libertar sem libertar toda a sociedade. Poderíamos dizer agora – nesta época de capitalismo triunfante e não mais atento a inscrições em nenhuma parede (aliás, nem às próprias paredes) – que o resto da sociedade humana não pode se libertar do ambiente de medo e impotência a não ser que a parte mais pobre da sociedade seja libertada da penúria. Tirar os pobres da miséria não é apenas uma questão de caridade, consciência e dever moral, mas condição indispensável (embora apenas preliminar) para reconstruir uma república de cidadãos livres a partir do deserto que é o mercado global.

O responsável pela MTA também aparentava desconhecimento sobre outro viés desse movimento cultural: o artístico. Já nos anos 1980, os desenhos elaborados e coloridos que eram feitos nos vagões da cidade chamavam a atenção de especialistas e curadores e culminaram na exposição retratada em *Style Wars*

---

<sup>36</sup> “If the kids have energy and wanna do something, we’ll give more brooms, we’ll give more sponges and they can do something that is publicly productive, useful and that would earn them the respect and the approbation from their fellow citizens” (transcrição do trecho original em inglês).

<sup>37</sup> “É bom sublinhar, entretanto, que a maioria dos empregos no setor terciário está nos serviços menos complexos e qualificados, ligados ao consumo, à alimentação e aos serviços pessoais” (VÉRAS, 2001, p. 5). “O mercado de trabalho favorece principalmente aos mais escolarizados e qualificados, e esse é um dos principais pontos de explicação do crescimento perverso das taxas de empobrecimento e de indigência de numerosos segmentos da população” (VÉRAS, 2001, p. 6).

(1984), em uma reconhecida galeria de arte local, que foi tomada por jornalistas interessados em noticiar o evento em rádios e canais de televisão, críticos e amantes de arte que consideravam o tema “inovador” e inúmeras telas pintadas exclusivamente por *writers*. Desenhando nesse novo suporte, os grafiteiros conseguiam de fato o respeito da sociedade e uma renda muito superior às aquelas oferecidas em empregos que lhes eram acessíveis. Um grafiteiro ainda se questiona, ao final do evento documentado, “quando foi a última vez que você ganhou US\$2 mil em um mês?”<sup>38</sup>.

O conceito é atrativo, até hoje, para grafiteiros que, além de buscarem sustento por meio do próprio talento, incomodam-se com a durabilidade de seus trabalhos feitos na rua, que podem variar de apenas alguns meses a poucos dias. Quanto ao aspecto efêmero das IGUs, existem as justificativas do reparo imediato em edificações públicas e privadas, as ações do clima e do tempo ou até mesmo devido à qualidade das tintas usadas; isso quando considera-se apenas ações de terceiros nos apagamentos. Há, contudo, possibilidades de ações “internas”, conhecidas por “atropelos”:

“Atropelar”, neste universo social, configura o ato de um indivíduo que deixa a sua marca em cima de outros grafites ou “pixos”, numa tentativa prática de apagamento do discurso previamente expresso em uma superfície. Pode ocorrer também em um cenário onde o dono de uma residência pichada, por exemplo, autorize um grafiteiro a desenhar sobre o picho; cenário este geralmente compreendido pelo pichador. Mas quando realizado de modo proposital, o “atropelo” é, a princípio, metaforicamente, uma declaração de guerra entre pichadores rivais ou, em maior escala, *crews*<sup>39</sup> que pleiteiam o mesmo espaço urbano. Em cidades onde estas “grifes” estão consolidadas há mais tempo, o desrespeito inerente ao ato pode escalonar para agressões físicas e até mesmo mortes<sup>40</sup>. A não ser que o contexto da rixa seja explicitado e a situação não chegue a extremos, a tendência natural nestes casos é a de reprovação e repreensão dos culpados por parte dos

<sup>38</sup> “When was the last time you made \$2,000 in a month, hum?” (transcrição do trecho original em inglês).

<sup>39</sup> O termo em inglês *crew* pode ser traduzido como tripulação, turma ou grupo (tradução própria). No contexto social do grafite e da pichação, configura uma segunda assinatura, coletiva, que a maioria dos pichadores possui, complementar à individual que estes desenvolvem. Costuma designar um grupo de amigos ou moradores da mesma região que podem dividir harmoniosamente ou disputar os territórios para as IGUs pela cidade. Como uma espécie de time a ser defendido por seus membros, pode envolver recrutamentos de novos membros que auxiliem a expandir o nome da *crew*, chamada também de “grife” ou clã. Nota reproduzida do texto original.

<sup>40</sup> Em São Paulo, um dos casos mais recentes a ser noticiado aconteceu em outubro de 2015, onde dois homens foram baleados e mortos por um terceiro indivíduo, que foi preso em flagrante. Em seu depoimento, o atirador confessou que o crime foi motivado por vingança relacionada a um “atropelo”. Fonte: R7 TV. Nota reproduzida do texto original.

outros grupos de pichadores da cidade, isolamento ou até uma anulação seletiva da regra, em que o atropelo contra o infrator inicial seja tolerado (SANCHES; FRANÇA; ARAÚJO JUNIOR, 2017, p. 4).

Até mesmo os conflitos e dilemas internos retratados no documentário permanecem atuais e auxiliam na delimitação de discursos repetidos dentro deste universo. No início dos anos 1980, um grafiteiro autointitulado “CAP” passou a “atropelar” os grafites pela cidade enquanto propunha um dos diversos discursos divergentes dentro da pichação: o da quantidade sobre a qualidade. CAP considerava-se o rei de Nova Iorque durante o período retratado porque possuía o maior número de assinaturas, também conhecidas como *tags*<sup>41</sup>, por toda a cidade, não importando se eram feitas sob superfícies limpas ou previamente grafitadas. O evento foi simbólico para trazer à tona o código de conduta e uma espécie de regimento interno do *graffiti*, que seria “exportado” posteriormente para o grafite brasileiro e a pichação.

### **2.1.1 Protesto e vandalismo: a pichação brasileira**

No Brasil, os primórdios da pichação podem ser rastreados por diferentes panoramas: em âmbito nacional, o mais amplamente trabalhado é o da ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985. Souza (2007, p. 20) conta que, durante o período, “a prática fora utilizada como veículo de contestação do regime e era absolutamente intolerada, pois o direito à liberdade de expressão civil fora, de todas as formas, censurado”. Assim como no movimento parisiense em maio de 1968, as latas de tinta *spray* eram utilizadas como instrumento para expressar ideias contrárias às do poder autoritário. Há uma diferença, entretanto, entre as duas situações, já que mesmo que não fossem tipificadas como crimes em ambos os países, os brasileiros que se manifestassem de maneira contrária ao regime militar corriam risco de serem presos por estarem infringindo a censura imposta.

---

<sup>41</sup> O termo em inglês, como substantivo, pode se referir à: etiqueta, rótulo, marca (identificação). Como verbo, tem significado de: marcar algo, identificar algo/alguém. Por conta disso o termo foi e continua sendo até hoje empregado no contexto das IGUs. Tradução nossa.

Rapidamente, o estigma de contravenção e marginalidade foram atrelados à atividade, que era reproduzida em sua forma primária de protesto.

A foto a seguir, originalmente publicada na revista Manchete e reproduzida no livro “68: a paixão de uma utopia”, de Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes (1988)<sup>42</sup>, é provavelmente a mais simbólica quanto à importância política que as intervenções gráficas urbanas adquiriram durante o período de repressão.

**FOTOGRAFIA 1 – PICHAÇÃO “ABAIXO A DITADURA”**



Fonte: Memórias da Ditadura.

Ela é considerada também “o primeiro registro de pichação como arte no Brasil”, segundo o site “Memórias da Ditadura”, que traz mais detalhes da ação retratada:

Era o começo da street art brasileira. A pichação política nasceu no meio universitário, na década de 1960, com influência do movimento estudantil de Maio de 68 francês. As inscrições eram simples, pois demandavam agilidade para escapar da repressão policial. Com o passar do tempo, as inscrições foram difundidas pelo meio urbano, fazendo surgir pichações não só em muros, mas em construções públicas e viadutos. Nenhuma das

---

<sup>42</sup> O livro citado é creditado no portal Memórias da Ditadura e não foi consultado diretamente para esta pesquisa.

pichações vinha assinada, elas traziam apenas a ideia de contrariedade ao regime (S/D).

Mais do que simplesmente influenciados por o que acontecia na Europa, e especificamente na França, é importante lembrar que o clima de insatisfação em alguns setores da sociedade brasileira vinha de fatores anteriores ao maio de 68: a situação de exploração da classe trabalhadora, configurada pela involução dos salários reais desde os anos 1950; a transição do modelo de economia que, baseado historicamente no setor agrário, passava para o industrial urbano; a própria tomada de poder por meio de um Golpe de Estado quatro anos antes; e posteriormente, pelo endurecimento da ditadura representado pela implementação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, em que foi instaurado “o terrorismo oficial do Estado” (PAPALI; ZANETTI; VIANNA, 2017, p. 8).

**FOTOGRAFIA 2 – PICHAÇÃO PROTESTA CONTRA O FECHAMENTO DO RESTAURANTE ESTUDANTIL “CALABOUÇO”**



Fonte: Arquivo Nacional – Memórias Reveladas. Originalmente publicada no Correio da Manhã.

É interessante pontuar que as pichações iam de manifestações contra o regime militar até reivindicações como a demonstrada na fotografia 2; neste caso, o intuito era o de denunciar o descaso com o restaurante universitário conhecido como “Calabouço”, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O local foi considerado o centro de ebulição da resistência contra a ditadura até março de 1968, quando foi fechado definitivamente. O motivo: a morte do estudante secundarista Edson Luis Lima Souto, de 16 anos, com um tiro à queima-roupa, disparado pela polícia militar que chegava ao local para interromper uma manifestação em favor da conclusão de obras no restaurante (PALMEIRA, S/D).

**FOTOGRAFIA 3 – PICHAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRORISTA “COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS”**



Fonte: Arquivo Nacional – Memórias Reveladas. Originalmente publicada no Correio da Manhã.

Na fotografia 3, observamos a “guerra de linguagens” posta em prática e, provavelmente, um dos primeiros atos do que viria a ser conhecido mais tarde como o “atropelo”.

A pichação original, “FOGO NOS COMUNAS”, teve autoria do “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC), uma organização paramilitar de extrema direita criada

em São Paulo, no ano de 1964, com objetivo de combater os movimentos de esquerda. Unindo grupos como a “Canalha”, do Colégio Mackenzie, e os “Matadores”, da Faculdade de Direito do largo de São Francisco, o CCC participou ativamente da deposição do presidente João Goulart – vítima do golpe em 1º de abril do mesmo ano – e, quatro anos mais tarde, agiu contra o que consideravam uma omissão do governo paulista em relação ao “avanço comunista” (VELOSO, 2017).

Ao abordar a questão da leitura ideológica de mensagens, o filósofo e antropólogo espanhol Jesús Martín-Barbero discorre sobre um processo que pode ser exemplificado pela manifestação retratada:

[...] no campo da pesquisa as *táticas de dominação estão mudando*: a “direita” começou a perder a repugnância a certos temas; além disso, estão roubando às esquerdas alguns de seus mais prezados “objetos”, e submetendo-os a uma operação de lavagem e neutralização (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 59, grifo do autor).

Vemos na imagem uma situação em que a dominação cultural se faz passar por intercâmbio; grupos que reproduzem um discurso hegemônico, livre para ser disseminado nos meios de comunicação de massa tradicionais da época, apropriam-se dos muros, um dos poucos recursos a que a esquerda dispunha para se expressar. Como revide, percebe-se a tentativa de apagamento do discurso do outro: o “atropelo” da mensagem com um “X” e frases de cunho socialista/comunista.

Mensurar o impacto da pichação durante a ditadura é uma atividade complexa, tanto pelas consequências do ato – principalmente quando colocadas em perspectiva com a legislação atual<sup>43</sup> –, que o tornavam mais perigoso, menos instintivo e automaticamente reduziam a sua incidência, quanto pela falta de acompanhamento do processo científico em si, que ainda não era encarado como um fenômeno associado também a questões sociais.

---

<sup>43</sup> A pichação deixou de ser considerada uma contravenção para tornar-se uma atividade criminosa em 1998, com a aprovação da Lei Nº 9.605 que incluía o Artigo 65 direcionada às IGUs. Em 2015, após decisão do Senado Federal, teve a pena de prisão definitivamente extinta, sendo substituída por medidas corretivas como detenção de três meses a um ano, prestação de serviços comunitários e multa.

**FOTOGRAFIA 4 – ESTUDANTE PRODUZ GRAFITE DURANTE A DITADURA MILITAR  
BRASILEIRA**



Fonte: Arquivo Nacional – Memórias Reveladas. Originalmente publicada no Correio da Manhã.  
Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85/detail/398-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>.

Fato é que as frases que eram deixadas pelo espaço urbano serviam como válvula de escape para o inconformismo e, em maior ou menor grau, foram utilizadas por todo o país, mas ainda assim não davam conta de estabelecer um ponto de partida para manifestações despolitizadas.

Há, portanto, um panorama proposto por Daniel Mittmann (2012) – este em âmbito regional – que visa ocupar essa lacuna e pode ser encontrado em seu levantamento histórico sobre o pixo paulista:

A pichação em São Paulo, assim como em Nova Iorque, tem início nos primeiros anos da década de 1970, entretanto ainda muito diferente do que chamamos e compreendemos hoje como “*pixação*”. Essa pichação ganhava vida pelas mãos de jovens da classe média envolvidos com expressões artísticas compreendidas no campo da *vanguarda*. Esses jovens experimentavam novas e mais baratas formas de publicização dos seus trabalhos e perceberam na nascente técnica do *stencil* uma nova e econômica oportunidade de espalhar ideias e expressões poéticas pela cidade (MITTMANN, 2012, p. 24, grifos do autor).

Traçamos, desse modo, dois paralelos na origem das IGUs no Brasil que até hoje encontram-se em vigor: a do picho como expressão de revolta e a das intervenções como fruto de uma produção artística; definitivamente, ambos convergindo como uma nova forma de comunicação urbana. Do desenvolvimento do viés artístico, temos o grafite: legitimado socialmente e politicamente, de acordo com a legislação brasileira<sup>44</sup>, mas com diferentes ideologias sobre a prática com e sem autorização. Temos também a busca por reconhecimento social ao demarcar um território como sendo “seu” utilizando-se dos desenhos e/ou assinaturas. E do protesto contra a opressão, temos a ressignificação das palavras escritas pelos muros das grandes cidades, sendo as metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo o berço das duas principais vertentes da atividade.

---

<sup>44</sup> Art. 65 da Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: § 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

A mudança de estilos é geralmente creditada pelos autores que estudam a historicidade da pichação (DUARTE, 2017; KUSCHNIR, 2015; MITTMAN, 2012; PICHÇÃO..., 2016; PAPALI, ZANETTI, VIANNA, 2017; SCHULTZ, 2010; SOUZA, 2007; WAINER, 2005) como sendo produto do início dos anos 1980, o que faz sentido quando levamos em conta que o país passava por um processo de redemocratização. As mensagens cariocas, vistas em algumas das fotografias referenciadas, passaram de textos legíveis para assinaturas mais semelhantes a rubricas. A antropóloga Karina Kuschnir, pesquisadora do tema na capital fluminense, em parceria com Vinicius Moraes de Azevedo, afirma que:

No Rio de Janeiro, é mais comum que as letras sejam desenhadas de forma transpassada e, em alguns casos, dispostas fora de ordem ou até mesmo invertidas. A inversão é central no idioma “xarpi” – “pixar” na linguagem “TTK”, expressão que viria da palavra Catete dita silabicamente ao contrário, num dialeto que remete ao bairro de origem onde teria sido inventado (OLIVEIRA, 2009 e AZEVEDO, 2015). Também é praxe que sejam acrescentados elementos gráficos como estrelas, pontos, traços e outros (KUSCHNIR; AZEVEDO, 2015, p. 113).

Já em São Paulo, a conturbada relação de amor e ódio<sup>45</sup> entre pichação e sociedade teve um início muito próximo ao *graffiti* nova-iorquino: se os estadunidenses se inspiraram em Taki 183, os paulistanos viram no ano de 1983 as primeiras assinaturas de Juneca e Pessoinha. Como demonstrado anteriormente, a prática da pichação como a conhecemos desde o início do século XXI não estava consolidada, e em um contexto ainda de regime militar, parecia difícil entender o propósito de se escrever apelidos pelos muros da cidade; exatamente por isso, a dupla conquistava a atenção e despertava curiosidade na população. O jornalista Marcelo Duarte, atualmente administrador do site “Blog do curioso”, e repórter da revista “Veja S. Paulo” na época, explica que outro fator importante na criação de um mistério ainda maior em torno das figuras de Juneca e Pessoinha foi, em 1986, a ordem do prefeito recém-empossado – o sul-mato-grossense Jânio Quadros – para

---

<sup>45</sup> A dualidade citada é devido ao status da capital paulista de “Meca da pichação”, o que a faz ser cultuada por aqueles que enxergam no grafite uma forma de arte, e ao mesmo tempo, odiada pela maioria da população – de acordo com Duarte (2017), uma pesquisa divulgada em dezembro de 2016, pelo grupo Renova Centro 20/30, mostrou que a pichação é considerada o pior tipo de poluição visual da cidade para 88,6% dos entrevistados.

que as forças policiais encontrassem os responsáveis. Pessoainha foi o primeiro a abandonar a prática ainda naquele ano, diante do perigo iminente, e foi seguido por Juneca na aposentadoria das latas de tinta dois anos depois. Em depoimento recente, Juneca – ou Osvaldo Junior – afirma que entende seu papel de precursor da “febre dos pichadores” e não se orgulha do fato; mesmo assim, mantém-se atrelado às IGUs por meio do grafite como atividade profissional. Ao lembrar o que motivou o início das inscrições, diz que tudo começou como brincadeira: “Eu e o Pessoainha éramos estudantes e tínhamos uma mobinete. Um dia, compramos tinta em spray para pintar a moto e tivemos a ideia de gravar nossos nomes no muro. Aquilo deu uma repercussão enorme e foi nos estimulando a fazer mais” (DUARTE, 2017).

**FOTOGRAFIA 5 – RETRATO FEITO POR SÉRGIO SADE PARA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA, 6 DE JULHO DE 1977, DE “TOZINHO” E SUA PROPAGANDA**



Fonte: Beside Colors (A PRÉ-HISTÓRIA..., 2017).

Vale lembrar que ainda na década de 1970, os muros da cidade e do estado de São Paulo foram tomados pela inscrição “CAO FILA K 26”, escritos por Antenor Lara Campos, o “Tozinho”. Sem dúvidas o criador de cães da raça fila, que residia “à altura do quilômetro 26 da Estrada de São Bernardo do Campo, na Grande São

Paulo” (PROPAGANDA, 1977<sup>46</sup>) faz parte da história da pichação brasileira, mas se distancia da ideologia de protesto para se configurar mais como uma inovadora forma de publicidade em sua época. De todo modo, ao escrever seu endereço por diversas regiões do estado, e ver surgir seguidores que reproduziam a pichação, por exemplo, na zona portuária de Manaus (PROPAGANDA, 1977), “Tozinho” involuntariamente autoafirmava como representante do km 26; estabelecia uma forma de demarcação territorial que seria a base para o movimento nascido nas décadas seguintes.

Com Juneca e Pessoinha, a atividade ganhou fôlego novo entre os jovens da periferia de São Paulo. Enquanto artistas e intelectuais de classe média trabalhavam o conteúdo poético e experimentação linguística daquilo que escreviam pelos muros da cidade nos anos 1960, os jovens pichadores da década de 1990 tinham como alvo a região central e seus altos edifícios que, automaticamente, colocavam seus nomes/apelidos em evidência para milhares de cidadãos (MITTMANN, 2012, p. 38).

É a partir dessas particularidades que se configura a grafia da pichação paulistana. Tendo em vista as necessidades que envolvem o corpo, como as de escalar, de se pendurar, de subir nos ombros dos colegas e ainda de outros malabarismos para se chegar ao alvo, o spray já não é o mecanismo mais eficaz para a pichação. Desde então o rolo de pintura, chamado de rolinho por aqueles que riscam a cidade, torna-se um apetrecho amplamente utilizado pelos pichadores. Sem contar com a demanda econômica que, em partes, se resolve com o uso do rolo e da tinta esmalte ou látex, economicamente mais viável que a aquisição de latas de aerosol [sic] spray (MITTMANN, 2012, p. 39).

O uso do “rolinho” fez surgir o chamado *tag-reto*<sup>47</sup>, uma técnica eventualmente disseminada entre pichadores de todo o Brasil e que configurara o que Alexandre Barbosa Pereira e Celso Gitahy (*apud* MITTMANN, 2012) nomearam de “Escola Paulista de Pichação”.

---

<sup>46</sup> O material referenciado encontra-se disponível nesta pesquisa como ANEXO A, p. 171.

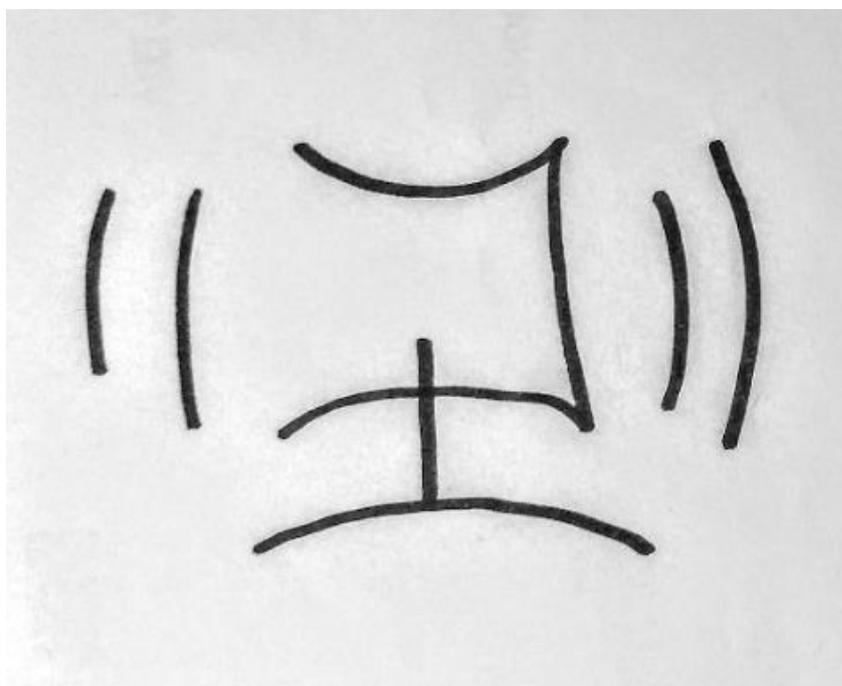
<sup>47</sup> O *tag-reto* representa a mudança das assinaturas rápidas de traços curvados, muitas vezes semelhantes a rubricas, para escritas com letras separadas umas das outras e traços retos, que refletem a falta de mobilidade do uso dos “rolinhos”.

### 2.1.1.1 O picho em Campo Grande – MS<sup>48</sup>

A influência da pichação paulista, ideologicamente, é fundamental para toda assinatura ilegal feita hoje no Brasil, mas a inserção da atividade em Mato Grosso do Sul teve participação pontual de nativos da maior cidade brasileira.

Entre alguns dos entrevistados, é recorrente a versão que coloca um jovem conhecido pelo apelido “Mocs” como um dos pioneiros das inscrições com spray em Campo Grande, no início da década de 1990. Mocs era membro da Torcida Garra Operariana (TGO) e tinha experiência com a pichação por este viés esportivo, associado ao futebol; costumava assinar mensagens relacionadas ao Operário FC<sup>49</sup>, bem como o símbolo “P” – segundo ele, em alusão à grife paulista PSICOSE, ainda que essa relação com o grupo original seja questionável para pichadores que conheciam a cena da escrita urbana em São Paulo.

**FOTOGRAFIA 6 – REPRODUÇÃO DA TAG PSICOSE (MOCS)**



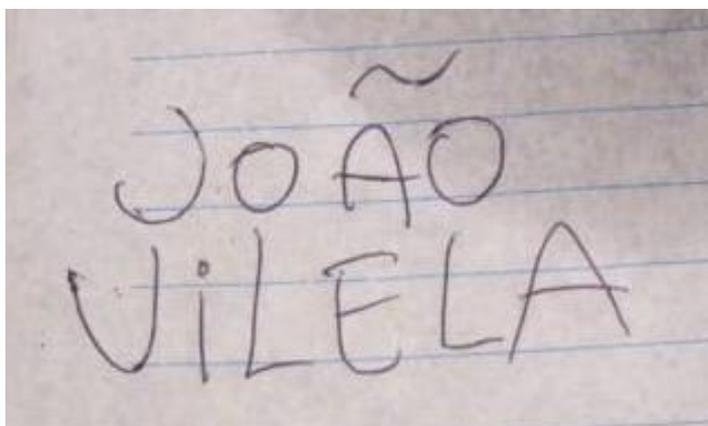
Fonte: Do autor.

<sup>48</sup> As informações obtidas para este item vieram de diversos pichadores que exerceram ou exercem a atividade em Mato Grosso do Sul, em diferentes períodos de tempo. Pelas circunstâncias da atividade ilegal que executam, suas identidades foram preservadas; todos os detalhes pessoais descritos aqui foram devidamente autorizados.

<sup>49</sup> Operário Futebol Clube é uma equipe de futebol profissional com sede em Campo Grande – MS. A Torcida Garra Operariana é considerada a principal torcida organizada do time.

Há também histórias de personagens misteriosos, com registros e informações limitadas; João Vilela era um deles. Inúmeros relatos colocam a reprodução deste nome como uma das pichações mais vistas por Campo Grande durante a década de 1990, ainda que ninguém soubesse quem era o autor ou sequer se aquele era o seu verdadeiro nome. O caso se assemelha ao de Carlos Adão, em São Paulo, documentado em um episódio da série “Cidade Ocupada” (PICHANÇA..., 2016), com apresentação do jornalista Fred Melo Paiva. Considerado uma figura “mitológica”, Adão começou com a atividade em 1973 e, nesse período, nunca se envolveu com outros pichadores ou grifes para realizar suas ações pela capital paulista – que, segundo as próprias contas, ultrapassam as 106 mil assinaturas com sua denominação. Tanto Carlos Adão quanto João Vilela se distanciam do que podemos chamar de pichação tradicional – que é pilar da cultura do hip-hop – também pela clareza e legibilidade de suas mensagens; no caso de Vilela, suas assinaturas eram feitas em letra de forma, como na reprodução abaixo:

**FOTOGRAFIA 7 – REPRODUÇÃO FEITA POR TOX<sup>50</sup> DA PICHANÇA “JOÃO VILELA”**



Fonte: TOX.

Até então, a pichação em Mato Grosso do Sul tinha poucos representantes e seguia sem nenhum tipo de ideologia que superasse a autopromoção em novos suportes, simplesmente, como motivação. Ainda neste período de desenvolvimento, na década de 1990, Mocs – descrito como um andarilho – já tinha inclusive deixado

---

<sup>50</sup> Pichador e grafiteiro campo-grandense que está entre os precursores da atividade quando esta já tinha conceitos estéticos pré-definidos na cidade, tendo começado com as assinaturas em 2003.

sua marca em algumas cidades do interior, mas nada que fosse suficiente para atrair atenção da sociedade, de autoridades ou da mídia. Os anos seguintes, contudo, trariam esta dimensão para a questão do picho, com grande parcela de contribuição de um adolescente vindo da “Cidade Cinza”.

Em 2002, então com seus 15 anos, Pedro Vasciaveo considera que estava no auge; ainda na adolescência, as possibilidades com uma quantidade mínima de tinta nas mãos pareciam ilimitadas. Representando desde 1999 as grifes POISON<sup>51</sup> (PSN – *veneno* em inglês), IRRITADOS<sup>52</sup> (IRS) e ÓPIO, tanto na pichação quanto no grafite, o adolescente “dava trabalho” para a mãe, que viu o filho ser expulso de escolas repetidamente e ser ameaçado pelo Conselho Tutelar com o envio para a antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), atual Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente<sup>53</sup> (Fundação Casa/SP). Nestas circunstâncias, mudar-se de cidade parecia a melhor opção para os dois, e a decisão de vir para Mato Grosso do Sul, estado onde tinham familiares, foi tomada em abril daquele ano. Um dia antes da viagem, Pedro conta que foi abordado por um delegado que morava próximo à sua residência. Ele estava acompanhado por outros oficiais da Polícia Militar, pertencentes ao Grupo Tático da zona sul da cidade.

Os caras me arrebetaram. Cheguei bem zoado em casa. Próxima vez, eles me matariam. Lá [São Paulo] não tem regra; polícia tem aval pra fazer o que quiser. Eles juravam que eu traficava; me confundiram com um tal de “Pedrinho” e me perseguiram um tempo. Minha mãe grilou e vim parar aqui [Campo Grande] (informação verbal).

O jovem chegou à cidade e encontrou a cena das intervenções gráficas urbanas em construção. Sem o mesmo nível de repressão ao picho que vinha vivenciado em São Paulo, em pouco tempo, ele apresentava à sua nova vizinhança a primeira crew de tag-reto criada em Campo Grande e, até hoje, uma das mais influentes para as gerações seguintes de pichadores: a ATACK NOTURNO (AN).

---

<sup>51</sup> Criada em 1991, em São Paulo – SP.

<sup>52</sup> Criada em 1995, em São Paulo – SP.

<sup>53</sup> Instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania do governo de São Paulo responsável pela aplicação de medidas socioeducativas a menores de idade que tenham cometido atos infracionais.

Pedro criou a AN em agosto de 2002, momento em que seu irmão Filipe, o “Fil”, também chegava à cidade. No bairro onde moravam, Parque dos Novos Estados, na região norte, eles conheceram um jovem apelidado de “Cavalo”; ensinaram a ele as técnicas do picho paulista e passaram, juntos, a assinar o nome de sua nova grife pela região. Quando a procura pelos autores no bairro se intensificou, os três partiram para a região central.

**FOTOGRAFIA 8 – REGISTRO DE UMA DAS MAIS ANTIGAS ASSINATURAS DA CREW ATTACK  
NOTURNO, 2003**



Fonte: Pedro Vasciaveo.

Lá, as marcas de tinta deixadas por ATACK NOTURNO, IRF, PSN e ÓPIO começavam a dividir espaço entre os muros da cidade com os grafites da TRC, crew composta por “Maia” (atualmente assina LENTOS), “Amarelo” e “Verme”. Nos meses que se seguiram, havia um número crescente de interessados em entender melhor o que era aquele fenômeno sociocultural em ebulição. “Dongo, Cícero, Mão, João Tatto... já tinha uns 10 mano lixando a cidade toda” (informação verbal), afirma Pedro.

O ano de 2003 foi marcado também pela entrada na cena local de “Tox” (atualmente assina INF – encurtamento da palavra “Infectante”), e “Caju”, dois importantes representantes das IGUs em Campo Grande. Já no ano seguinte, enquanto Caju representava a FATOS, começava a se espalhar pelos muros da cidade a mensagem PRAGAS (PGS), feita pelo ainda adolescente “Zezinho”. Posteriormente, ambos fariam parte de uma crew consagrada em Curitiba – PR, trazida para Mato Grosso do Sul por Tox em 2005, e que ocupa a cena campograndense desde então, abrigando diferentes gerações de pichadores que pintaram inúmeros pontos de referência da cidade: a DANE\*SE.

**FOTOGRAFIA 9 – PICHÇÃO NO ESTÁDIO MORENÃO FEITA EM ALUSÃO À COPA DO MUNDO MASCULINA DE FUTEBOL NO BRASIL**



Fonte: Contra a Parede, 2015.

A grafia característica desta grife mistura os traços em linha que tipificam o tag-reto com um texto legível para leigos, que expunha mais claramente o atrevimento dos agentes da atividade e o discurso – inerente a ela – do confronto; o fato de que o pichador não se importa com a opinião daqueles que não fazem parte de seu meio social. Por quase 10 anos, o termo DANE\*SE foi exclusivamente carregado por Caju e Tox, e algumas vezes era empregado também em grapichos<sup>54</sup> e grafites. Contudo, conforme a dupla responsável pelas assinaturas se envolvia cada vez mais em atividades em outros estados e países, fez-se necessária a inclusão de novos nomes na crew visando a sua continuidade; “Giu” EXP (EXPRESSÃO) e PRAGAS, BORE, Raul ODIADOS e Fortunato (FI!/FOR) foram alguns deles.

#### FOTOGRAFIA 10 – GRAPICHO DA CREW DANE\*SE



Fonte: Contra a Parede, 2015.

---

<sup>54</sup> Uma modalidade considerada o intermediário entre a pichação e o grafite. Está mais próxima de uma pichação colorida, com traços mais espessos e utilização de técnicas como sombreamento e desenhos de fundo (*background*).

O movimento de consolidação da DANE\*SE, assim como de inúmeros outros indivíduos e grupos, foi acompanhado de perto por outro protagonista da pichação sul-mato-grossense; em 2006, ele decidiu participar ativamente – por meio do picho AFLITOS. O nome duraria pouco, uma vez que, em parceria com o pichador paulista “Beto”, o ainda adolescente “MCN” trouxe para a capital – junto de seu irmão, “JLO” – a grife RASTRO. Ambos moravam no bairro José Abrão, zona oeste de Campo Grande; no Coophatrabalho, região vizinha, conheceram “Niko” e “Pinguim”, criadores da crew PORQUERAS. Por dois anos, o grupo atuou principalmente nesta área, mas os alvos foram expandidos quando MCN passou a estudar na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

**FOTOGRAFIA 11 – ASSINATURAS DE RASTRO MCN E TUBA, 2019**



Fonte: RASTRO MCN.

A escola, por si só, faz parte da história da pichação em Campo Grande. Localizada no bairro Amambaí, vizinho ao Centro da cidade, a instituição é reconhecida tanto pelo fato de ter sido projetada, na década de 1950, por Oscar Niemeyer, um dos mais influentes e respeitados arquitetos do Brasil, quanto por ser alvo constante de jovens geralmente em suas primeiras experiências com as latas

de spray. Se sua fachada, onde se encontra a entrada principal, é gradeada, as outras faces do imóvel – que ocupa um quarteirão inteiro – são praticamente idênticas: três longas extensões de muro, dos quais o mais visado, voltado para a Avenida Noroeste, encontra-se de frente também para uma pista de skate.

Essas paredes, tradicionalmente mantidas pelos funcionários da escola na cor branca, eram um convite à atividade. Por meio delas, MCN conheceu: “Puneis”, escritor responsável pelo picho LENDAS e especialmente ativo, segundos outros agentes da atividade, até o ano de 2013; a grife da zona norte MALANDROS (MLD); os grafites da ÓPIO e TRC; e vários outros vulgos que viriam a compor, em 2009, uma das maiores crews da capital – OS MAL FALADO (OSMF). Conforme MCN, fundador da grife ao lado de Niko, OSMF atualmente abrange os seguintes “pixos”: RASTRO, NEUROSE, LENTO, PORQUERAS, KOMA, CUMA SUSTO, DEMORO, LDN, NS (NORTH SIDE), OCTS (OCULTOS), USUÁRIO, BIZARRO e INOCENTE – com distinção para este último por se manter ainda hoje como um dos membros mais ativos do grupo e, conseqüentemente, da cidade.

**FOTOGRAFIA 12 – INOCENTE E RASTRO MCN NA TRADICIONAL PICHAÇÃO EM VAGÕES DE TREM, 2015**



Fonte: RASTRO MCN.

Diretamente inspirado pela dupla jornada de Pedro e Fil na pichação e no grafite, que tinham estabelecido diferentes crews para cada atividade (NA, IRS e

PSN para pixos; ÓPIO exclusivamente para grafite<sup>55</sup>), MCN criou neste mesmo período a OPIN (encurtamento da palavra “Opinião”), outra assinatura compartilhada apenas com seu irmão e empregada na produção de pinturas com traços mais elaborados e maior paleta de cores. Esta situação exemplifica uma característica bastante particular da pichação campo-grandense, que transcendeu a relação muitas vezes conflituosa com o grafite – especialmente em sua vertente artística, que se tornou fonte de renda para muitos dos escritores urbanos da cidade –, e é fundamental na compreensão do insucesso das políticas públicas aplicadas pelos governos que visam antagonizar uma forma de expressão perante a outra. Não por acaso, o já citado “Campo Grande contra a pichação”, executado pelo ex-prefeito Alcides Bernal em 2013, foi descontinuado no mesmo ano.

E era os mesmos cara que fazia picho, mano. Isso que é da hora: às vezes o cara tava numa situação legal, fazendo um grafite e pá – geral pagando pau –, e ao mesmo tempo, na noite, o cara fazendo o bagulho como? Underground, mano. Vandalismo. Isso que foi muito louco. E isso aí também influenciou a molecada; que todos os moleque que faz picho fez grapicho, tá ligado? Os guri fazia bomb... isso que é massa, tá ligado? Em São Paulo mesmo, tem vários mano que só é do picho, mano. Só do picho; no máximo, o que o cara faz é um grapicho, que é a pichação contornada, sombreada... mas não faz outra fita. Aqui, nós já veio dessa referência dos cara, mano. Porque os cara fazia picho e grafite [sic] (MCN, informação verbal).

A terceira década da pichação campo-grandense se iniciou com a vinda de uma nova leva de jovens escritores. Entre os muitos que ocuparam o cenário urbano à base da tinta, destacaram-se: SUSTO, RATS, FNO, MORTO, ÚNICOS, TUBA, MONGE, CHINÊS, IDS (IDEIAS), RDS (RUAS DA SUL), RALA, ANÔNIMOS, KLEPUS (pichador brasileiro que esteve na cidade até meados de 2013), DEMORO e HORROR. Podemos afirmar que, em termos de ocorrências catalogadas pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista, a cidade conviveu durante os anos 2010 com o ápice da atividade – especificamente nos anos 2014 e 2015. E para representar este período, destacamos a progressão de um dos mais ativos e ousados pichadores da cidade.

---

<sup>55</sup> Segundo Pedro, esta diferenciação ocorreu apenas quando estava em Campo Grande.

HORROR é, na verdade, uma grife paulista que, em 2012 e 2013 foi disseminada pela cidade pelo jovem Fortunato. Adepto da escalada, a modalidade mais perigosa da pichação, FOR (seu picho atual) escreveu a palavra de diferentes maneiras (spray, rolo de tinta, extintor de incêndio), em diversos tamanhos e nos mais variados suportes urbanos, que faziam qualquer um que cruzasse com um de seus pichos se questionar sobre como aquilo foi possível.

Em 2014, após entrar em contato com os precursores de sua crew, adicionou a expressão NADA SOMOS à sua marca já tradicional, mas, pouco tempo depois, no início de 2015, por conta de uma pequena desavença – relacionada à cobrança financeiras da parte de membros da HORROR em São Paulo –, optou por descontinuar as duas pichações e representar a DANE\*SE.

**FOTOGRAFIA 13 – “HORROR” (FORTUNATO) NA PAREDE DO CÓRREGO DA AVENIDA ERNESTO GEISEL, CAMPO GRANDE-MS**



Fonte: Contra a Parede, 2015.

Chegando em um momento de menor atividade do grupo, que via seus principais membros (Tox e Caju) partirem para outras cidades, FOR foi importante no ressurgimento do tradicional clã de pichação campo-grandense. Para identificar as

novas ações pela capital, além do ano, passou a escrever “F!” ao lado da expressão principal, e despertou o interesse de Cripta Djan<sup>56</sup>, influente pichador paulistano e documentarista da atividade, quando este visitou a cidade, no mesmo ano.

O reconhecimento veio sob a forma de mais uma grife – uma das maiores e mais tradicionais de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil. “Ele viu os picos que eu tava fazendo, as escaladas, aí ele botou a DANE\*SE nos +F, que eu fiz até 2018 também. Daí, eu saí da DANE\*SE e, tipo, automaticamente já saí dessa grife também: Os Mais Fortes” (informação verbal).

Entre os encontros com Cripta, em 2015, e a saída da DANE\*SE, em 2018, FOR mudou-se para Florianópolis – SC em março de 2016; lá, continuou representando os colegas de Campo Grande, ao mesmo tempo em que amadurecia a ideia de ter o próprio picho. Ao retornar para a “Cidade Morena”, trouxe consigo uma nova e elaborada forma de se expressar pelas paredes, diferente de tudo que vem sendo feito no cenário da pichação campo-grandense até hoje.

#### FOTOGRAFIA 14 – ATUAL ASSINATURA DE FORTUNATO (FOR)



Fonte: Do autor.

---

<sup>56</sup> Mais informações no item a seguir.

Com base nos números que obtemos com delegados da Decat, observamos que o declínio dos índices de assinaturas ilegais refletiu o período em que Fortunato esteve fora. Contudo, mesmo alegando ter feito diversas pichações em 2018, os números de ocorrências seguem baixos, indicando que o fenômeno social vem gradativamente perdendo representantes ativos. Rastro MCN comenta sobre este panorama:

Os cara deve tá denunciando menos... assim, os cara deve ter acostumado com o bagulho; lógico, naquele tempo, era novidade. Então, tipo assim, o cara acordava e via o bagulho dele pichado: já logo fazia a ocorrência. Mas a pichação em si, mesmo, também deu uma aquietada. Nós – que é nós, mano –, que era *mil grau*, que fazia pra caralho: faço bem menos, mano. Não parei, mas faço bem menos. [...] É assim, mano. O cara às vezes dá uma aquietada, devido às resposta aí – alguns têm filho, alguns têm perda na família, algumas outras fita e os cara dão uma aquietada, mas quando volta, é *milhão*. É igual nós, né? Ninguém sabe se uma hora ou outra a gente volta aí, a milhão de novo, ou até a pichação mesmo, em si; os moleque volta a quebrar tudo aí e o bagulho vai pra mídia... né mano? Porque é só aumentar que o bagulho “vira mídia”, né mano? Na verdade, hoje não tá tendo muita ocorrência, muita mídia, porque tá quieto mesmo. Tá ligado? Gurizada tão em outras pilha; naquele tempo lá, o guri era adolescente, ele ia pichar, né mano? Tava muito próximo dele ali. Hoje em dia, tem várias outras fita próximas, né mano? Até o crime mesmo. Vários molecote aí que, em vez de tá pichando, tá roubando, tá traficando... Então nós, graças a Deus, a gente foi andar de skate, foi pichar muro e aprender grafite, foi fazer rap... Hoje em dia, já não tá mais assim, né mano? [*sic*] (informação verbal).

Casado e esperando seu segundo filho, MCN conta que não tem o mesmo “apetite” para a pichação que tinha em 2006, quando começou, e mantém atualmente uma média de dois ou três pichos por mês.

Foram 10 vezes que eu fui pra delegacia, mano, por causa de pichação, tá ligado? Dez vezes fazendo pichação, mano. E as 10 vezes, eu sempre... às vezes, quando eu podia, né mano? Lógico que ali você não tem voz, mas, sempre quando eu podia, meu argumento era esse; eu falava: “Mano, eu não tô roubando, mano. Não roubei nada, não quebrei nada; subi lá, pichei? Pichei, mano, mas... não roubei, mano, não ofendi ninguém, não bati em ninguém, saca mano?” Pichação não é isso, ela não traz isso. [...] Eu picho pra me manifestar, mano. Sentimento. Botar meu nome ali, passar e ver, ou algum camarada ver, tá ligado? Falar: “Da hora, você fez!” e pá, tá ligado? É uma diversão, mano [*sic*] (informação verbal).

Em um cenário de queda tão acentuada, é difícil fazer prognósticos sobre o futuro da atividade em Mato Grosso do Sul. Importante para outros aspectos de nossa pesquisa, entretanto, é o fato de que nessa história de quase 30 anos que já foi escrita, a pichação manteve em Campo Grande a sua essência de maneira irretocável: seja da zona sul, norte, leste ou oeste da cidade, ela ergueu-se nas periferias, carregando todo o contexto sócio-histórico imbuído nas comunidades marginalizadas dos grandes centros urbanos. Desenhando alvos imaginários, visíveis apenas para indivíduos que partilham das mesmas vivências, em propriedades públicas e privadas – monumentos históricos; prédios e residências; comércios e bancos –, suscitou debates sobre os limites individuais do cidadão na sociedade e, conseqüentemente, acerca do conformismo com o *status quo*. E mesmo considerando a efemeridade do fenômeno, nos capítulos seguintes, demonstramos que os traços identitários e discursivos promovidos dentro deste universo social extrapolam os campos da cultura urbana e da arte para que penetrem profundamente na linguística e na discursividade política.

## **2.2 IDENTIDADE LÍQUIDA E COMPORTAMENTO DESVIANTE**

Benedetto Vecchi, jornalista italiano, entrevistou em 2004, por meio de troca de *e-mails*, o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. As conversas foram publicadas no ano seguinte em forma de livro, sob o nome “Identidade” (2005), e trabalham conceitos muito caros à nossa pesquisa. Nas palavras de Vecchi, que assina a introdução da obra, Bauman “considera essencial colher a ‘verdade’ de todo sentimento, estilo de vida e comportamento coletivo. Isso só é possível quando se analisam os contextos social, cultural e político em que um fenômeno particular existe” (*apud* BAUMAN, 2005, p. 8). Neste entendimento, há uma convergência com outro sociólogo – Howard Becker (2009); mais do que isso, ambos partilham de ideologias pós-modernas que diferem das correntes de pensamento clássicas voltadas para as concepções de identidade e comportamento desviante. Não por acaso, conceitos desenvolvidos mais recentemente servem melhor ao propósito de

analisar um fenômeno relativamente novo, e que traz consigo debates típicos da vida moderna em sociedade.

Trabalharemos a seguir os dois autores separadamente, de modo que se complementem por meio da figura do pichador.

### 2.2.1 Concepções de identidade

Antes de nos aprofundarmos na visão de Bauman, consideremos Stuart Hall (2005), que elucida em “A identidade cultural na pós-modernidade” como era definida a identidade desde o século XVII até a contemporaneidade.

Hall distingue três concepções: a do sujeito do Iluminismo; a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno, respectivamente. A primeira, e mais antiga, baseava-se na premissa de um núcleo interior existente em todo indivíduo, que emergia no instante do nascimento *dele*<sup>57</sup> e se “desenvolia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo” (HALL, 2005, p. 10). Propunha uma ideia individualista do sujeito: de uma pessoa unificada, completa em si. Posteriormente, a noção do sujeito sociológico veio a refutar este pensamento, demonstrando ter “consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente [*sic*], mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’” (HALL, 2005, p. 11). Trazia uma concepção interativa da identidade, fruto da relação do indivíduo com a sociedade em que habita. Seu núcleo interior, ou “essência”, continua sendo o “eu real”, mas admite-se que pode ser modificado por meio de diálogos. Por fim, chegamos à concepção atualmente aceita do sujeito pós-moderno, fruto da argumentação de que o indivíduo não possui uma identidade unificada e permanente, mas sim fragmentada, composta por identidades “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” advindas de mudanças estruturais e institucionais<sup>58</sup> (HALL, 2005).

---

<sup>57</sup> O autor justifica o uso do termo *dele* grifado dizendo que “o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino” (HALL, 2005, p. 11).

<sup>58</sup> “A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança. [...] Estão criadas as condições para o esvaziamento das instituições democráticas e para a privatização da esfera pública, que parece cada vez mais um *talk-show* em que todo mundo vocifera as suas próprias justificativas sem jamais conseguir produzir efeito sobre a injustiça e a falta de liberdade existentes no mundo moderno”

O entendimento do sujeito pós-moderno representa para Hall (2005, p. 13), portanto, uma mudança de direcionamento fundamental: de uma identidade *definida* biologicamente para uma *construída* historicamente.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

A esse conceito, Hall (2005, p. 39) adiciona mais adiante que “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”, com o que podemos fazer uma analogia direta à própria atividade da pichação, que costuma ser temporária na vida de grande parte dos praticantes<sup>59</sup>.

A construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação (BAUMAN, 2005, p. 91).

Apresentados os estágios de desenvolvimento das diferentes perspectivas de identidade, podemos traçar um paralelo com Bauman justamente com o que ele considera ser uma “época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, ‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto” (BAUMAN, 2005, p. 35). A irreduzibilidade na era “líquido-moderna” (BAUMAN, 2005) é vista como elemento reacionário diante de um contexto de desconstrução social: racismo, homofobia,

---

(BAUMAN, 2005, p. 11). Trecho escrito por Benedetto Vecchi, retirado da introdução do livro “Identidade”.

<sup>59</sup> A afirmação está embasada em dados estatísticos regionais que trabalharemos no capítulo três.

transfobia, identidade de gênero, machismo e feminismo, misoginia e vários outros conceitos, que dificilmente são apresentados a um indivíduo por seu núcleo familiar ou educacional infantil, só podem ser compreendidos quando existe uma predisposição a se identificar com novas propostas. Justamente para “enfrentar” aqueles que permanecem intransigentes quanto a seus paradigmas tradicionais é que vemos com maior frequência a formação de comunidades ideológicas.

Bauman (2005, p. 17) explica que existem duas classificações comuns destas comunidades: as de *vida*, “cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa ligação absoluta’”, e as de *destino*, “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios”.

Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes, sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005, p. 18).

Assim como a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT ou LGBTTT) e grupos feministas, consideramos as *crews* de pichadores como uma comunidade de destino que se confunde com a de vida, dadas as adversidades que todos enfrentam em seus primeiros ambientes de convívio social; preconceitos e a marginalização de seus direitos podem unir indivíduos vizinhos e, em um segundo momento, fomentar a busca por matrizes que defendam suas causas.

Por mais nobre e fundamental que seja a busca por justiça social, o sociólogo polonês acredita que esta “guerra” tenha sido “reduzida a um excesso de batalhas por reconhecimento”. O reconhecimento é uma das palavras-chave a ser empregada como justificativa para o ato de pichar; para grupos de indivíduos bem-sucedidos, ser reconhecido é muitas vezes a única peça – de um inventário quase completo – a ser obtida para que se alcance a felicidade plena. Enquanto isso, o conceito de reconhecimento social, principalmente pelas vias legitimadas como a conquista de imóveis próprios e bens materiais, a aprovação em exames concorridos e ascensão profissional, permaneçam como uma realidade distante e obscura para uma “parcela

ampla e em rápido crescimento da humanidade” (BAUMAN, 2005, p.43). O pichador representa alguém cujos empecilhos naturais de sua condição social diminuem a sua representatividade. Em uma atividade exercida majoritariamente por adolescentes e jovens adultos, a necessidade de escrever seus nomes ou apelidos em locais de evidência – principalmente para os bem-sucedidos – significa muitas vezes a desistência da obtenção de reconhecimento dos privilegiados, pelas vias que estes consideram aceitáveis. Mediante a pichação, o pichador se faz importante dentro de seu sistema fechado, em que outros pichadores compreendem o que está escrito e quem é o seu autor. Questionado sobre um possível horizonte de transformação mais profunda da sociedade por meio da escrita urbana, em matéria publicada pela revista *Le Monde Diplomatique Brasil* e reproduzida em versão online (MANO, 2009), os cineastas e irmãos João Wainer e Roberto Oliveira elucidam:

Eu acho que a transformação que ocorre com o pichador é outra. Enquanto é o moleque na quebrada, quietinho e que não faz nada, ele não é ninguém. É um cara meio invisível. Mas quando começa a pichar, ele passa a ser alguém, a ter um status. [...] Ele passa a ter valor e a partir daí aumenta a sua autoestima. Ele começa a achar que existe a partir do momento em que escreve seu nome numa parede alta e que os moleques da quebrada passam de ônibus e veem.

Se isso é o suficiente para estes indivíduos, Wainer responde que “não tem nada pior do que você ser ignorado. É melhor ser odiado do que ser ignorado. É essa a opção que eles fizeram”. E essa opção diz muito sobre a identidade de um sujeito que, em diversos níveis, não existe como cidadão periférico e passa a existir como problema social: como vândalo.

O economista e filósofo canadense Kenneth Galbraith, citado por Bauman (2005, p. 49), alertava há mais de 30 anos sobre a chegada de uma “maioria satisfeita”, que faz uso de direitos pessoais e políticos como mecanismo de exclusão e supressão de direitos sociais.

Em primeiro lugar, o princípio do seguro social coletivo como direito universal de todos os cidadãos foi, pela prática do “teste dos recursos”, substituído por uma promessa de assistência dirigida apenas às pessoas que fracassassem no teste de abundância de recursos e de autossuficiência – e, portanto, implicitamente, no teste de cidadania, mas um estigma do

qual pessoas com respeito próprio devem se afastar. Em segundo lugar, de acordo com a regra de provisões para os pobres são provisões pobres, os serviços de bem-estar social perderam muito da antiga atração que exerciam. Esses dois fatores acrescentaram animosidade, velocidade e intensidade ao processo de distanciamento da “maioria satisfeita” em relação à aliança “para além da direita e da esquerda” em apoio ao Estado social. Isso, por sua vez, aumentou a limitação e a defasagem de sucessivas medidas de bem-estar social e levou a uma incapacitação geral das instituições previdenciárias, vítimas da falta de verbas (BAUMAN, 2005, p. 50).

Cada fator citado por Bauman dentro desse processo de “liquefação” das estruturas e instituições sociais<sup>60</sup> torna-se elemento de empatia e agregação em torno das comunidades de destino que se sentem mal representadas e oprimidas. Dentro destes grupos, a identidade se aproxima da definição de Max Frish (*apud* BAUMAN, 2005, p. 45), em que é apresentada como *a rejeição* de tudo aquilo que os outros desejam (e esperam) que o indivíduo seja.

É inevitável, portanto, que a “identidade” torne-se uma ideia ambígua. Ela pode ser utilizada como grito de guerra por indivíduos conformistas – apegados a preconceitos disfarçados como crenças, tradições religiosas e defesa do antigo modo de vida – contra aquilo que consideram “pressões coletivas” de grupos que tentam *impor seus pontos de vista* (disfemismo para o ato de reivindicar direitos inexistentes ou mal aplicados). O mesmo grupo acusado também pode direcionar a sua revolta a um grupo maior, do qual o próprio indivíduo conformista integra por intermédio de sua militância indireta, que teria “a intenção viciosa e ignóbil de apagar a diferença de um grupo menor, forçá-lo ou induzi-lo a se render ao seu próprio ‘ego coletivo’, perder prestígio, dissolver-se” (BAUMAN, 2005, p. 82).

A identidade encontra no campo de batalha o seu lar natural, mas essa luta costuma ser travada de maneira *defensiva* por ambos os lados. Assim como grupos minoritários convivem com a sombra da exclusão por seus opressores, os grupos majoritários também se colocam em posição de fragilidade frente ao avanço de diferentes grupos menores com suas respectivas reivindicações (BAUMAN, 2005). É

---

<sup>60</sup> “Estamos agora passando da fase ‘sólida’ da modernidade para a fase ‘fluida’. E os ‘fluidos’ são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças” (BAUMAN, 2005, p. 57).

dessa maneira que o poder público costuma se identificar ao tratar a pichação como uma ameaça, ainda que o dano causado pela atividade ao Estado seja, de modo geral, mais ideológico do que financeiro.

**Contra a alegação de “vandalismo”:** o pixo não INUTILIZA uma parede, um muro. O muro continua apto a cumprir sua função. Mas seu SIGNIFICADO muda. A resignificação do espaço público por meio de intervenções estéticas constitui uma importante tradição da arte contemporânea, excedendo a esfera da própria pichação, vetor mais radical da arte urbana, que acaba por sofrer uma discriminação descabida (DJAN, 2015, grifos do autor).

Bauman (2000) trabalha no volume “Em busca da política” um caso que auxilia no entendimento de uma complexa questão sociológica envolvida na construção social do pixo como inimigo público. Ainda nas primeiras páginas, ele menciona uma matéria escrita pela jornalista inglesa Jessica “Decca” Aitkenhead, para o tradicional jornal *The Guardian*<sup>61</sup>. O assunto era a soltura da prisão de Sidney Cooke, condenado pelo crime de pedofilia.

O que Cooke oferece, onde quer que esteja, é uma rara oportunidade de realmente odiar alguém, em voz alta, publicamente e com absoluta impunidade. É uma questão do bem contra o mal... e portanto um gesto contra Cooke define você como decente. As pessoas e grupos que ainda se podem respeitavelmente odiar são pouquíssimos. Os pedófilos encaixam-se como uma luva (BAUMAN, 2000, p. 18).

Para complementar seu pensamento, o autor (BAUMAN, 2000, p. 23) menciona uma possibilidade trabalhada pelo historiador francês René Girard, que

imaginou o que teria hipoteticamente acontecido em tempos pré-sociais igualmente hipotéticos quando as divergências disseminavam-se por toda a população e disputas violentas na luta desesperada pela sobrevivência dilaceravam as comunidades ou impediam que se unissem. [...] A verdadeira mensagem do mito de Girard é que, sempre que a discórdia está disseminada e difusa, sem alvo definido, quando grassam a desconfiança e hostilidade mútuas, o único avanço ou recuo possível rumo à solidariedade,

---

<sup>61</sup> Decca Aitkenhead, “These women have found their cause, but they’re not sure what it is”, *The Guardian*, 24 de abril de 1998. Item referenciado por Zygmunt Bauman (2000), não acessado para esta pesquisa.

a um habitat seguro – solidário – é escolher um inimigo comum e unir forças num ato de atrocidade comunitária contra um alvo comum.

Dado o cenário contínuo de desajuste social e político do país desde sua recente democratização, a pichação facilmente se enquadra como um fenômeno social a ser odiado em comunidade “respeitavelmente”, e tem auxílio de uma importante voz *enocrática*<sup>62</sup> (BARTHES, 1988), ou seja, que dissemina (ao mesmo tempo que reforça) discursos que vão de acordo com o poder vigente; que estão de acordo com o senso comum. Essa voz é a da nossa imprensa, que se encontra em situação de oligopólio – poucos grupos, a maioria deles administrados em família, dominando a maior parte do mercado de comunicação<sup>63</sup>.

Por hora, o que observamos é que o recuo ou autolimitação do Estado, fenômeno global que acontece como reflexo de políticas capitalistas liberais, acaba expondo seus cidadãos “tanto ao impacto coercivo (agendador) como doutrinador (codificador) de forças essencialmente não políticas, primordialmente aquelas associadas aos mercados financeiros e de consumo” (BAUMAN, 2000, p. 80). Ironicamente, a mídia brasileira, que pode ser classificada como uma dessas forças, tem associações diretas com políticos e o mercado financeiro, tornando-a cada vez mais orientada e menos isenta. Ao delegar o controle ideológico, resta ao Estado dedicar-se ao “controle direto” daquelas categorias sociais que não são atingidas por pressões de mercado e que estão longe de ser priorizadas na agenda governamental – esta, sim, orientada por aspectos econômicos.

Essas categorias incluem, sobretudo, os pobres pós-modernos, redefinidos como “consumidores frustrados”, e de maneira mais geral todas as classes perigosas (potencialmente criminosas) que, não tendo conseguido entrar na agenda do mercado, são suspeitas de estar loucas para recorrer a alternativas que essa agenda deixou de fora (BAUMAN, 2000, p. 80).

---

<sup>62</sup> O conceito será melhor explicado no capítulo seguinte.

<sup>63</sup> Estes e outros dados são trazidos por um levantamento realizado pela organização internacional “Repórteres sem Fronteiras” (RSF) em parceria com a ONG brasileira “Intervezes” e serão aprofundados no capítulo três desta pesquisa.

A ideia do cidadão como consumidor de mercado, diferente daquele com maior liberdade individual a que a pós-modernidade advertia, dificulta o processo de desmascaramento da codificação e agendamento a que somos submetidos. Isso porque a “obediência ao código é disfarçada como conduta autopropulsionada”, e a ordem proferida atinge o indivíduo “mais sob a forma de uma ‘oferta que não se pode recusar’” (BAUMAN, 2000, p. 84).

Quanto aos excluídos da agenda, a estratégia utilizada pelo Estado para enfrentar a alteridade destes é a que o antropólogo cultural Claude Lévi-Strauss (*apud* BAUMAN, 2001, p. 129) denomina *antropoêmica*. Ela consiste em isolar elementos considerados incuravelmente estranhos e privar-lhes de todo tipo de interação social. As variantes mais extremas da estratégia – encarceramento, deportação e assassinato – costumam ser aplicadas principalmente contra a população negra e pobre<sup>64</sup> e configuram uma seletividade penal prejudicial a essa população exercida pelo Judiciário brasileiro (RAMOS; LIMA, 2017); enquanto as formas mais “refinadas” são a “separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo a seu uso”.

A cidade, como outras cidades, tem muitos habitantes, cada um com um mapa da cidade em sua cabeça. Cada mapa tem seus espaços vazios, ainda que em mapas diferentes eles se localizem em lugares diferentes. Os mapas que orientam os movimentos das várias categorias de habitantes não se superpõem, mas, para que qualquer mapa “faça sentido”, algumas áreas da cidade devem permanecer sem sentido. Excluir tais lugares permite que o resto brilhe e se encha de significado (BAUMAN, 2001, p. 133).

Não obstante a estratégia de acomodar indivíduos “inconvenientes” em guetos, favelas e regiões marginais das cidades, estes espaços sofrem um

---

<sup>64</sup> Diversas pesquisas corroboram a afirmação. De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), 64% dos presos no sistema penitenciário nacional são negros, segundo dados divulgados em dezembro de 2017 (RAMOS; LIMA, 2017). Ao analisarmos as vítimas de homicídio, os resultados são ainda mais reveladores. Os números mais recentes foram publicados em junho de 2018 no Atlas da Violência, que se baseia em informações fornecidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e usa como referência o período de 2006 a 2016: entre a população negra, a taxa de homicídios aumentou 23,1%, enquanto a de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. Com um recorde negativo de assassinatos em 2016 – 30,3 homicídios a cada 100 mil pessoas – chegou-se ao percentual de 71,5% de vítimas pretas ou pardas (MADEIRO, 2018).

apagamento em prol do bem-estar social dos bem-sucedidos. Viver na periferia “significa estar suficientemente próximo para ver as coisas com clareza, mas suficientemente longe para ‘objetivá-las’ e assim moldar e condensar as percepções em conceitos” (BAUMAN, 2001, p. 178).

Dentro dessas comunidades, o indivíduo que se dispõe a pichar é alguém que se encontra diante de uma série de elementos opressores e discursos de neutralização em seu cotidiano, que agem como combustível para seguir assinando muros (DJAN, 2015; MANO, 2009; WAINER, 2005). Quando colocada em perspectiva, a atividade é muito menos grave do que os inúmeros programas antipichação que se espalham pelas médias e grandes urbes sugerem, e também uma resposta singela ao discurso encrático embutido em diferentes porta-vozes. Contudo, “se as armas de defesa não estão disponíveis de maneira uniforme para todos”, “é razoável que indivíduos mais fracos e mal-armados procurem a força do número para compensar sua impotência individual” (BAUMAN, 2001, p. 223).

### **2.2.2 Desvio beckeriano: o pichador como *outsider***

Howard Saul Becker não inventou, por meio do livro “Outsiders” (2009), o que se denomina “sociologia do desvio”; tampouco se estendeu nos estudos dessa área posteriormente. Ainda assim, criou uma obra relevante por sua abordagem descomplicada – em comparação com a maioria dos textos acadêmicos –, por tratar empiricamente de temas geralmente agradáveis para estudantes universitários, como drogas e músicas, e finalmente por distanciar-se das estruturas teóricas mais antigas que consideravam qualquer tipo de comportamento antissocial como fruto de algum tipo de contravenção, entre elas o consumo excessivo de álcool, uso de drogas ilícitas e má conduta sexual (BECKER, 2009, p. 9).

Essas teorias [...] não soavam verdadeiras para sociólogos de uma nova geração, menos conformistas e mais críticos com referência às instituições sociais da época, menos dispostos acreditar que o sistema de justiça criminal jamais cometia erros, que todos os criminosos eram pessoas más que haviam feito as coisas más de que eram acusadas, e assim por diante (BECKER, 2009, p.10).

A alternativa proposta por Becker seguiu um caminho não necessariamente novo, mas descreditado por sociólogos do campo do crime, acostumados a “resolver problemas sociais”. Essa outra tradição “insistia em que todos os envolvidos numa situação contribuíam para o que acontecia nela. A atividade de todos devia fazer parte da investigação sociológica” (BECKER, 2009, p. 12). Passa-se de um espectro reduzido – do criminoso – para um mais amplo, onde se analisa todo tipo de atividade (criminosa ou não) em que indivíduos participantes definem condutas certas/erradas e mecanismos para coibir a transgressão das mesmas.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2009, p. 15).

Diferentemente de concepções mais simples de desvio, ora essencialmente estatísticas, ora o identificando como uma patologia, a concepção sociológica relativiza o desviante a partir do momento em que descreve as regras impostas por um grupo antes de precisar se uma pessoa, de fato, as violou ou não (BECKER, 2009).

O autor, porém, não poupa esta interpretação de uma crítica: a de não dar peso suficiente às questões ambíguas que eventualmente surgem, uma vez que a decisão sobre os parâmetros de comportamento ideal e quem os estabelece são relativas:

Tal pressuposto parece-me ignorar o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é

alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2009, p. 21, grifo do autor).

Não podemos, desse modo, lidar com os sujeitos de pesquisa (pichador/desviante) como uma categoria homogênea de análise. Conseqüentemente, trabalhar com rotulações e estereótipos pode ser uma armadilha, uma vez que esse processo não é infalível: não é possível inserir no corpus de estudo infratores que consigam escapar do processo de detecção, nem garantir que aqueles selecionados para representar o todo tenham realmente infringido regras (BECKER, 2009).

À medida que a categoria carece de homogeneidade e deixa de incluir todos os casos que lhe pertencem, não é sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio. O que é, então, que pessoas rotuladas de desviantes têm em comum? No mínimo, elas partilham o rótulo e a experiência de serem rotuladas como desviantes. (BECKER, 2009, p. 22)

Precisamente a falta de outros elementos comuns a todos os seus agentes foi o que nos trouxe para os estudos a respeito da pichação, em primeiro lugar. Constituído fundamentalmente em cima da infração de uma “regra”, instituída na sociedade brasileira como crime, o grupo social dos pichadores é, por esta e outras razões que abordaremos adiante, *outsider* por excelência.

Elemento identitário do pixo, o desrespeito à lei foi discutido em entrevistas realizadas com agentes desta carreira<sup>65</sup> na cidade de Campo Grande (MS): não houve manifestações no sentido de descriminalizar a atividade; muitos sequer questionavam as penalidades previstas, fazendo ressalvas apenas para o tratamento que alguns policiais ou agentes da guarda municipal oferecem durante os

---

<sup>65</sup> “Originalmente desenvolvido em estudos de ocupações, o conceito refere-se à sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema ocupacional, realizados por qualquer indivíduo que trabalhe dentro desse sistema. [...] Em geral, no estudo de ocupações, usamos o conceito para distinguir entre os que têm uma carreira ‘bem-sucedida’ (quaisquer que sejam os termos em que o sucesso é definido dentro da ocupação) e aqueles que não têm” (BECKER, 2009, p. 35). O autor transforma esse modelo para o estudo de carreiras desviantes, sem restringir o interesse apenas àquelas que levam a desvios cada vez maiores, mas também aos indivíduos que tem contato breve com algum tipo de desvio.

flagrantes. Brunno de Paula, grafiteiro entrevistado para o TCC em 2014, contou que “a polícia faz o papel dela aí, né mano? Se ela pegar você pichando, vai ficar a critério do cana<sup>66</sup>: se ele vai querer te dar um cola<sup>67</sup> ou se ele vai querer te meter um processo no rabo” (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014, p. 55). A ciência de que suas infrações geram riscos é, de fato, o que sustenta outros elementos-chave das intervenções: a agilidade do processo, a fim de evitar o flagrante; a utilização da *tag* como marcação de território ou elemento simbólico de trânsito por um determinado local; a adrenalina inerente à prática de uma contravenção em espaço público.

O fato de um indivíduo ou grupo social ser rotulado como outsider não exclui a possibilidade de ambos assim também qualificarem terceiros. Becker trabalha com outro cenário provável em que “aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders” (BECKER, 2009, p. 15), refletido no discurso a seguir:

**Contra a alegação de “degradação do espaço público”:** não há restrição legal nenhuma a prédios que bloqueiam o sol, a publicidades gigantescas, a arquitetura ruim, a obras que restringem a circulação dos espaços públicos, enfim, a nenhuma das formas de mal planejamento do uso do espaço público que, vale lembrar, pertence a todos nós. O lixo abunda nas ruas. O pixo não entope esgoto, não tapa o sol, raramente é maior e mais visualmente impositivo que a publicidade, nem de longe é tão opressivo quanto o miserável urbanismo brasileiro. Ora...que prendam os engenheiros, os arquitetos, os que jogam lixo na rua, as agências de marketing, os donos de outdoor (DJAN, 2015, grifo do autor).

Ao confrontar o discurso daqueles que o julgam, Djan Ivson (mais conhecido como Cripta<sup>68</sup> Djan) afirma que as assinaturas ilegais representam a “(re)apropriação” de espaços da cidade que são negados a eles, os “excluídos”. Cidade essa que consiste em um espaço antidemocrático propenso a reforçar preconceitos e fomentar segregações, dentre as quais a construção de muros é a mais emblemática (DJAN, 2013). Para este exemplo, Becker (2009, p. 16) aponta que, enquanto alguns indivíduos que violam regras não experimentam qualquer

<sup>66</sup> Gíria utilizada para denominar o agente policial em geral.

<sup>67</sup> O “cola” a que o entrevistado se refere é definido por muitos pichadores como uma abordagem policial truculenta, que pode envolver agressões físicas, verbais e banhos de tinta.

<sup>68</sup> “Cripta” é o nome da *gang* ou *crew* que Ivson faz parte e por quem assina suas pichações desde 1997.

sentimento de injustiça em seus julgamentos e sentenças, outros “desenvolvem ideologias completas para explicar por que estão certos e por que os que os desaprovam e punem estão errados.”

O próprio ato de pichar pode ser visto como condenável dentro destas comunidades de destino (BAUMAN, 2005), desde que desrespeitem o código de ética da pichação e sua principal resolução: a de não “atropelar”. Em Campo Grande (MS), a prática se mostrou pouco comum. Pichadores e grafiteiros locais desenvolveram uma cumplicidade em suas intervenções tanto por habitarem e compartilharem os mesmos espaços – especialmente as periferias – quanto por enxergarem a proximidade entre os dois tipos de intervenções. No depoimento de MAGROS<sup>69</sup>, jovem pichador campo-grandense entrevistado em 2014, o respeito ao grafite como forma de intervenção gráfica urbana era enfático, e sua justificativa para não se aventurar na modalidade era, unicamente, a de não se considerar suficientemente talentoso. Do outro lado, todos os grafiteiros entrevistados eram ou pichadores de fato, por também assinarem suas *tags* pela cidade *além* dos desenhos coloridos, ou no mínimo seriam enquadrados como pichadores pela legislação, já que fizeram ou ainda fazem intervenções em locais sem autorização (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014). Em um ambiente de tolerância e até reverência mútuas, atropelar a intervenção de um companheiro de carreira (BECKER, 2009) acaba sendo uma atitude tipificada para situações específicas de conflito pessoal entre agentes e/ou grifes.

Um cenário excepcional de atropelo, que parte de grafiteiros para o apagamento de pichações, foi descrito por Jorge “Gnomo”, um dos principais representantes do grafite na capital sul-mato-grossense (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014, p. 51).

Cara, é... assim... Puta, o impacto é uma coisa meio que se torna conflitante, né cara? Porque às vezes eu nem pego muro autorizado devido que o pessoal autoriza pra tampar o picho. E às vezes, puts... temos muitos colegas que fazem isso, sabe? Fica uma coisa meio... o que que é o recurso que eu uso? Tanto pelo Facebook, ou de outra forma, vou atrás, converso com o colega que fez o picho. “Oh fulano, pá! O morador autorizou

---

<sup>69</sup> O entrevistado mencionado preferiu ter sua identidade preservada e foi identificado no texto pelo nome que assina em suas pichações, “MAGROS”, que segundo o próprio, é uma alusão às pessoas que passam fome no país.

lá, vou pintar lá em cima, beleza?”. Beleza? Beleza. Nunca tive recusa de falar “Não, vou atropelar se você fizer”. Nunca! Sempre quando eu conversei com a rapaziada, foi de boa. Assim hoje prossegue né, cara. Muitos usam desse recurso aí. Os muros estão sendo cedidos, autorizados, mas sempre no intuito de apagar o picho.

No âmbito paulista, Cripta Djan comentou sobre o respeito entre os agentes das IGUs em uma entrevista para o programa Altas Horas. O atropelo é considerado um desrespeito porque “você [pichador] colocou ali muitas vezes a sua integridade física e jurídica pra tá deixando a sua marca e vem outro cara e passa por cima. Quando isso acontece, normalmente rola um desentendimento” (DJAN, 2009). Ainda que os conflitos internos da pichação tenham se apaziguado, principalmente em comparação com os anos 1990, as desavenças com grafiteiros continuam (SALLES; SANTANA, 2015). Ao contrário do cenário campo-grandense, os grafites autorizados não são bem-vindos em São Paulo, onde painéis e galerias de arte têm sido alvo de atropelos por estarem cumprindo, segundo Cripta Djan, papel de “vassoura” para o Estado por meio de um processo de privatização. “Se o grafite se tornar algo privado, o pixo ele não é obrigado a respeitar. Perde a legitimidade. O parâmetro de respeito na rua é a transgressão” (DJAN, 2015b).

Embora Becker (2009) considere a possibilidade de desvios internos aos grupos *outsiders*, ele ressalta que o grau em que uma ação é tratada como desviante é variável de acordo com quem a comete e quem ela prejudica:

Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado<sup>70</sup>. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos. Sabe-se muito bem que um negro que supostamente atacou uma mulher branca tem muito maior probabilidade de ser punido que um branco que comete a mesma infração; sabe-se um pouco menos que um negro que mata outro negro tem menor probabilidade de ser punido que

---

<sup>70</sup> A.K. Cohen e J.F. Short Jr., "Juvenile Delinquency"; in R. Merton e R.A. Nisbet (orgs.), *Contemporary Social Problems*, p.87. Nota reproduzida do texto original.

um branco que comete homicídio<sup>71</sup>. Este, claro, é um dos principais pontos da análise que Sutherland faz do crime do colarinho-branco: delitos cometidos por empresas são quase sempre processados como causa civil, mas o mesmo crime cometido por um indivíduo é usualmente tratado como delito criminal<sup>72</sup> (BECKER, 2009, p. 25).

Se a justiça não é igual para os membros da sociedade em diferentes circunstâncias, isso acontece porque as regras estabelecidas para todos são formulados por alguns poucos: em muitos aspectos, homens fazem leis para mulheres, brancos ditam as regras para negros e a classe média traça regras para a classe baixa. Não há consenso com o que o *status quo* define como imoral ou ilegal, mas os que discordam da *doxa* são geralmente os menos representativos na guerra de linguagens (BARTHES, 1988). Os pichadores, de maneira geral, são indivíduos posicionados em diferentes classes sociais, linhas étnicas, ocupacionais e culturais que seus legisladores, e as adversidades a que são submetidos cotidianamente – geradoras de uma história e tradições próprias – são o fio condutor para o desenvolvimento do seu regimento interno. O fato de serem obrigados a aceitar regras que não lhes convém passa, portanto, por uma questão de poder político e econômico (BECKER, 2009).

Por conta de sua essência transgressora, a pichação tende a não ser relativizada da mesma maneira que outros desvios mais frequentes.

Encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como assassinato, estupro ou traição nos levam a ver o transgressor como um verdadeiro outsider (BECKER, 2009, p.16).

A invasão de propriedades privadas, frequente no cotidiano do pichador, aproxima o transgressor do ladrão citado por Becker, e conseqüentemente torna o indivíduo que picha ainda menos semelhante – se levarmos em conta suas

---

<sup>71</sup> H. Garfinkel, "Research Notes on Inter- and Intra-Racial Homicides". Nota reproduzida do texto original.

<sup>72</sup> E.H. Sutherland, "White Collar Criminality". Nota reproduzida do texto original.

mencionadas diferenças sociais, étnicas, ocupacionais e culturais – ao cidadão comum que demonstra aversão à atividade. O mesmo cidadão, entretanto, que pode se mostrar tolerante com quem bebe demais ou comete pequenas infrações de trânsito, é passível de uma mudança de posicionamento quando alguém mistura os dois comportamentos desviantes e causa a morte de um terceiro ao dirigir alcoolizado, por exemplo.

Além dos atos que não são percebidos como violação de regras, existem os que sequer são percebidos de modo algum, pois são executados de maneira sigilosa. Para estes cenários, Becker (2009, p. 32) propõe o *desvio secreto*, e afirma: “como no caso da falsa acusação, ninguém sabe realmente em que medida o fenômeno existe, mas estou convencido de que a quantidade é bastante grande, muito mais do que pensamos.” Por mais que a natureza da atividade pichadora envolva, fundamentalmente, a exposição das assinaturas para o transeunte, existe uma tolerância variável curiosa. Afinal de contas, quantas pessoas não assumem o papel de desviante secreto ao assinar seus nomes em uma carteira na escola? Riscam dizeres na mesa maltratada de um bar ou deixam mensagens obscenas e assinaturas datadas em banheiros públicos? Apesar de moralmente condenáveis, nenhum dos casos se enquadra na lei da pichação – mesmo com motivações e objetivos finais muito semelhantes – e, na maioria das vezes, são relativizados ao ponto em que os desviantes secretos não são (ou nem podem ser) acusados de desvio de caráter, traço de identidade geralmente associado aos desviantes assumidos.

Ao analisar casos de não-conformidade intencional, as pessoas geralmente perguntam sobre a motivação: por que a pessoa quer fazer a coisa desviante que faz? A pergunta pressupõe que a diferença básica entre os desviantes e os que se conformam reside no caráter de sua motivação. Foram propostas muitas teorias para explicar por que alguns têm motivações desviantes e outros não. Teorias psicológicas encontram a causa de motivações e atos desviantes nas primeiras experiências do indivíduo, produzindo necessidades inconscientes que devem ser satisfeitas para que ele mantenha seu equilíbrio. Teorias sociológicas procuram fontes socialmente estruturadas de “tensão” na sociedade, posições sociais sujeitas a tais demandas conflitantes, de modo que o indivíduo busca uma maneira ilegítima de resolver os problemas que sua posição lhe apresenta. (A famosa teoria da anomia de Merton se encaixa nessa categoria)<sup>73</sup>. Mas os pressupostos em que essas abordagens se fundam podem ser

---

<sup>73</sup> R.K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, p.131-94. Nota reproduzida do texto original.

inteiramente falsos. Não há razão para se supor que somente aqueles que finalmente cometem um ato desviante têm o impulso de fazê-lo (BECKER, 2009, p. 37).

O desenvolvimento em sociedade de um indivíduo considerado “normal”, para Becker (2009, p. 32), é pautado em um aumento gradativo de compromissos com normas e instituições convencionais. Ao sinal de qualquer impulso desviante, o que entra em questão é a reputação que a pessoa tem perante outras figuras de seu círculo de convivência, construída ao longo do tempo e em diversas interações. Como “já apostou demais em continuar a ser normal para se permitir ser dominada por impulsos não-convencionais”, consegue se controlar. Contudo, por ser um desviante, o pichador foge a essa regra; é qualificado como um caso de não conformidade intencional, onde o indivíduo não sustenta os compromissos sociais tradicionalmente estabelecidos.

Há duas maneiras de driblar os impactos dessa escolha: ou a pessoa evita firmar, durante o curso de sua vida, “alianças embaraçosas” com quem possa exercer um julgamento contrário aos seus impulsos, ou – permanecendo sensível a códigos de conduta tradicionais – utiliza técnicas de neutralização desenvolvidas para justificar o ato desviante como válido e descredenciar o sistema legal ou a sociedade como um todo; ao afirmar que seus condenadores são hipócritas e desviantes disfarçados, a transgressão do *outsider* é mais facilmente reprimida (BECKER, 2009). Ambas são reproduzidas por Cripta Djan em seu discurso: primeiramente, por serem os pichadores “invisíveis” para a sociedade (DJAN, 2013), a evasiva em firmar alianças embaraçosas parte dela própria, que, em tese, impõe uma reputação negativa ao jovem periférico pautada em estereótipos de criminalização. Como afirma Cripta em depoimento para a revista Vaidapé: “Nós somos criminalizados por uma estética. Uma estética que foi marginalizada e criminalizada pela sociedade por ser feita por pessoas da periferia” (SALLES; SANTANA, 2015). Quanto à neutralização do desvio, o pichador pode justificar o vandalismo transformando-o em ferramenta para demonstrar sua insatisfação social e fazendo de sua escrita um “brado pintado”, “a voz dos sem voz” (DJAN, 2013).

Outro caminho é o de apelar para o viés artístico de suas intervenções, abordado na produção audiovisual “Criptografia Urbana” (2015):

No campo da arte, ele [pixo] se legitima por si próprio, entendeu? Pela sua própria essência: num é nós que tamo querendo enquadrar o pixo no campo da arte. É os próprios conceitos da arte que já legitimam o picho como uma manifestação artística, espontânea, que tem a sua linguagem própria, que tem seus códigos de conduta. O papel do picho é ser controverso, é incomodar mesmo [sic].

Ainda que seja fruto de criatividade e expressão individuais, seguindo critérios estéticos – estabelecidos de forma não-oficial – que vão desde a complexidade da codificação até o alinhamento das letras (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014), a pichação é controversa principalmente por priorizar suportes ilegais para a sua produção, o que a afasta da análise pura e simplesmente artística. Novamente, a questão da criminalidade dentro desta comunidade confunde-se com traços de identidade, principalmente na maneira como sujeitos externos ao grupo vão imaginar a figura do pichador.

Para ser rotulado de criminoso só é necessário cometer um único crime, isso é tudo a que o termo formalmente se refere. No entanto, a palavra traz consigo muitas conotações que especificam traços auxiliares característicos de qualquer pessoa que carregue o rótulo. Presume-se que um homem condenado por arrombamento, e por isso rotulado de criminoso, seja alguém que irá assaltar outras casas; a polícia, ao recolher delinquentes conhecidos para investigação após um crime, opera com base nessa premissa. Além disso, considera-se provável que ele cometa também outros tipos de crime, porque se revelou uma pessoa sem “respeito pela lei”. Assim, a detenção por um ato desviante expõe uma pessoa à probabilidade de vir a ser encarada como desviante ou indesejável em outros aspectos (BECKER, 2009, p. 43).

Bauman (2000, p. 59) aponta uma disposição em deslocar todas as questões públicas para a área do direito penal que é aplicável nesta situação; segundo o autor polonês, há “uma tendência a criminalizar problemas sociais e particularmente aqueles que consideramos – ou que podem ser construídos como – capazes de afetar a segurança da pessoa, do corpo ou da propriedade”. O pichador termina por

ser caracterizado como um criminoso sem escrúpulos, capaz de escrever a tinta dizes em locais impróprios bem como cometer crimes hediondos. Antônio Silvano Rodrigues Mota, então delegado titular da Decat<sup>74</sup> em 2014, corroborou com este discurso em entrevista realizada no mesmo ano:

Logicamente, você parte do princípio que a pessoa que chegou ali e pichou pode também ter, entrar... alguém que entre com a finalidade de furtar, de assaltar ou até mesmo de causar um crime pior, até mesmo de matar alguém que esteja ali dentro, pela falta de uma barreira que ofereça um obstáculo pra que a pessoa acesse aquele local (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014, p. 54).

Outra tendência, que perdura há mais tempo, é a de enxergar o pobre como perigo. Michel Foucault (2017, p. 165) a localiza inicialmente no segundo terço do século XIX, e entre outras razões, assinala que

A cólera de 1832, que começou em Paris e se propagou por toda a Europa, cristalizou em torno da população proletária ou plebeia uma série de medos políticos e sanitários. A partir dessa época, se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e espaços ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres.

Por uma soma de fatores, o *outsider* pichador desperta ódio, medo e repulsa mesmo sendo agente de um desvio de conduta brando quanto a suas consequências sociais. Isso faz com que o pertencimento a esse grupo desviante solidifique a identidade desviante de seus membros e leve-os a racionalizar sua posição (BECKER, 2009). Posteriormente, alguém que ingresse no grupo será ensinado a levar sua atividade adiante sem os mesmos contratempos que integrantes mais experientes já enfrentaram e, na medida do possível, solucionaram. “Cada grupo desviante tem um grande repertório de conhecimento sobre assuntos desse tipo, e o novo recruta o aprende rapidamente” (BECKER, 2009, p. 49).

---

<sup>74</sup> Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista, localizada em Campo Grande, MS.

Se a figura do pichador não é simpática entre os não-praticantes da atividade, as variáveis em seu discurso podem gerar outro tipo de relativização quanto à clareza e conteúdo das mensagens propagadas, que eventualmente interferem no processo de recepção entre os espectadores. Partimos de uma definição abrangente de pichação – todo conteúdo escrito em edificações públicas ou privadas sem a autorização dos respectivos donos (Lei nº 9.605), incluindo aqueles que, para os que se autodenominam pichadores, não se enquadram como um pixo – para sustentar o pensamento. Por exemplo, manifestações graficamente claras para o leitor comum que vão desde poemas e declarações até sentenças políticas (na capital sul-mato-grossense, os casos popularmente conhecidos “ANDRÉ VENCEU O DEBATE”<sup>75</sup> e “BERNAL AGIOTA”<sup>76</sup>). Elas se enquadram em uma “mudança no comportamento pichador”, sugerida pela educadora e linguista Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (2011), que data do final da primeira década do século XXI e consiste no ressurgimento de pichações legíveis, agora frequentemente associadas a grafites e grapichos. São mencionados por ela três exemplos, dos quais destacamos dois: a frase “Você não é o conteúdo da sua carteira”, que “expõe uma acusação à alienação capitalista que valoriza o dinheiro acima de todas as possibilidades” (FERNANDES, 2011, p. 246); e a representação gráfica de uma criança muito magra, sentada abraçando os joelhos, com os dizeres “A fome doi [sic]” pichados ao lado, dando voz para aos que vivenciam o problema da fome ao confrontar o individualismo associado ao capitalismo e a banalização da miséria por parte da mídia.

Se, inicialmente, observávamos uma resistência política contra a ditadura, depois a apologia das drogas e a demarcação do território, vemos agora surgir uma autoria que não só se objetivou como um sujeito social, mas

---

<sup>75</sup> A frase “ANDRÉ VENCEU O DEBATE” foi pichada em vários pontos da capital sul-mato-grossense às vésperas da votação no segundo turno das eleições municipais de Campo Grande (MS), em 1996, quando disputavam a prefeitura os candidatos André Puccinelli, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), e Zeca do PT (Partido dos Trabalhadores), que viria a ser derrotado por 411 votos de diferença. Segundo o próprio Puccinelli, “seu adversário perdeu as eleições no debate feito três dias antes das eleições, ao ‘pedir desculpas às famílias dos seus principais inimigos políticos com quem ele se aliou na reta final’” (CIPOLA, 1996).

<sup>76</sup> Durante a campanha das eleições de 2012 para prefeito de Campo Grande (MS), em que terminou eleito, Alcides Bernal (PP) foi acusado pelos crimes de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, estelionato e agiotagem, envolvendo empréstimo financeiro a um ex-presidente da cooperativa Coopertaxi MS (ARRUDA; SANTOS, 2012). No mesmo período, pichações com os dizeres “BERNAL AGIOTA” apareceram em diferentes pontos da cidade.

também subjetivou-se ao assumir o papel de ser uma voz de alerta contra as injustiças sociais. Cada vez que se inscrevem textos nos muros é uma voz que dispara uma reação contra uma sociedade voltada para interesses econômicos e produtivos sem considerar a humanidade de cada ser (FERNANDES, 2011, p. 247).

**FIGURA 15 – PICHÃO NO MURO DA RESIDÊNCIA DO EX-PREFEITO DE CAMPO GRANDE  
ALCIDES BERNAL**



Fonte: Campo Grande News. Fotografia de Marcos Ermínio. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/alcides-bernal-alega-ameacas-difusas-e-se-cerca-de-seguranças>.

Com essa diferenciação de novas modalidades de pichação em mente, constatamos que a percepção negativa de uma intervenção escrita pode se tornar secundária quando o receptor entende o que está escrito; e ainda mais irrelevante quando ele se identifica com a ideia central da mensagem. A intolerância surge justamente naquelas intervenções incompreensíveis para uma parcela da sociedade – não-inserida no universo das intervenções urbanas – que, supostamente, não deveria ter dificuldades para ler o seu próprio idioma. Como todo socioleto, a linguagem acrática da pichação visa impedir (no plano simbólico) o outro de falar, por sua vez agindo por *sujeição* e visando constranger com suas figuras ofensivas de discurso (BARTHES, 1988). A questão passa a ser: aceitar ou não que um grupo minoritário espalhe dizeres cifrados e ocupe espaços públicos, ao passo que a poluição visual dos grandes centros urbanos já se encontra legitimada socialmente

sob a forma de informes publicitários, muitas vezes replicando um processo reverso de exclusão ao se colocarem inacessíveis aos não-alfabetizados (SANCHES; FRANÇA; ARAUJO JÚNIOR, 2017).

É o que eu falo: quando um moleque da periferia teria a chance de colocar o seu nome no topo de um edifício no centro da cidade? Se ele fosse uma empresa, ele conseguiria isso facilmente. Então, o que vale é o capital. Você vale o que você tem (SALLES; SANTANA, 2015).

O cerceamento de direitos básicos e oportunidades iguais interfere na necessidade ou falta dela quanto ao ingresso no universo da pichação como agente ativo. A pichação orientada fundamentalmente pelo ego, que leva indivíduos a assinarem seus nomes ou vulgos em pontos de evidência da cidade, enquadra-se neste cenário. O pichador tende a enxergar suas assinaturas como o único modo de colocar algo que o identifique ocupando um espaço reservado geralmente para nomes e sobrenomes daqueles que tenham realizado algum grande feito, reconhecido pela sociedade, ou membros da elite financeira: casos tidos como “bem-sucedidos”. O psicólogo nova-iorquino Abraham Harold Maslow provavelmente explicaria essa necessidade de autopromoção com sua proposta de que “todas as pessoas em nossa sociedade (com algumas exceções patológicas) têm a necessidade ou desejo de avaliações estáveis, firmemente baseadas e geralmente altas de si mesmas; para respeito próprio, ou autoestima, e para a estima de outros”<sup>77</sup> (MASLOW, 1954, p. 45).

Tomando por base o pressuposto clássico de comunicação como sendo uma interação entre emissor e receptor que resulte em *feedback* ou que gere mudança, podemos afirmar que este processo, entre sociedade e indivíduo, é variável principalmente por questões sociais. Retomando o conceito de comportamento desviante relativizado, aplicado a muitas pessoas que assinam carteiras escolares e banheiros, existem vários motivos diferentes para que a partir daí elas ingressem definitivamente na carreira ou abandonem-na, sendo que nem todos os pretextos

---

<sup>77</sup> “All people in our society (with a few pathological exceptions) have a need or desire for a stable, firmly based, usually high evaluation of themselves, for self-respect, or self-esteem, and for the esteem of others” (transcrição do trecho original em inglês).

possuem relação direta entre si. Pensamos que a continuidade na prática destas intervenções está interligada também ao grau de representatividade que o sujeito pichador tem na sociedade em que está inserido; no momento em que este tenta se expressar pelos meios ordinários e não obtém resultado satisfatório, passa a expor seu interdiscurso nos suportes típicos do pixo, como muros e edificações, na tentativa de ser notado; passa a infringir regras que foram criadas por pessoas que não compreendem seus anseios (BECKER, 2009).

### **3 RELAÇÕES DE PODER NAS PERSPECTIVAS DE MICHEL FOUCAULT E ROLAND BARTHES**

Ao quebrar regras e questionar quem as estipula, a pichação confronta formas de poder estabelecidas. Suas formas simbólicas são fenômenos socioculturais contextualizados que apresentam aos seus agentes a possibilidade de representar suas origens e “significar algo, dizer algo sobre algo” (THOMPSON, 2002, p. 34). Por conta disso, o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade pressupõe, em um segundo momento, a análise formal ou discursiva: fase, de acordo com seu autor, “essencial” à pesquisa por se interessar pela organização interna, padrões e relações do grupo investigado

Nosso foco neste capítulo reside precisamente em nos aprofundarmos acerca do posicionamento das IGUs dentro da divisão e guerra de linguagens de Roland Barthes (1988) para, ao fim, entender que tipo de relações de poder são edificadas dentro do universo da pichação, por meio de Michel Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018) e Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (2011).

[...] as várias fases do enfoque da hermenêutica de profundidade são empregadas com o objetivo de realçar o caráter ideológico das formas simbólicas, isto é, com o objetivo de realçar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2002, p. 35).

John Thompson (2002) explica que existem várias maneiras de se conduzir este processo; optamos por apresentar uma discussão estritamente teórico-conceitual, que não encara as análises discursivas propostas como método ao passo que sustentam a estrutura da HP.

#### **3.1 INSERÇÃO DO PICHO NA DIVISÃO DE LINGUAGENS BARTHESIANA**

Para a compreensão dos conceitos empregados nos textos de “O rumor da língua” (1988), Barthes inicialmente propõe um questionamento: estaria a cultura *dividida*? Ele diz que não; que na França de 1973 (ano de publicação do texto),

todas as pessoas conseguem entender o que é veiculado nos meios de comunicação de massa, seja na televisão ou no jornal impresso. Com exceção talvez da classe intelectual, todos consomem esses produtos culturais: há uma circulação homogênea de símbolos.

Todavia, se a absorção de informação é geral, adotando a realidade da sociedade francesa de Barthes como modelo universal, a produção dela não é, o que traz como consequência direta a segmentação dos gostos: “cada um de nós liga o seu rádio no momento em que o outro desliga” (BARTHES, 1988, p. 91). A cultura, à primeira vista pacífica, baseia-se também em outra divisão; esta – de linguagem – opõe o processo de inteligência da *escuta* com a participação criativa da *fala*, e nos leva a um dilema: escutar e (des)gostar ou compreender e se aborrecer? O panorama descrito pelo semiologista se alimenta da divisão social criada e unifica a cultura de massa de modo a isolar e fidelizar cada vez mais seus consumidores, presos dentro de suas respectivas bolhas de conteúdo.

Como pano de fundo para todas estas discussões estão os idiomas nacionais, que, segundo Barthes (1988), costumam ser analisados por suas especificações geográficas, que designam essencialmente o falar oral (dialetos e patoás), e especificações sociais, geralmente minimizadas a modos de expressão (gírias) que renunciam a análise sobre as diferentes interpretações que as pessoas têm de conteúdos midiáticos.

[...] pensa-se, a unidade idiomática reconstitui-se ao nível do locutor, dotado de uma linguagem sua, de uma constante individual de fala, a que se chama um *idiolecto*: as *espécies* de linguagem não seriam mais do que estados intermediários, flutuantes, “divertidos” (revelando de uma espécie de folclore social). Esta construção, que tem sua origem no século XIX, corresponde bem a uma certa ideologia – de que não estava isento o próprio Saussure – que põe de um lado a sociedade (o idioma, a língua) e de outro o indivíduo (o idiolecto, o estilo): entre estes dois polos, as tensões só podem ser “psicológicas”: supõe-se que o indivíduo luta para fazer reconhecer a sua linguagem – ou para não ser completamente sufocado sob a linguagem dos outros (BARTHES, 1988, p. 92, grifos do autor).

Ao individualizarmos a pichação, a escrita ilegal de um indivíduo – carregada com suas especificidades – é também um idiolecto, na medida em que é oprimida, principalmente, pelo contexto social de seu discurso. A tensão psicológica da

sociedade posta sobre o pichador, geralmente representante jovem da periferia, é exercida por mecanismos de exclusão explanados por Cripta Djan (2013, 2015a, 2015b) e resumidos na fala de João Wainer (2005, p. 98):

Além de bonito, o ato de pichar é um efeito colateral do sistema. É a devolução, com ódio, de tudo de ruim que foi imposto ao jovem da periferia. Muitos garotos tratados como marginais nas delegacias, mesmo quando são vítimas, ridicularizados em escolas públicas ruins e obrigados a viajar num sistema de transporte de péssima qualidade devolvem essa raiva na forma de assaltos, sequestros e crimes. O pichador faz isso de uma maneira pacífica. É o jeito que ele encontrou de mostrar ao mundo que existe.

Mesmo que essas tenções sejam encobertas pela homogeneidade da cultura de massa, basta que saíamos do nosso lugar habitual de fala para tentar interagir com pessoas que usem uma *linguagem diferente* para percebermos nela a existência de um caráter estanque, vedado, fechado. Determinados idioletos, quando confrontados, tendem a evidenciar a distância entre diferentes realidades, e gerar problemas de compreensão, não com a mensagem propriamente dita, mas com o interlocutor em si. Há uma indiferença e falta de curiosidade com o outro, já que nossos próprios idioletos nos são suficientes (BARTHES, 1988).

Talvez, se os pichadores fossem os caras do Jardins<sup>78</sup>, do Morumbi<sup>79</sup>, todo mundo ia achar lindo, tá ligado? Ia achar incrível; assim, falar “ah nossa! Os pichadores são demais”. Mas como é um movimento da periferia, “é coisa de bandido, de vagabundo” (DJAN, 2015b).

Cientificamente, a divisão de linguagens foi trabalhada pela linguística e a sociolinguística. Com a segunda, Barthes (1988, p. 94) admite ter ressalvas com suas análises, citando uma decepção inicial pelo fato dela nunca ter tratado do

---

<sup>78</sup> O termo se refere a uma região na zona oeste do município de São Paulo que abarca os bairros Jardim Paulista, Jardim América, Jardim Europa, Jardim Paulistano e Cerqueira César. “Considerada uma das regiões mais luxuosas da cidade, abriga casas e prédios de alto padrão, além de hotéis requintados, restaurantes estrelados e boas opções de compras. A região também se tornou o berço das artes na capital, sendo escolhida para receber museus, galerias e espaços culturais” (MONTEIRO, 2016).

<sup>79</sup> Distrito do município de São Paulo em que se localizam diversos bairros considerados nobres.

“problema da linguagem *social* (enquanto linguagem dividida)”. Houve nessa tradição uma tentativa de descrição sociológica das chamadas *speech communities*, as quais o autor chama de ilhéus de linguagem: seriam dialetos como linguagem das prisões, paróquias, fórmulas de boa educação e *babytalk*<sup>80</sup>; de todo modo, a sociolinguística ainda vai remeter à separação dos grupos seguindo uma disputa por poder, desconsiderando as raízes econômicas, culturais, sociais e históricas dessa divisão. Tal linha de pensamento faria sentido se determinadas classes sociais “aspirassem” falar como outras: visão considerada estreita, de modo algum simbólica (BARTHES, 1988) – e ainda menos representativa quando temos como objeto de estudo uma linguagem que deliberadamente se diferencia por, muitas vezes, ser criptografada e ilegível ao “outro”.

A linguística tampouco se aprofundou nas relações entre linguagem e grupos sociais, mas contribuiu com inquéritos históricos dos vocabulários e léxicos, dos quais destacam-se os trabalhos de Meillet, Benveniste, Matoré, Jean Dubois e Ferdinand Brunot. De modo geral, havia um esforço para que se mantivesse o bom uso clássico das línguas, que na visão de Barthes, dificultava uma análise de discurso bem-feita. A razão para isso seria epistemológica: a linguística permaneceu num estado *newtoniano* – analogia para dizer que ela tem uma análise mecânica –, e não passou ainda por sua revolução *einsteiniana*, associada à teoria da relatividade e a relativização do lugar de fala do linguista (BARTHES, 1988).

O autor propõe uma nomenclatura para essas linguagens sociais recortadas, de onde advém o termo *socioleto*: “O caráter principal do campo sociolectal é que nenhuma linguagem pode ser-lhe exterior; toda a fala está fatalmente incluída num sociolecto” (BARTHES, 1988, p. 96); seriam, portanto, as linguagens de grupos – fazendo referência direta ao idioleto, a fala de um indivíduo. Para começar a investigação socioletal, Barthes diz que é fundamental não agrupar todos os socioletos em um mesmo corpus indiferenciado. Ainda que possa ser considerado positivo do ponto de vista científico, por primar pela objetividade, ele deixa claro que são os tipos de socioletos que devem comandar a análise, e não o contrário. “A tipologia é anterior à definição” (BARTHES, 1988, p. 96).

---

<sup>80</sup> A expressão em inglês refere-se ao modo infantilizado com que pessoas costumam falar quando se comunicam com bebês e/ou seus companheiros(as).

[...] não há descrição científica das linguagens sociais (dos sociolectos) sem uma avaliação *política* fundadora. [...] sugiro que se distingam desde a origem dois grupos de sociolectos: os discursos *no poder* (à sombra do poder), e os discursos *fora do poder* (ou sem poder, ou ainda na luz do não-poder); recorrendo a neologismos pedantes (mas como fazer de outro modo?), chamemos aos primeiros discursos *enocráticos*, e aos segundos discursos *acráticos* (BARTHES, 1988, p. 97, grifos do autor).

Ambos os sociolectos gravitam em torno de um antigo conceito aristotélico: recuperando o termo “*doxa* (opinião corrente, geral, ‘provável’, mas não ‘verdadeira’, ‘científica’), diremos que é a *doxa* a mediação cultural (ou discursiva) através da qual o poder (ou o não-poder) fala” (BARTHES, 1988, p. 97). Esta relação é estabelecida para demonstrar que os discursos não são necessariamente mediados de forma política, e que, mais do que à margem do poder, a linguagem acrática em que a pichação se enquadra é expressa sempre contra a *doxa*, configurando um discurso paradoxal. Por ser elaborada fora do lugar-comum, é geralmente recusada pela *doxa* sob o rótulo de gíria, compondo um discurso típico das minorias bem como do escritor, do intelectual adepto do marxismo, freudismo ou das ciências humanas em geral; em suma, representa uma autoanálise do pesquisador, sendo, portanto, uma linguagem mais nebulosa (BARTHES, 1988).

Dentre suas explicações, Barthes (1988) ressalta que o discurso encrático pode ser reproduzido por alguém que almeja chegar em uma classe ou situação de poder, e não apenas pelos já estabelecidos nesta posição. De fato, a posse de uma linguagem em si é sinônimo de poder: a ser preservado ou conquistado. A inserção em um sociolecto servirá para trazer uma segurança maior ao indivíduo: “como toda a clausura, a de uma linguagem exalta, tranquiliza todos os sujeitos que estão *dentro*, rejeita e ofende os que estão de *fora*” (BARTHES, 1988, p. 98).

Há mais semelhanças entre as linguagens divididas, inclusive o fato de derivarem não de uma técnica de persuasão, mas, sim, de intimidação. Todo sociolecto visa impedir o outro de falar (BARTHES, 1988):

Assim, a divisão dos dois grandes tipos de sociolectos não faz senão opor tipos de intimidação, ou, se preferirem, modos de pressão: o sociolecto encrático age por *opressão* (do demasiado-pleno endoxal, daquilo a que

Flaubert teria chamado a Estupidez); o sociolecto acrático (estando fora do poder, tem de recorrer à violência) age por *sujeição*, põe em bateria figuras ofensivas de discurso, mais destinadas a *constranger* o outro do que a invadi-lo; [...] (BARTHES, p. 99. Grifos do autor).

O caráter intimidante das linguagens também não encontra barreiras entre os seus respectivos adeptos. Isso porque, discursivamente, a língua é mais bem definida pelo que *obriga* a dizer do que por aquilo que *permite* dizer. Abrangendo grandes formas estereotipadas, os sociolectos limitam a capacidade de raciocínio e fala dos indivíduos; ignoram as pequenas “variações de performance”, cada um à sua maneira: enquanto o encrático releva a “vulgaridade” de alguns de seus locutores, o acrático abona a falta de embasamento teórico daqueles que reproduzem discursos consolidados – “todos sabemos que o sociolecto marxista pode ser falado por imbecis” (BARTHES, 1988, p. 99).

Destacamos aqui dois pontos importantes: primeiramente, que a reprodução do discurso de resistência a forças opressoras é uma possibilidade recorrente, principalmente em decorrência das IGUs terem seu valor estético utilizado como produto cultural pela publicidade, especialmente a partir dos anos 2000 (ARRUDA, 2012). A apropriação pelos campos das artes e do marketing de elementos da cultura hip-hop ajudou a trazer para a atividade indivíduos que não partilham características econômicas, culturais e sociais com o pichador da periferia, mas que ainda assim farão uso da argumentação destes para justificar seu ingresso na pichação. O segundo ponto é o de que o picho, como linguagem acrática, vai responder à opressão dos discursos encráticos por meio da sujeição – submetendo a sociedade às suas assinaturas ilegais, nos espaços que julgar conveniente – na mesma medida em que constrange de diferentes maneiras: a ilegibilidade das inscrições, a dita “poluição visual” de espaços compartilhados e o apontamento de brechas na segurança de ambientes monitorados.

Barthes (1988) observa que a divisão de linguagens sociais, a princípio próxima da sociologia, está ligada a um domínio antes reservado a teóricos da literatura: a escrita. Segundo o autor francês, o escritor não alinha mais sua escrita de acordo com a linguagem majoritária, “do povo”, pois coabita numa sociedade alienada onde o texto representa uma linguagem particular em relação à fala. De

todo modo, é a escrita que assume a posição de prática não-divisória das linguagens ao descrever o processo de significação e como ele é distribuído, opondo o sujeito social e a linguagem.

Tal oposição é mencionada como uma das três premissas da linguagem estabelecidas e reafirmadas pelo autor francês. A primeira é a de que a divisão da linguagem não coincide com a divisão de classes: há empréstimos, barreiras, correias de transmissão entre elas, principalmente pela cultura. A segunda esclarece que na chamada “guerra de linguagens”, não deve existir uma guerra entre sujeitos: são sistemas que se enfrentam, e não as individualidades; “*socioletos*, não *idioletos*”. Por fim, a divisão das linguagens acontece sempre tendo o idioma nacional como base, o que se traduz na possibilidade de compreensão sem, necessariamente comunicação (BARTHES, 1988, p. 102).

Mesmo que as duas grandes formas de discurso trabalhadas por Barthes não tenham o mesmo caráter,

[...] o mais interessante talvez seja que, mesmo na esfera acrática, produzem-se de novo divisões, regionalidades e antagonismos de linguagem: o discurso crítico fracciona-se em falares, em cercados, em sistemas. Tenderia de bom grado a chamar estes sistemas discursivos *Ficções* (é uma palavra de Nietzsche); e a ver nos intelectuais, naqueles que formam, ainda segundo Nietzsche, a classe sacerdotal, a casta encarregada de elaborar, como artistas, essas *Ficções* de linguagem [...]. Daqui advém relações de força entre os sistemas discursivos. O que é um sistema forte? É um sistema de linguagem capaz de funcionar em todas as situações, e cuja energia subsiste, seja qual for a mediocridade dos sujeitos que o falam: a estupidez de certos marxistas, de certos psicanalistas ou de certos cristãos não abala em nada a força dos sistemas, dos discursos correspondentes (BARTHES, 1988, p. 102, grifos do autor).

Segundo ele, ainda não descobrimos tudo sobre “as armas do combate de linguagem”, mas é certo que não há um dia em que não somos submetidos às suas ações de intimidação (BARTHES, 1988, p. 103). Três espécies de armas discursivas são descritas: a *representação*, a encenação de argumentos por meio da teatralidade e do sensacionalismo, comum aos recortes noticiosos e aos materiais editados; *formas parciais de discursos* que visam fechar o sistema e dar a ele uma consistência absoluta. “Os sistemas visam incluir o outro no discurso como um

objeto simples, pra melhor o excluir da comunidade dos sujeitos que falam a língua forte” (Ibid.); e as *frases acabadas*, que possuem um tom imperativo. Barthes comenta que, no cotidiano, não nos comunicamos por frases. Num diálogo, há sempre orações incompletas, indecisão, desorganização, consequências de uma “subserviência amedrontada aos mestres de linguagem”. Ao mesmo tempo, quem domina a frase na comunicação oral está muito próximo do poder. Ser forte é igual a acabar as suas frases.

Nessa guerra de linguagens, não podemos fugir do debate. Nosso papel é de assumir uma natureza plural das linguagens, utilizando o texto como ferramenta. No texto, onde o consumo social não é neutro, há uma produção livre, a partir do momento que ela não necessariamente respeita as leis da linguagem. A escrita pode misturar os falares e constituir uma “*heterologia* do saber”, e neutralizar a arrogância dos sistemas (BARTHES, 1988).

### 3.2 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA

Em seu pronunciamento durante a aula inaugural no Collège de France, em 1970, transcrito no livro *A ordem do discurso* (2014a), o também francês Michel Foucault tratava da relação entre práticas discursivas e os poderes que as cercam. “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014a, p. 8).

O discurso, nas palavras do filósofo, “nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura não jamais põem em jogo senão os signos” (FOUCAULT, 2014a, p. 46-47). Seguindo a linha de raciocínio de Barthes (1988), Foucault admite que fazem parte do jogo dos signos certos *procedimentos de exclusão* conhecidos pelas sociedades em geral, dos quais o mais “evidente e familiar” é a interdição.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou

exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2014a, p. 9).

Outro procedimento que permite controlar os discursos baseia-se na redução no número de sujeitos que se expressam livremente. Isso aconteceria por meio do estabelecimento de exigências e/ou qualificações que precisam ser satisfeitas pelo falante.

Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2014a, p. 35).

Jesús Martín-Barbero (2014) conduz sua fala no mesmo sentido ao afirmar que o discurso é utilizado para estabelecer hierarquias de poder: nem todos tem o direito de falar e nem todos que falam podem falar sobre qualquer assunto. Algumas pessoas falam apenas para reafirmar que possuem esse direito. E principalmente durante períodos de crise, onde o discurso tem uma participação massiva no controle ideológico, ele é fundamental para mascarar os problemas e tornar respirável o que nos asfixia.

Os campos onde as interdições estão mais presentes, “onde os buracos negros se multiplicam”, segundo Foucault (2014a, p. 35), são os da sexualidade e da política. Ambos foram esmiuçados em várias de suas obras com o objetivo de construir uma história sobre os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos (FOUCAULT, 2009).

No primeiro volume da série “História da sexualidade” (2018), Michel Foucault elenca uma série de preposições que relacionam o tema ao poder. Contra a sua objetificação, ele afirma que o poder não é algo que se adquire nem que possa ser guardado ou compartilhado; “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2018, p. 102).

As relações de poder são inerentes, e não exteriores, a outros tipos de relações, sejam elas econômicas, sociais ou sexuais. Elas aparecem como consequências dos desequilíbrios naturais produzidos dentro dos diferentes vínculos, ao mesmo tempo em que criam condições internas para a manutenção das diferenciações; mais do que apenas proibir ou reconduzir, as relações de poder assumem também um papel de produtor (FOUCAULT, 2018).

Outro ponto é o de que não devemos enxergar tais relações sob um viés antagonico, que coloque dominadores e dominados frente a frente e fomente a dualidade entre grupos restritos e o corpo social como um todo. Ao contrário, Foucault (2018) trabalha com a suposição de que todas as correlações de força que se formam nos diferentes nichos sociais em que um indivíduo está inserido – desde institucionais até a família – compõem um suporte para efeitos de divisão e convergências, sendo a *intensidade* desses afrontamentos o que sustentará ou não o caráter hegemônico das grandes dominações. Essas relações são intencionais e não-subjetivas, já que “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (FOUCAULT, 2018, p. 103).

Por fim, o filósofo francês traz a preposição mais cara a esta pesquisa:

– que lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2018, p. 104).

Essa etapa de trabalho de Foucault é onde ele estuda as chamadas “práticas divisoras”, compreendendo que “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros” (FOUCAULT, 2009, p. 231). Como exemplo, temos o cenário em que se opõe a imagem do pichador, um criminoso, e a da sociedade com seus “bons meninos”, pautados pela doxa aristotélica.

O projeto genealógico de Foucault (2005, p. 171) tem o objetivo de “ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”. Foucault usa essas palavras para falar da ciência e do saber histórico dos pequenos conhecimentos locais, mas consideramos que é possível tomá-las para debater as pichações urbanas que são publicamente repudiadas. Pensamos que, de alguma forma, as pichações se enquadram como saberes locais, descontínuos e não legitimados que atuam numa tentativa de reagir contra uma imposição do saber historicizado e contra uma sociedade que se estabiliza (FERNANDES, 2011, p. 243).

Para toda imposição, existe uma reação; reação de um ser humano livre, que faz uso de sua liberdade ao escolher aceitar ou contestar aquilo que lhe é imposto. Desse modo, como descreve Fernandes (2011, p. 244), “o poder precisa reinventar constantemente suas técnicas para funcionar”. Neste cenário, a pichação configura a recusa em se submeter às regras que estabelecem *o que* e *onde* um indivíduo pode comunicar no espaço urbano, enquanto aqueles que detêm o poder procuram novas interpretações e propostas – como a anteriormente mencionada e contestada promoção do grafite para “substituir” o picho – ao abordarem o fenômeno como um problema e de maneira descontextualizada. Isso nos leva ao outro campo das frequentes interdições, segundo Foucault: o da política.

Bauman (2000, 2001, 2005) desenvolve a noção de que o agendamento do Estado está cada vez mais associado à sensação de insegurança de seus cidadãos. Sem ações que ataquem a raiz da ansiedade de seus súditos, por impotência ou desinteresse dos governantes, políticas de controle e vigilância são acolhidas sem questionamento. Nesse ponto é que as noções de público e privado – ou a de privacidade em si – confundem-se.

A falta de liberdade é uma condição inerentemente ambígua. Isso torna muito mais fácil a tarefa de todos os poderes, que é a de disfarçar a disciplina e obediência a suas ordens: o autoritarismo do poder pastoral sempre está à beira da opressão, mas com muita frequência tende a ser aceito com gratidão e mesmo procurado ansiosamente pelo rebanho, como garantia confiável de uma rotina cotidiana segura e certa. A socialização, como diz a maioria dos livros escolares aos calouros de sociologia, consiste em induzir as pessoas a fazer de boa vontade o que têm de fazer (BAUMAN, 2000, p. 85).

O poder pastoral, a que Foucault (2009, p. 236) se refere como “uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs”, é o elemento central das forças totalizadora e individualizante do Estado; respectivamente, se existe uma normatividade em vigor, que visa homogeneizar os discursos e comportamentos, aqueles que fogem à regra são individualizados e perseguidos:

[...] essa mais completa e tangível encarnação do “outro”, pode muito bem levar a unir o difuso amontoado de indivíduos atemorizados e desorientados em alguma coisa vagamente assemelhada a uma “comunidade nacional”; e essa é uma das poucas tarefas que os governos de nosso tempo são capazes de fazer e têm feito (BAUMAN, 2001, p. 139).

Ao demonstrar que não assimila pacificamente as imposições, “que vivemos numa sociedade de normatização, mas não normalizada” (FERNANDES, 2011, p. 242), o pichador encarna o “outro”, aquele que é temido e deve ser combatido; o sujeito que *profana* o meio urbano. Aqui, recorreremos ao filósofo italiano Giorgio Agamben (2007) para elaborar os conceitos de profano e sagrado:

E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restitui-las ao livre uso dos homens. “Profano” — podia escrever o grande jurista Trebácio — “em sentido próprio denomina-se àquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens” (AGAMBEN, 2007, p. 58, grifo do autor).

Tomando os espaços mais estimados de uma cidade, prestigiados pela regulamentação de signos e visibilidade que oferecem às mensagens ali propagadas ou por sua valorização no universo do mercado imobiliário, temos regiões que são simbolicamente elevadas à esfera do sagrado e destinadas apenas a uma parcela selecionada da sociedade. A pichação, nesses casos, age como uma ferramenta de neutralização, retirando dos muros e edificações que lhe servem de suporte a “aura” que encobre o seu real propósito de segregar. Agamben (2007, p. 61) define essas operações de secularização e profanação como sendo essencialmente políticas:

tanto a secularização da filosofia teocêntrica para a de uma força soberana terrestre, que “tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado”, quanto a restituição do sagrado à propriedade dos homens – no caso, os marginalizados –, que “desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado”.

Pelos motivos citados, a pichação não configura um comportamento tolerável dentro do discurso urbano padronizador; discurso este que é disseminado pelas técnicas de: objetivação, onde o indivíduo é levado a se reconhecer como sujeito social, e subjetivação, que faz com que o agora *sujeito social* desenvolva mecanismos de autocontrole. Consequentemente, o sujeito que vigia a si mesmo – tendo introjetado as normas – controlará as ações de terceiros para que estes não rompam com as regras (FERNANDES, 2011). É desse modo que o poder diminui a tensão entre seus subjugados e atenua os comportamentos de resistência, alterando também a percepção daqueles que se rebelam para a de *outsiders*.

Ao partir do princípio de que as relações de poder são, prioritariamente, produtivas, Foucault (2017) considera que estes mecanismos de interdição, proibição e recusa sejam suas formas frustradas ou extremas. Por via de regra, o poder é móvel e opera de maneira inventiva, e qualquer forma de resistência deve seguir os mesmos procedimentos; vir de “baixo” e se distribuir estrategicamente.

### **3.2.1 Delinquência e justiça**

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2014b) trabalha com um período de tempo entre os séculos XVIII e XIX para localizar uma importante mudança na mentalidade punitiva daquelas sociedades, representada pelo fim dos suplícios – pena que consistia na espetacularização da vingança do soberano, sob a forma de tortura e morte de criminosos em praça pública – e a introdução das prisões. “A primeira tinha no corpo e na dor a sua especificidade: quanto maior a punição, maior a dor. A segunda age sobre o tempo e o espaço: quanto maior a punição, maior o controle sobre o lugar e a atividade” (TRINDADE, 2018).

A mudança nos modos de punir era reflexo das reações controversas provocadas pelos suplícios que rapidamente tornaram a prática intolerável. Não

bastasse a demonstração de tirania do príncipe na busca cega por vingança, o vergonhoso teatro a que as vítimas eram submetidas, obrigadas a bendizer seus juízes e carrascos logo antes das execuções, colocavam em ebulição a cólera contida do povo. Citando o *Discurso na Constituinte* de Lachèze, Foucault (2014b, p. 73) diz que com esse jogo de atrocidades, o soberano passava uma mensagem clara: “acostumado a ‘ver correr sangue’, o povo aprende rápido que ‘só pode se vingar com sangue’”.

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens (FOUCAULT, 2014b, p. 14).

Enquanto os suplícios tinham como foco a reafirmação do poder – em detrimento da busca por justiça – utilizando a política do medo, os novos processos penais aproximavam-se da economia do exemplo; o sofrimento corporal é deslocado para a restrição da liberdade, e as relações de poder passam a ser disciplinadoras além de punitivas. É dessa maneira que se almeja uma sociedade onde os indivíduos sejam submissos e produtivos, onde a repressão seja bem recebida como forma de educar (TRINDADE, 2018; FOUCAULT, 2014b). Tal política cria o que Deleuze (1992, p. 219) chama de “sociedades disciplinares”, voltadas, afinal, para o confinamento do indivíduo em diferentes níveis, passando por uma sequência de espaços fechados com leis específicas: “primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência”.

Ainda que se colocasse como uma opção humanitária, não tardou para que a detenção punitiva fosse alvo de críticas, já entre os anos de 1820 e 1845. Os principais argumentos empregados em desfavor das prisões, à época, permaneceram quase inalterados ao longo do tempo, dos quais Foucault (2014b) destaca três. Primeiramente, que o aprisionamento em massa de criminosos não diminui as taxas de criminalidade; “pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou

transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta” (FOUCAULT, 2014b, p. 259). O segundo argumento alega que

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, têm-se mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos; 38% dos que saem das casas centrais são condenados novamente e 33% são forçados (FOUCAULT, 2014b, p. 260).

Por fim, o fato de as prisões, ao colocarem os detentos numa situação de isolamento (em companhia restrita de outros infratores) ou de trabalhos forçados que não necessariamente serão úteis para o indivíduo quando reintegrado ao corpo social, funcionarem como uma fábrica de delinquentes ao subjugar-los a uma inútil e não-natural existência (FOUCAULT, 2014b).

Sendo, portanto, a prisão um sistema que falha em seus propósitos de coibir crimes e reabilitar/ressocializar o criminoso, resta-lhe somente o aspecto de reafirmação do poder que o Estado, suas instituições e seus regimentos têm sobre os cidadãos. Entre a população carcerária e seus ex-membros, são evidenciados ainda os mecanismos de controle utilizados para “perseguir” o infrator que quitou suas dívidas com o sistema penal; ferramenta – dentre muitas outras – utilizada com intuito de segregar.

Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não “reprimiria” pura e simplesmente as ilegalidades; ela as “diferenciaria”, faria sua “economia geral”. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação (FOUCAULT, 2014b, p. 267).

Retomemos agora o tema principal desta pesquisa. O delito da pichação, quando analisado sob o viés penal, tende a suscitar debates relacionados ao enrijecimento das punições previstas em lei para seus praticantes. Confrontando os mecanismos de dominação e a ordem estabelecida por meio da expressão, o picho sobrevive ao se manter uma prática essencialmente jovem, executada em maior intensidade por indivíduos menores de idade, e por ter a detenção – não a prisão – como sanção definitiva.

Tendo Foucault atestado o fracasso das prisões, não consideramos razoável advogar em favor da clausura daquele que é flagrado pichando. O dano material causado pelo ato em si é relativo à limpeza ou sobreposição com tinta das mensagens escritas e possíveis prejuízos financeiros, no caso de estabelecimentos comerciais, advindos do estigma de um local pichado – geralmente associado a abandono, falta de zelo. De todo modo, segundo o autor francês (FOUCAULT, 2014b, p. 91), “o prejuízo que um crime traz ao corpo social é a desordem que introduz nele: o escândalo que suscita, o exemplo que dá, a incitação a recomeçar se não é punido, a possibilidade de generalização que traz consigo”, e essa reverberação na sociedade de um crime com altas taxas de reincidência é o que leva as promotorias de justiça a associar a pichação a crimes mais graves, e legisladores, a propor mudanças na lei 9.605.

Sobre os recursos utilizados para que pichadores pegos em flagrante sejam presos, tanto as vítimas destes quanto os delegados da Decat Antônio Silvano Rodrigues Mota e Marco Antonio Balsanini<sup>81</sup>, em entrevistas, explicaram que alguns aspectos recorrentes da pichação são explorados: a pichação em grupo, com três ou mais integrantes, pode ser considerada crime de formação de quadrilha; indivíduos maiores de idade que sejam flagrados pichando em companhia de adolescentes podem ser indiciados por corrupção de menores; a posse de drogas ilícitas por parte de pichadores – situação recorrente, segundo os delegados – pode levar à prisão de acordo com a quantidade apreendida, local e condições em que o indivíduo foi detido e seus antecedentes criminais.

---

<sup>81</sup> Delegado titular da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista (Decat) em Campo Grande – MS em 2018, ano em que nos concedeu entrevista para atualizar a situação das ocorrências de pichações pela cidade.

A aceitação ou não destes crimes agregados é relativa a cada caso, mas, utilizando uma matéria (MARQUES, 2016) publicada pelo portal de notícias on-line Campo Grande News, percebemos que o título – “Com lei branda e Poder Público inerte, pichadores agem livremente” – e o conteúdo do texto corroboram o papel de instrumento de propagação do discurso encrático exercido pelos veículos de comunicação de massa e o desejo de parte da sociedade e de alguns integrantes do sistema penal, em diferentes instâncias, de que a justiça acate o que a acusação, nestes casos, propõe:

Na tentativa de coibir essa infração, o delegado abriu um inquérito no ano passado com o propósito de investigar de forma mais global e identificar os vários grupos de pichadores. Para ele, essas pessoas agem em parceria e fazem apologia ao crime em suas pichações. “Estamos trabalhando para autuá-los por apologia ao crime e organização criminosa, por agirem em grupo na prática de fato criminoso”, explica [Wilton] Vilas Boas. Se conseguir êxito neste inquérito, o delegado acredita que vai poder [sic] aumentar a penalidade para os pichadores, podendo chegar a até cinco anos de detenção, por conta do enquadramento dos vários crimes associados (MARQUES, 2016).

Na tentativa de aumentar as penalidades, o poder legislativo segue em curso para dar a sua parcela de contribuição. Tramitando por diversas comissões está o Projeto de Lei 8349/2017, apresentado em 22 de agosto de 2017 pelo senador mineiro Antonio Anastasia (PSDB), que prevê a alteração do primeiro parágrafo do artigo 65 da lei ambiental que trata do crime de pichação. Nele, está prevista pena de três meses a um ano de detenção, além de multa para o transgressor. A nova proposta pretende estender o período para mínimo de um ano e máximo de três, prolongando o período de segregação social do pichador que limita sua liberdade de ir e vir e seus direitos básicos de cidadão, como o de prestar concursos públicos.

Para Foucault (2017, p. 112), comportamentos como este não chegam a ser surpreendentes, uma vez que a justiça penal “não foi produzida nem pela plebe nem pelo campesinato nem pelo proletariado, mas pura e simplesmente pela burguesia, como um instrumento tático importante no jogo de divisões que ela queria introduzir”. Em outra publicação, ele afirma

[...] que nessas condições, seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma<sup>82</sup>; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem: [...] (FOUCAULT, 2014b, p. 270).

A contextualização histórica apresentada nesta seção serve ao propósito de atestar a posição em que a plebe sempre esteve e ainda está diante da burguesia, à mercê de escolhas restritivas: a prisão, para os inconformados, ou a absorção pelo sistema, em suas esferas menos propensas ao pensamento crítico e, por conta disso, mais suscetíveis à mera aprendizagem e reprodução de argumentos (exército, polícia), para aqueles que não têm a pretensão de mudar algo estabelecido tão firmemente há gerações. São indivíduos que desenvolvem consciência de classe às avessas, defendendo os interesses da classe em que estão inseridos, mas não à que pertencem de fato; “De modo que a plebe não proletarizada foi racista quando foi colonizadora; foi nacionalista e chauvinista quando foi militar; foi fascista quando foi policial” (FOUCAULT, 2017, p. 113).

O efeito do discurso encrático no proletariado é o que faz o cidadão honesto, morador da periferia, entender que os termos *criminoso* e *marginal* são sinônimos; que faz o negro confiar em estereótipos contra sua própria etnia, a ponto de temê-la; que faz com que as diferenças de pensamento transformem o próximo na figura do “outro”, aquele que questiona e viola regras – e que não está, portanto, apto a viver em sociedade.

Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população senão o medo do delinquente? Você fala de um ganho prodigioso. Essa instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isso. Aceitamos entre nós essa gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos esse direito, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 2017, p. 225).

---

<sup>82</sup> ROSSI, P. *Traité de droit penal*. Vol. I, 1829, p. 32. Nota reproduzida do texto original.

Dentro deste contexto, o pichador é o delinquente que causa medo – por uma série de motivos mencionados anteriormente, dos quais destacamos o apontamento e proveito de brechas de segurança –, mas que, mesmo assim, é regido por “leis brandas” e não pode ser enclausurado.

A isso se acrescentava um longo trabalho para impor à percepção que se tinha dos delinquentes contornos bem-determinados: apresentá-los como bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória (FOUCAULT, 2014b, p. 281).

A disseminação de uma narrativa que releve os danos materiais da pichação em detrimento da *potencial* periculosidade da prática alimenta o ciclo de apreensão que, por sua vez, movimenta as “sociedades disciplinares” (DELEUZE, 1992). Direcionando o debate dessa maneira, questões sociais históricas refletidas no picho, que remetem à luta de classes e ao conflito de interesses inerente às relações de poder, são transplantadas para o campo da justiça criminal.

Em geral, a imprensa tem grande parcela de responsabilidade na construção destas narrativas, fato visível pela cobertura que a mídia campo-grandense – em especial, no meio on-line – apresentou sobre a pichação durante os anos de alta ocorrência da atividade. Este será o tema do capítulo a seguir, em que analisaremos o outro lado da divisão de linguagens barthesiana: o daqueles que estão no ou a serviço do poder.

#### 4 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Até certo ponto, a pichação pode ser considerada um fenômeno já compreendido pelas pessoas que fazem parte do universo sócio-histórico trabalhado nos capítulos anteriores. A compreensão, mesmo variada entre diferentes segmentos da sociedade e relativizada em determinadas situações, demonstra então que este é um domínio pré-interpretado a ser reinterpretado de acordo com a metodologia proposta por John Brookshire Thompson (2002). O autor afirma que a *hermenêutica de profundidade*, em sua modalidade (re)interpretativa, não se opõe às análises que tratam de características estruturais das formas simbólicas; em outras palavras, não vai contrariar o postulado da ilegalidade da atividade pichadora, mas articular-se-á em torno dele para percorrer o longo caminho da interpretação.

Neste capítulo, o caminho será percorrido com a aplicação da análise de conteúdo dos principais veículos on-line de notícia em Mato Grosso do Sul, responsáveis por uma extensa cobertura dos fatos relacionados ao tema desta dissertação dentro do nosso recorte metodológico: os portais Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax. Sendo o jornalismo na internet livre de certas amarras que limitam outros meios de comunicação, como o tempo de exibição (televisão e rádio) ou o espaço físico dedicado ao texto (impresso), além da óbvia facilidade de acesso ao seu acervo, é compreensível que sites de notícias abordem os mais variados temas com maior frequência; ainda assim, por intermédio de pesquisa restrita ao período entre 1º de janeiro de 2012 – ano em que iniciamos as primeiras pesquisas sobre o tema – e 31 de dezembro de 2018, obtivemos como resultado, somados os três veículos mencionados, o total de 595 matérias que mencionam o termo “pichação” (e derivações como “pichações”, “pichar”, “pichado”), das quais 438 trazem esta modalidade de IGU como elemento noticioso principal.

Com o auxílio deste compilado de publicações, devidamente categorizado seguindo as diretrizes propostas por Laurence Bardin (1979), mostraremos – mediante análise de conteúdo – como diferentes veículos de comunicação de massa interpretam o picho expressando fundamentalmente discursos encráticos, ao passo que realizamos nossa própria reinterpretação dos textos selecionados objetivando

novas interpelações do fenômeno social. Esta corresponde à terceira e última etapa da metodologia que serviu de alicerce para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

#### 4.1 A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

Em sua obra “Ideologia e cultura moderna”, Thompson (2002, p. 358, grifo do autor) afirma que “o mundo socio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um *campo-sujeito* [...]”. Esta visão científica coloca todos os membros da sociedade, e não só pesquisadores, como protagonistas no processo de interpretação dos símbolos e de suas relações interpessoais; parcialmente responsáveis pelo modo como compreendem seu entorno. Desse modo, segundo o sociólogo estado-unidense:

[...] quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que já pode ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte. Os analistas estão oferecendo uma interpretação de uma interpretação, estão re-interpretando um campo pré-interpretado [...] (THOMPSON, 2002, p. 359).

Tal conceito nos remete aos estudos de Becker (2009) sobre o comportamento desviante e à contestação, por parte dos *outsiders*, dos regimentos a que são submetidos, criados por indivíduos de outro “mundo socio-histórico” que impõem suas perspectivas. Mais do que o conceito, há semelhanças nos métodos empregados por ambos.

Através de entrevistas, observação participante e outros tipos de pesquisa etnográfica, podemos reconstruir as maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas nos vários contextos da vida social. É evidente que essa reconstrução é, ela própria, um processo interpretativo; é uma interpretação do entendimento cotidiano – ou, como o denominarei, uma *interpretação da doxa*, uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social (THOMPSON, 2002, p. 363, grifo do autor).

A hermenêutica de profundidade é, desse modo, o elemento-chave de conexão entre os principais teóricos consultados para a pesquisa: Zygmunt Bauman (2000, 2001, 2005), Roland Barthes (1988) e Michel Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018); autores que, em seus mencionados trabalhos, abordam a dualidade entre dominadores e dominados privilegiando a perspectiva do elemento mais fragilizado para a compreensão destas relações, de modo que fogem de uma análise com resultado subjetivo quando se propõem a contextualizar historicamente os agentes dos estudos – principalmente por meio de interações diretas com eles, no caso de Howard Becker (2009). Este método é essencial para revelar que as situações de conflito são construções sociais erguidas muito antes do que os argumentos contemporâneos possam sugerir, e que um fenômeno como a pichação, por mais que tenha raízes em movimentos culturais relativamente novos (década de 1970, negros da periferia nos Estados Unidos), deve ser compreendido pelo viés das relações de opressão ancestrais.

Neste complexo processo analítico, as três diferentes fases da pesquisa, adverte Thompson (2002, p. 365), “devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas”. Na primeira delas, a análise sócio-histórica, o autor distingue quatro aspectos básicos dos contextos sociais que definem diferentes níveis da análise: identificação e descrição de *situações espaço-temporais* específicas em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas; análise dos *campos de interação*; análise de *instituições sociais*, reconstruindo o conjunto de regras, recursos e relações que estabelecem; e análise da chamada *estrutura social*, referente às diferenças estáveis entre as instituições sociais e os campos de interação. Essa é a etapa metodológica em que empregamos obras de Bauman (2000, 2001, 2005) e Becker (2009) como pilares do capítulo 2.

Posteriormente, para avaliar com o quê a pichação se relaciona e quais são os discursos predominantes nesse contexto, partimos para a “construção criativa de possíveis significados” (THOMPSON, 2002, p. 375), operando um processo de *síntese* da história da atividade em si e da classe oprimida, em que o indivíduo pichador está, majoritariamente, inserido.

*Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade [...] de uma explicação interpretativa do que está representando ou do que é dito. As formas simbólicas ou discursivas possuem o que eu descrevi como “aspecto referencial”, elas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem alguma coisa sobre algo. É esse aspecto referencial que procuramos compreender no processo de interpretação (THOMPSON, 2002, p. 375, grifos do autor).*

Nossa percepção, amparada no trabalho de Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (2011), é a de que toda inscrição ilegal nos monumentos, muros e edificações da urbe, independentemente de sua complexidade ideológica e técnica, é uma resposta aos diversos tipos de violência que as classes sociais menos privilegiadas historicamente sofrem; entre eles, o processo de invisibilização do pobre e do negro que, conseqüentemente, suprime todas as suas reivindicações.

Sem tomar o fenômeno como fato isolado em nossas análises, evitamos o que Thompson (2002, p. 377) descreve como a *falácia do internalismo*,

pela qual quero significar a falácia de supor que alguém pode identificar as características e as conseqüências das formas simbólicas investigando unicamente as formas simbólicas, sem referência às condições sócio-históricas, e aos processos quotidianos dentro dos quais e através dos quais essas formas simbólicas são produzidas e recebidas.

O referencial metodológico da HP, em circunstâncias específicas como a de nossa pesquisa, também pode ser empregado na interpretação da ideologia com intuito de “realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” e demonstrar “como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas serve para alimentar e sustentar a posse e o exercício do poder” (THOMPSON, 2002, p. 378).

Na etapa da análise sócio-histórica, o autor afirma que a ideologia será orientada com intuito de compreender o contexto de produção e recepção das formas simbólicas dentro das relações de dominação<sup>83</sup>. Por meio desta

---

<sup>83</sup> “[...] relações de dominação são um tipo particular de relação de poder; existem relações de poder que são sistematicamente assimétricas e relativamente duráveis. Entre as assimetrias que são mais

recomendação, trouxemos exemplos que passam pelo Império Romano e pela França dos séculos XIX e XX até chegarmos às décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e Brasil; todos servindo de modelo de mensagens disseminadas em circunstâncias de opressão e recebidas como forma de expressão viável contra aqueles que detêm o controle dos meios de comunicação.

Em seguida, a análise formal ou discursiva dirige o tema para “*as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado*” (THOMPSON, 2002, p. 378, grifo do autor). Tendo como objeto não o picho ou a figura do pichador em si, mas o discurso que a atividade carrega, sua estrutura é conceituada pelos diferentes socioletos de Barthes (1988) – acráticos e encráticos – e analisada sob a ótica historicista de Michel Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018) da construção de relações de poder, fundamental no entendimento de processos segregatícios que culminaram no sistema prisional e perduram ainda hoje.

Posteriormente, Thompson aponta para os *meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão*, com propósito de amplificar os contextos sociais em que tais meios são empregados. Na interpretação ou reinterpretação, interpretar a ideologia é “*explicitar a conexão entre sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar*” (THOMPSON, 2002, p. 379, grifo do autor). Nessa dimensão final de sua proposta de análise, resgatamos a divisão e guerra de linguagens barthesiana (BARTHES, 1988) com escopo voltado para a reprodução de discursos *encráticos* (no ou à sombra do poder); é quando nos colocamos, portanto, diante de textos jornalísticos que noticiam as ocorrências de pichações em Campo Grande e outros municípios de Mato Grosso do Sul. Nossa opção metodológica para trabalhar o referido material se deu pela aplicação da análise de conteúdo, conforme Bardin (1979), em uma investigação quantitativa – baseada na separação de todas as matérias que se relacionam com o nosso tema em três conjuntos de categorias – e outra qualitativa,

---

importantes e mais duráveis nas sociedades modernas, estão aquelas baseadas nas divisões de classe, gênero, etnia e estado-nação, elas são alguns dos elementos que estruturam as instituições sociais e os campos de interação” (THOMPSON, 2002, p. 378).

que dissecar os padrões de abordagem do picho e as maneiras como o discurso, de acordo com a linha editorial dos sites selecionados, manifesta-se.

## 4.2 QUANDO O PICHO É NOTÍCIA

No estudo de paradigmas sociais – conjunto de pressupostos essenciais sobre a natureza de determinados aspectos da nossa realidade –, a sociologia traz como possível diretriz para o cientista da comunicação o chamado *funcionalismo estrutural*. Tais postulados, sintetizados de maneira clara em 1957 por Robert Merton (*apud* DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993), trazem a concepção de uma sociedade análoga a um organismo vivo em equilíbrio, como um sistema dinâmico (quando há um problema, surgem naturalmente forças para tentar resolver este “desequilíbrio”) de atividades repetitivas que levam à harmonia social, apoiando-se em determinados setores sociais de convivência: familiar, político, econômico e religioso.

Complementando este conceito, Melvin Lawrence DeFleur e Sanda J. Ball-Rokeach ressaltam que:

A mídia e o processo da comunicação de massa são ações padronizadas e repetitivas do sistema social em que funcionam. As dependências estruturais existentes entre a mídia e outros sistemas sociais não só afetam as atividades cotidianas de nossa sociedade, como também [...] influem na maneira pela qual os indivíduos utilizam a mídia na vida cotidiana. Fazem certa contribuição para o equilíbrio social dessa sociedade. Por outras palavras, têm consequências para a sociedade como um todo. Com efeito, poder-se-ia argumentar que a comunicação de massa pode ser relacionada entre aqueles componentes indispensáveis da estrutura social, sem os quais a sociedade contemporânea, conforme a conhecemos, não poderia prosseguir. Por outro lado, a comunicação de massa pode ser *disfuncional*, contribuindo antes para a desarmonia do que para a estabilidade, se dispuser de poder para instigar as pessoas a várias formas de comportamento desviante (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p.48, grifo dos autores).

Ainda que o funcionalismo de Merton seja refutado em nossa pesquisa pela ideia de uma sociedade envolta em conflitos de linguagem e relações de opressão, destacamos dois pontos caros a este item da pesquisa no trecho acima: a padronização e a repetição dos discursos propagados pela mídia, que serão

percebidas na avaliação das notícias que destacam ou mencionam a pichação, e o potencial para o fomento de conflitos sociais, que convenientemente direciona a atenção da população para longe das responsabilidades reais que aqueles em posição de poder têm e tende a posicionar a conduta (e não a situação) de indivíduos marginalizados como prioridade.

A estratégia de subversão das prioridades é sintetizada por Zygmunt Bauman em “Modernidade Líquida”:

O “público” é colonizado pelo “privado”; o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e as confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). As “questões públicas” que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis (BAUMAN, 2001, p. 51).

De acordo com o sociólogo polonês, a simples veiculação de imbrólios privados não é suficiente para que os mesmos sejam compartilhados por toda a sociedade, mas, sim, “a expulsão de todos os outros problemas ‘não privados’ da agenda pública” (BAUMAN, 2001, p. 91).

O agendamento proposto pelos meios de comunicação de massa (MCM) é um dos pontos-chave entre as pesquisas de comunicólogos e diz respeito à escolha de temas e assuntos que seriam teoricamente de interesse da sociedade em geral. Levando em consideração que fatores políticos e econômicos estão atrelados a um veículo que distribui informações, a seleção do que importa ou não está longe de ser isenta. Se o jornalismo já foi considerado “espelho da realidade”<sup>84</sup> durante a ascensão dos MCM nos Estados Unidos nos anos 1850 (CASTRO, 2012), há uma

---

<sup>84</sup> “A mais antiga das teorias do Jornalismo é a Teoria do Espelho, desenvolvida a partir dos anos 1850. Ela surgiu no contexto das profundas mudanças que se processavam na imprensa dos Estados Unidos (Pena, 2010), com o desenvolvimento de uma rentável indústria noticiosa de massas. Em contraponto ao anterior jornalismo literário, ideológico, partidário, panfletário, sensacionalista, surgiam novos profissionais que sustentavam ser a imprensa o espelho do real, serem as notícias o que são por refletirem a realidade. O jornalista seria um mediador desinteressado, um observador isento, imparcial, que descreveria objetivamente os fatos. O princípio básico seria a separação de fatos e opiniões. Pregava-se que a palavra poderia refletir a realidade, assim como a fotografia, recém inventada. O Jornalismo usaria métodos científicos que evitariam a subjetividade” (CASTRO, 2012, p. 5).

vertente que trabalha à margem deste panorama, como elucida o filósofo e sociólogo tunisino Pierre Levy (2010, p. 116).

Subsistindo fora de suas condições de emissão e recepção, as mensagens escritas mantêm-se “fora de contexto”. Esse “fora de contexto” – que inicialmente diz respeito apenas à ecologia das mídias e à pragmática da comunicação – foi legitimado, sublimado, interiorizado pela cultura. [...] No entanto, é difícil compreender uma mensagem fora de seu contexto vivo de produção. É este o motivo pelo qual, do lado da recepção, foram inventadas as artes da interpretação, da tradução, toda uma tecnologia linguística (gramáticas, dicionários, etc.). Do lado da emissão, foi feito um esforço para compor mensagens que pudessem circular em toda parte, independentemente de suas condições de produção, e que, na medida do possível, contêm em si mesmas suas chaves de interpretação, ou sua “razão”.

Do mesmo modo que nós, pesquisadores e receptores da pichação, propusemos esta pesquisa com intuito de compreender o contexto de produção da pichação para interpretá-la sob a ótica de diferentes teorias sociológicas, o pichador estabelece como meta fazer circular seu discurso pela cidade; discurso que, mesmo não composto com propósito de ser compreendido por todos, carrega sentido e reivindicações em termos – aparentemente – vagos; traz consigo a razão de sua existência: o abandono, o descaso, a “sujeira”. Essencialmente, torna-se uma forma de comunicação alternativa aos MCM e aos seus discursos encráticos.

Sobre este assunto, Martín-Barbero (1997) ressalta que não é o suporte em que as relações dialógicas acontecem, efetivamente, o elemento mais importante da comunicação, mas, sim, o seu conteúdo criativo. Ao revelar o empobrecimento radical que a comunicação cotidiana e festiva sofre com a mercantilização da vida social, mais do que representar uma alternativa à mídia dos dominadores, a *comunicação popular* se faz imprescindível para a democratização das sociedades contemporâneas ao proporcionar maior circulação de bens e mensagens. Nas palavras do antropólogo argentino Néstor García Canclini, responsável por traduzir algumas das ideias do autor espanhol no prefácio de “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia”, o otimismo em uma eventual emancipação dos homens está devidamente embasado pelo colega, que

[...] se afasta do nativismo e do populismo, e considera que as esperanças novas se enraízam bem mais nos setores populares urbanos. Nas "solidariedades duradouras e personalizadas" da *cultura de bairro* e dos *grupos artísticos, nos grafites* e na música jovem, nos movimentos de mulheres e de populações pobres, vê as fontes de uma "institucionalidade nova, fortalecendo a sociedade civil". É possível fazer a esses grupos críticas semelhantes àquelas destinadas aos movimentos populares tradicionais, porque também reproduzem estereótipos e hierarquias injustas da cultura hegemônica. Todavia, o conhecimento de seus hábitos de consumo e apropriação das indústrias culturais, assim como das formas próprias de organização da cultura cotidiana, são alguns dos caminhos para passar das respostas que fracassaram às perguntas que renovem as ciências sociais e as políticas libertadoras (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 12, grifos nossos).

De fato, o picho é passível de críticas – e, conseqüentemente, de novas investigações científicas. Por exemplo, em relação à ideologia difusa que permeia a atividade e que por vezes é mal articulada por seus agentes, dificultando a compreensão das motivações e justificativas para as intervenções perante os sujeitos não inseridos nesta comunidade; ou pode-se conjecturar sobre o porquê de a atividade ser tão masculinizada, já que o panorama observado é o de uma atividade praticada raramente por mulheres<sup>85</sup>. Optamos nesta dissertação, afinal, por uma análise do ambiente social da pichação, de sua ideologia (que estabelece um confronto entre discursos) e, finalmente, em âmbito local, de sua repercussão na imprensa – elementos consistentes com a hermenêutica de profundidade.

Uma amiga do Brasil me escreve: “O direito à representação política pode estar começando a morrer neste país. Um Estado que teme o fortalecimento da sociedade civil conseguiu promover a ruptura: a relação entre Estado e nação faz-se cada vez mais através dos novos meios de comunicação e não dos partidos, nem dos movimentos sociais. Isto é algo que eu conhecia nos Estados Unidos, mas ainda não tinha visto em nenhum país da América Latina”<sup>86</sup> (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 204).

Seja por intermédio dos meios de comunicação tradicionais ou com o auxílio da plataforma on-line e das redes sociais, aqueles que propagam notícias

---

<sup>85</sup> A afirmação é feita com base no perfil dos pichadores traçado pela polícia, em nossa experiência de campo e nas análises quantitativa e qualitativa realizadas, com resultados apresentados nas tabelas 3, 4 e 5 a seguir.

<sup>86</sup> Correspondência pessoal. Nota reproduzida do texto original.

permanecem como detentores de grande influência e estabelecem diversos tipos de relação de poder com seus receptores. Ainda que existam novos movimentos que sistematizam a distribuição de notícias falsas e visam desacreditar a imprensa tradicional, é ela que pauta o dia a dia de uma sociedade e mensura a gravidade de seus problemas – com destaque para a questão da segurança pública. Embora seja um pesquisador otimista quanto à evolução das mídias e da cibercultura, Levy (2010, p. 237) comenta esta tendência.

À procura do espetacular e do sensacional, as mídias contemporâneas não param de apresentar os aspectos mais sombrios da atualidade, colocam constantemente os políticos na roda, fazem questão de denunciar os “perigos” ou os efeitos negativos da globalização econômica e do desenvolvimento tecnológico: jogam com o medo, um dos sentimentos mais fáceis de incitar. A partir daí, o papel dos pensadores provavelmente não é o de contribuir para disseminar o pânico, perfilando-se nos lugares comuns da grande imprensa e da televisão, mas sim o de analisar o mundo com novos olhos, propor uma compreensão mais profunda, novos horizontes mentais a contemporâneos imersos no discurso midiático.

Passemos, então, para esta reinterpretação do olhar que a mídia de Campo Grande lança sobre a escrita ilegal em Mato Grosso do Sul.

#### **4.2.1 Análise quantitativa: o on-line campo-grandense**

Em nosso estado, o meio de comunicação mais utilizado para tomar conhecimento de notícias é a internet; a afirmação é feita com base em um dos levantamentos do Instituto de Pesquisas de Mato Grosso do Sul (IPEMS<sup>87</sup>) realizados em março de 2019, que contaram com as respostas de 6 mil pessoas na região e ofereceram resultados com margem de erro de 1,27% e confiabilidade de 95%.

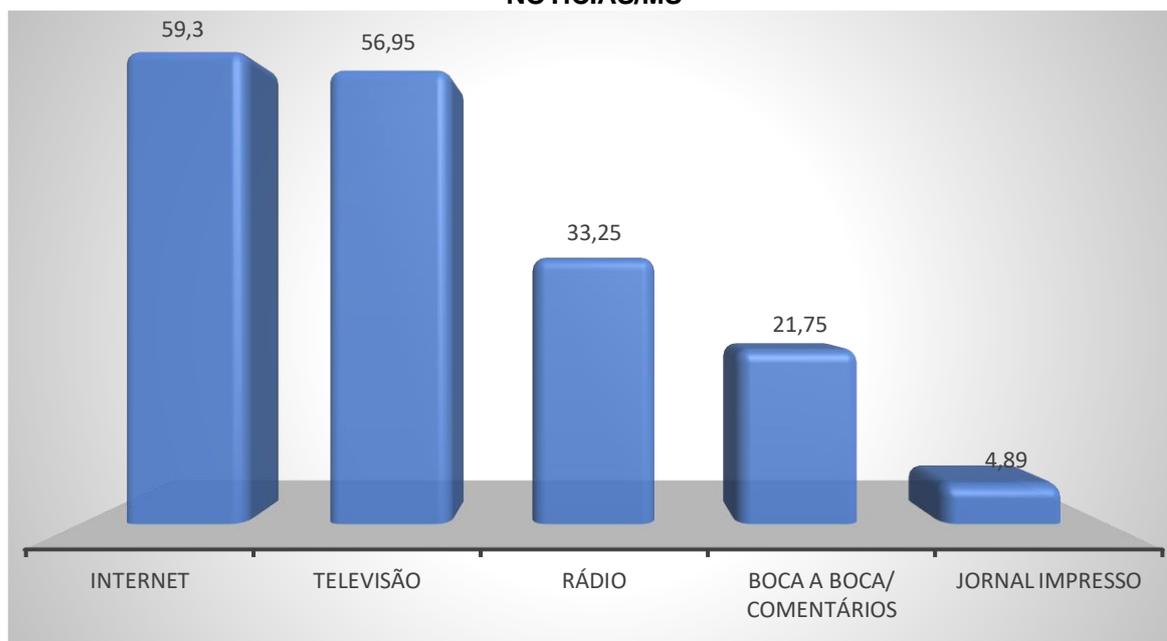
Dividida em diferentes segmentos, as análises mostram, primeiramente, que 59,30% dos entrevistados utiliza a plataforma on-line para acompanhar os fatos que

---

<sup>87</sup> Fundado em 21 de junho de 1991, o instituto realiza pesquisas quantitativas com coleta de dados domiciliar, telefônica e em pontos de fluxo populacional, com foco em análises de mercado, mídia e política.

ocorrem ao seu redor, superando por pouco a televisão, que aparece com 56,95% de engajamento.

**GRÁFICO 1 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PARA TOMAR CONHECIMENTO DAS NOTÍCIAS/MS**



Fonte: Adaptado de IPEMS (2019a).

Os dados acima são o resultado de uma média entre os valores obtidos com os consumidores de notícia campo-grandenses e os números averiguados nos outros 78 municípios de Mato Grosso do Sul, como mostra a Tabela 1 a seguir:

**TABELA 1 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO X CAPITAL/INTERIOR**

Meios de comunicação/Capital/Interior	Capital	Interior	TOTAL <sup>88</sup>
Internet	60,46	58,76	<b>59,30</b>
Televisão	69,98 <sup>89</sup>	50,85	<b>56,95</b>

<sup>88</sup> Tanto na Tabela 1 quanto na Tabela 2, a coluna referida (TOTAL), reproduzida conforme consta na pesquisa original, refere-se à média entre os dados obtidos em Campo Grande (Capital) e aqueles averiguados nas demais cidades de Mato Grosso do Sul (Interior).

<sup>89</sup> Observamos que a televisão ainda é um veículo muito presente no dia a dia da capital, sendo importante destacarmos dois fatores que, possivelmente, influenciam neste resultado: as quatro principais emissoras do estado – TV Morena, SBT MS, TV MS e TV Interativa (TVi), afiliadas, respectivamente, da Rede Globo, do Sistema Brasileiro de Televisão, da Rede Record e da Rede Bandeirantes – estão estabelecidas em Campo Grande e priorizam o conteúdo municipal em sua programação. De todo modo, nenhuma pesquisa nesse sentido foi realizada por nós.

Rádio	24,26	37,46	<b>33,25</b>
Boca a boca/comentários	12,23	26,21	<b>21,75</b>
Jornal Impresso	5,10	4,78	<b>4,89</b>

Fonte: Adaptado de IPEMS (2019a).

Optamos por considerar o principal índice da pesquisa IPEMS, que abrange todas as cidades do estado, como suporte para nossa análise de conteúdo, considerando o fato de investigarmos também o teor de notícias sobre ocorrências de pichação no interior de Mato Grosso do Sul.

Estabelecida a mídia objeto como sendo a plataforma on-line, passamos para a delimitação de quais veículos serão examinados. O critério baseado no ranqueamento dos portais mais visitados, que nos parece bastante apropriado, pôde ser empregado graças ao levantamento “Índice de acessos a sites e notícias”, presente na mesma pesquisa realizada com seis mil entrevistados pelo Instituto de Pesquisas de Mato Grosso do Sul (IPEMS).

A Tabela 2 é a representação parcial das 20 respostas, entre um total de 84, que foram obtidas com maior frequência para a seguinte pergunta: “Qual site de notícias de MS você mais acessa?” (IPEMS, 2019b). Desta lista, desconsideramos a utilização de portais nacionais de conteúdo jornalístico; no caso, G1 MS<sup>90</sup>, UOL, Globonews e R7. Tampouco consideramos válido como referencial de análise o emprego de sites que tenham abrangência reduzida e que se atenham a realizar a cobertura de eventos locais em cidades do interior do estado.

**TABELA 2 – SITE DE NOTÍCIAS X CAPITAL/INTERIOR**

Site de notícias/Capital/Interior	Capital	Interior	TOTAL
Não acessa sites de notícias de MS	33,80	37,87	<b>36,57</b>
Facebook (Links)	12,16	9,27	<b>10,19</b>
Não sabe/não respondeu	8,52	10,67	<b>9,98</b>
G1 MS	9,00	7,38	<b>7,90</b>

<sup>90</sup> Embora seja uma versão dedicada a conteúdos de Mato Grosso do Sul, a ferramenta de busca no acervo de notícias do portal G1 é unificada para todos os estados em que está presente e, portanto, não consegue filtrar conteúdos exclusivos de cada região; para fins de pesquisa, enquadra-se como um site de conteúdo nacional. Por este motivo, optamos por não o utilizar.

Campo Grande News	21,54	1,16	<b>7,66</b>
Midiamax News	9,60	1,37	<b>3,99</b>
Dourados News	0,00	3,39	<b>2,31</b>
UOL	0,02	2,24	<b>1,59</b>
Tá na Mídia (Naviraí)	0,00	1,47	<b>1,00</b>
O Pantaneiro (Anastácio)	0,00	1,44	<b>0,98</b>
Ivi Notícias (Ivinhema)	0,00	1,36	<b>0,93</b>
Globonews	1,08	0,72	<b>0,84</b>
Nova News (Nova Andradina)	0,00	1,16	<b>0,79</b>
Cassilândia News	0,00	0,83	<b>0,57</b>
Rádio Caçula (Três Lagoas)	0,00	0,83	<b>0,56</b>
R7	0,66	0,50	<b>0,55</b>
Correio do Estado	1,28	0,20	<b>0,54</b>
Gazeta News	0,00	0,80	<b>0,54</b>
Jornal da Nova (Nova Andradina)	0,00	0,79	<b>0,54</b>
Jovem Sul News (Chapadão do Sul)	0,00	0,77	<b>0,52</b>

Fonte: Adaptado de IPEMS (2019).

Assim sendo, temos como os três meios de comunicação digital mais acessados e de maior alcance, em termos de representatividade dentro de Mato Grosso do Sul: Campo Grande News, Midiamax e Correio do Estado.

Fundado no dia 4 de março de 1999, o site Campo Grande News iniciou seu funcionamento em um período de acesso restrito à internet pela maior parte dos brasileiros. Segundo a atual editora-chefe do portal, Ângela Kempfer, mesmo em um contexto ainda de conexões lentas e com o chamado acesso discado<sup>91</sup>, a iniciativa foi consequência do “atrevimento de quem percebe a evolução inevitável” dos meios de comunicação.

Estando entre os pioneiros nessa nova mídia para a veiculação de notícias, os responsáveis pelo empreendimento sofreram com a estrutura inicial reduzida e com a monetização dos conteúdos publicados. O processo de convencimento e

<sup>91</sup> Antiga forma de acesso à rede mundial de computadores que se utilizava obrigatoriamente de uma linha telefônica para estabelecer conexão com um provedor de internet.

conquista de anunciantes, contudo, não tardou a deixar de ser uma preocupação, uma vez que os acessos ao portal – que não trabalha com matérias de agências de notícias e se orgulha de produzir conteúdo 100% regional – sustentam o título de veículo on-line mais acessado em Mato Grosso do Sul (KEMPFER, 2014).

Hoje com 20 anos ininterruptos de atividade, a estrutura do Campo Grande News emprega 42 funcionários entre todos os setores. Quanto às visualizações, o site mantém desde o ano de 2018 uma média superior a 22 milhões de acessos mensais às suas reportagens e textos publicados digitalmente; dados de maio de 2019, obtidos por meio da ferramenta Google Analytics, utilizada pela empresa, atestam o número de 24.945.462 visitas.

A virada do milênio trouxe mais novidades acerca das formas de informar o cidadão campo-grandense. Em 2000, o administrador Carlos Eduardo Naegele, que havia, no ano anterior, aberto uma empresa com intenção de explorar a venda de espaços publicitários em painéis eletrônicos pela cidade, decidiu ampliar o espectro de seus produtos: percebendo as possibilidades de interação entre os espectadores e o conteúdo mostrado e seguindo uma tendência que se refletia nos Estados Unidos e em São Paulo, por exemplo, passou a abastecer suas telas com notícias. Conforme as demandas eram atendidas, Naegele sentiu a necessidade de estabelecer uma estrutura jornalística apropriada para não apenas reproduzir conteúdo externo, mas produzir o seu próprio.

Baseando-se principalmente em pesquisas sobre as perspectivas do jornalismo na internet e em análises de retorno de capital, o empresário inaugurou, no dia 16 de maio de 2002, o Midiamax News – hoje chamado de Jornal Midiamax (JORNALISMO..., 2012). Ainda assim, na contramão destes argumentos, no dia 1º de fevereiro de 2013, foi lançado o Midiamax Diário, um informativo impresso de distribuição gratuita em pontos de grande fluxo da capital e que também é disponibilizado em versão digital<sup>92</sup>. A estrutura atual, que inclui o portal e o jornal, mantém-se em funcionamento com 35 funcionários.

Na plataforma impressa, o mais tradicional dos veículos em Mato Grosso do Sul, em atividade desde o dia 7 de fevereiro de 1954, é o Correio do Estado.

---

<sup>92</sup> Todas as edições a partir da de número 816, publicada no dia 25 de novembro de 2015, encontram-se digitalizadas e disponíveis para leitura e download em uma página diferente: [diario.midiamax.com.br](http://diario.midiamax.com.br).

Quando questionados sobre a leitura de jornais, apenas 11,47% do total de seis mil sul-mato-grossenses entrevistados disseram que se informam rotineiramente por meio de notícias no papel; destes, 4,06% são leitores do Correio – os 7,41% restantes estão divididos em outras 23 publicações, locais e nacionais (IPEMS, 2019c).

Em meio ao seu relativo sucesso, foi o último dos veículos selecionados a ocupar a plataforma digital para promover suas notícias. O lançamento do portal fez parte das celebrações de 60 anos da empresa (completos em 2014), feito proeminente diante do panorama atual de consumo de informação que releva a um plano secundário o meio de comunicação que esteve no marco inicial do jornalismo.

O site conta com uma equipe de oito profissionais exclusivos, mas é essencialmente abastecido pelo conteúdo que é publicado diariamente na versão impressa, produzido por agências de notícia e por sua redação local. O Media Kit 2019 do Correio do Estado, com dados de referência de outubro de 2018, fornecidos pelo Google Analytics, revela também um alcance de 5 milhões de visualizações, espalhadas por 411 mil usuários; destes, 30% acessaram a versão desktop (ambiente tradicional dos computadores) e 70% utilizaram a versão mobile (criada especificamente para dispositivos móveis e celulares).

Mesmo com os dados poucos expressivos de interação entre os sul-mato-grossenses, de acordo com a pesquisa IPEMS (1,28% dos entrevistados em Campo Grande e 0,2% dos habitantes de cidades do interior do estado admitiram que se informam regularmente pelo portal), consideramos pertinente frisar que a página (@correiodoestado) no Facebook – apontado por 10,19% dos seis mil entrevistados como uma ferramenta de notícias usual – tem 497.004 curtidas e 487.244 seguidores. Para fins de comparação, o Midiamax (@midiamax) apresenta 364.105 curtidas e 363.228 seguidores, e o Campo Grande News (@cgrnews) conta com 465.977 curtidas e 477.019 seguidores<sup>93</sup>.

Dispondo, dessa maneira, de três importantes fontes locais e digitais de notícia, delimitamos as pesquisas dentro dos sites utilizando o intervalo de tempo entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2018, período bastante abrangente

---

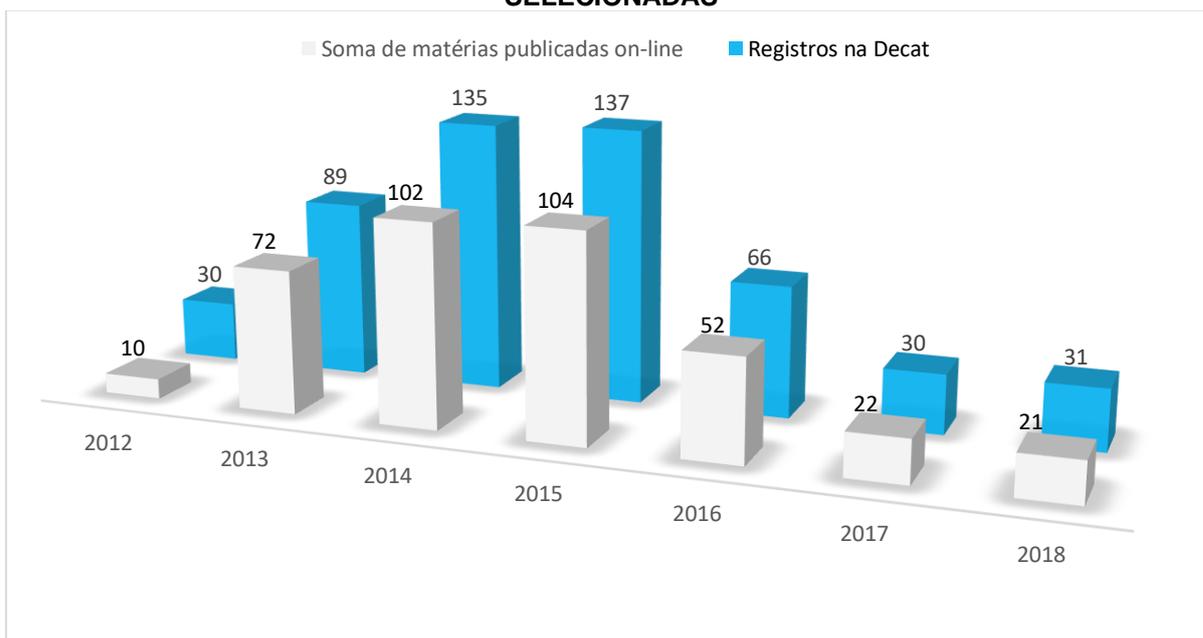
<sup>93</sup> Números verificados no dia 21 de junho de 2019.

para as ocorrências de pichação em Mato Grosso do Sul – especialmente na capital do estado – e que incorpora a ascensão, o ápice e o declínio da atividade na região.

No Campo Grande News, contabilizamos 307 textos diferentes com algum tipo de menção à palavra “pichação” e suas derivações, e 173 deles têm o tema especificamente em nosso estado como objeto principal; entre os resultados obtidos utilizando o termo “picha” na ferramenta de busca do Midiamax – que, neste caso, oferecia todas as variações da palavra-chave presentes no acervo –, encontramos 210 matérias com foco nas intervenções, das quais 169 abordavam casos em Mato Grosso do Sul; e no portal do Correio do Estado, foram 79 citações e 41 notícias sobre inscrições ilegais pela capital e outras cidades do interior de MS. O produto desta análise quantitativa mostra que a atividade foi referenciada 596 vezes pelos principais veículos de comunicação sul-mato-grossenses on-line, das quais 383 pautavam a pichação sul-mato-grossense no período determinado de 7 anos.

Ao cruzarmos os números referentes ao nosso estado com dados fornecidos pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista (Decat) acerca da quantidade de registros policiais anuais de pichações em Campo Grande, construímos o seguinte gráfico:

**GRÁFICO 2 – RELAÇÃO ANUAL ENTRE NUMERO DE OCORRÊNCIAS DE PICHAÇÃO REGISTRADAS X SOMA DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ASSUNTO EM MS NAS MÍDIAS SELECIONADAS**



Fonte: Do Autor.

As informações acima sobre o índice de ocorrências que, efetivamente, foram denunciadas às autoridades responsáveis foram obtidas em entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2018 com o então delegado titular da Decat, Marco Antonio Balsanini, e atualizadas em 29 de julho de 2017, com autorização do atual responsável pela delegacia, Maércio Alves Barbosa. Destas conversas, dois tópicos fundamentais dentro do contexto de nossa pesquisa foram discutidos.

O primeiro deles diz respeito à própria curva visualizada no gráfico 2, que demonstra uma queda expressiva na atividade, especificamente entre 2015 e 2016. Nosso questionamento foi no sentido de entender qual a parcela de responsabilidade de medidas governamentais – se tais medidas, de fato, existissem – ou de operações realizadas pela delegacia de crimes ambientais neste decréscimo das pichações. Para nossa surpresa, Balsanini afirmou que nem a Guarda Municipal de Campo Grande nem o seu departamento de polícia foram orientados a tomar qualquer medida específica que se diferenciasse do cumprimento da lei, simplesmente, para conter tais crimes e que tampouco tinha uma argumentação confiável para justificar a mudança de cenário.

Contrariando algo que acreditávamos<sup>94</sup> durante a produção do TCC em 2014, seguindo a tendência de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba (polos de pichação nacional que havíamos investigado), onde a atividade surgia, desenvolvia-se e se estabilizava como uma forma de expressão daqueles que são marginalizados, o picho em Campo Grande tem apresentado uma tendência acentuada de queda – e aparentemente inexplicável – inédita em outros grandes centros do país. Cabe a nós salientar, entretanto, que até o dia 29 de julho de 2019 constavam no sistema da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Atendimento ao Turista apenas dois casos de pichação, ainda que saibamos – por intermédio dos próprios autores e pela constatação nas ruas – que o número de assinaturas feitas neste ano até a data mencionada era consideravelmente maior; dessa maneira, não deve ser descartada a hipótese que considera a população campo-grandense, em geral, mais habituada com o cenário resultante das pichações ou descrente com as consequências de suas denúncias.

---

<sup>94</sup> Aqui, novamente incluindo os jornalistas Gustavo Arakaki Henrique e Thaís Lopes Pimenta, coautores do documentário “Contra a Parede – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS” (2014/2015).

O segundo ponto concerne o comportamento de parte dos profissionais da imprensa local, que, de acordo com Balsanini, frequentemente entravam em contato com a delegacia atrás de possíveis ocorrências de pichação não catalogadas no sistema policial. O delegado contou que os contatos foram frequentes em 2018 – ano de poucas ocorrências relacionadas à escrita ilegal<sup>95</sup> – e que era perceptível a tentativa de criar narrativas por parte dos repórteres para justificar tal fato, mesmo que as autoridades não fossem capazes de fornecer uma. A situação nos remete a uma informação trazida por Howard Becker (2009, p. 25):

Num estudo muito interessante sobre notícias a respeito da criminalidade nos jornais do Colorado, Davis descobriu que a quantidade de crimes noticiados nos jornais do estado mostrava muito pouca associação com mudanças reais na quantidade de crimes que ocorriam no território. E, além disso, que a estimativa das pessoas sobre o aumento da criminalidade em Colorado estava associada ao aumento na quantidade de notícias de crime, não a qualquer aumento na quantidade de crimes<sup>96</sup>.

Analogamente ao panorama de nosso objeto de estudo, vemos que junto à intensidade das práticas da pichação em Campo Grande e algumas outras cidades do interior do estado havia sempre uma efetiva preocupação da imprensa em reforçar a existência de um cenário de descontrole, geralmente associada a fatores como impunidade e conseqüente ousadia. Este interesse pode ser expresso, como veremos adiante, de diferentes formas: seja por meio da constância dos pequenos avisos de ocorrência baseados em boletins policiais ou mediante textos opinativos em reportagens que são direcionadas pela seleção tendenciosa de fontes.

#### **4.2.2 Análise qualitativa: Bardin e a categorização do conteúdo**

A origem da análise de conteúdo, metodologia empregada neste capítulo para reinterpretar os textos dos veículos de mídia selecionados, conforme Thompson (2002) e sua tríplice análise, pode ser rastreada até o início do século XX, e em sua

---

<sup>95</sup> Até a realização da entrevista, em agosto, havia registros de apenas oito ocorrências relacionadas à escrita ilegal em Campo Grande, conforme Marco Antonio Balsanini.

<sup>96</sup> F.J. Davis. "Crime News in Colorado Newspapers". Nota reproduzida do texto original.

concepção encontra-se o motivo para que este modelo de investigação científica esteja tão intimamente ligado aos estudos de comunicação.

Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo da Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de “sensacionalismo” dos seus artigos, comparam-se os semanários rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página) (BARDIN, 1979, p. 15).

O primeiro a descrever a história da análise de conteúdo neste período, mais especificamente em 1915, é o sociólogo e cientista político estado-unidense Harold Dwight Lasswell, que acompanhou de perto a influência exercida pela Primeira e pela Segunda Guerra Mundial no desenvolvimento da atividade. Durante os conflitos, os departamentos de ciências políticas tiveram grande destaque nos estudos, principalmente, de propaganda – inclusive daquelas que eram veiculadas em jornais e periódicos com conteúdo potencialmente subversivo e/ou nazista (BARDIN, 1979).

As preocupações epistemológicas deste período foram bem sintetizadas pelo cientista behaviorista Bernard Berelson, no fim dos anos 1950, ao dizer que: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesta da comunicação” (*apud* BARDIN, 1979, p. 18).

De maneira geral, este conceito, somente, sustenta-se como definição da finalidade do analista. Entretanto, a obra escrita pela professora de Psicologia Laurence Bardin, intitulada “Análise de Conteúdo” e considerada o manual da respectiva investigação científica, traz importantes acréscimos neste sentido.

O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a *inferência*. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 1979, p. 9).

Para a autora, a sutileza deste método corresponde bem a dois objetivos: o de *ultrapassar a incerteza*, por meio de averiguação da presença ou não dos signos que o pesquisador julga enxergar na mensagem e se sua visão pode ser partilhada – “Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável” (BARDIN, 1979, p. 29); e o de *enriquecer a leitura*, no sentido de “Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência?” (Ibid.). Estaria, portanto, no confronto metodológico entre “a verificação prudente e a interpretação brilhante” a análise de conteúdo ideal.

Quanto às suas funções na análise das formas de comunicação, que podem ou não se dissociar, há a *heurística*, de característica exploratória e com maior propensão a descobertas, e a função de *administração de prova* – aplicada nesta pesquisa –, que visa confirmar, por intermédio de uma análise sistemática, hipóteses e afirmações provisórias que tenham sido propostas anteriormente (BARDIN, 1979).

Embora não seja considerada uma etapa obrigatória, a organização do material pesquisado em categorias é empregada na maioria dos procedimentos de análise de conteúdo. Conforme Bardin (1979, p. 177, grifo da autora), “a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Seguimos esta orientação com base nos diferentes tipos de texto encontrados no acervo dos três principais meios de comunicação on-line de Mato Grosso do Sul. Tendo como primeiro objetivo a representação simplificada de dados brutos, definimos dois conjuntos de categorias, que “provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca” (BARDIN, 1979, p. 119).

São eles:

### **1 – Localização do evento descrito na notícia**

- a) municipal (Campo Grande);
- b) estadual (demais cidades de Mato Grosso do Sul);
- c) nacional (demais estados do Brasil);
- d) internacional.

### **2 – Abordagem jornalística do tema**

- a) simbiótica (descreve ações principalmente por meio de boletins de ocorrência em linguagem policlesca);
- b) normativa (apresenta pontos de vista normativos sobre o assunto);
- c) descontextualizada (matérias com outros objetos e que mencionam o termo “pichação”).

### **3 – Marcadores identitários dos agentes**

- a) adultos;
- b) jovens e adolescentes;
- c) mulheres.

No conjunto 1, as chamadas “categorias terminais” (BARDIN, 1979), definidas entre os itens “a” até “d”, foram importantes na delimitação do conteúdo pesquisado. A partir do momento em que nos propusemos a estudar a pichação regional – especificamente em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul –, matérias por nós definidas como nacionais e internacionais foram contabilizadas tão somente como instrumento de ratificação da pichação como pauta de considerável interesse jornalístico; não entram, portanto, nos conjuntos de categorias 2 e 3.

Quanto ao conjunto de categorias *abordagem jornalística do tema* (2), percebemos três tipos distintos de texto que compunham o padrão dos resultados de pesquisa. O primeiro padrão, o qual denominamos *simbiótico* (a), é composto por notícias que, em geral, têm de dois a seis parágrafos de texto – todos bem curtos – e que se atém a descrever uma ocorrência de pichação que foi denunciada à polícia civil e devidamente fichada. Nelas, não há entrevistas realizadas pelo jornalista; apenas o testemunho de denunciantes, suspeitos e/ou agentes policiais dentro do próprio boletim de ocorrência, revelando a simbiose entre a linguagem policlesca e a produção jornalística. Dentro desta categoria, englobamos também notas e informativos com modelo de assessoria de comunicação, que apenas fornecem dados sobre um evento vindouro; por exemplo, matérias que comunicavam a realização de audiência pública na Câmara Municipal de Campo Grande sobre a pichação.

Já as matérias *normativas* (b) dispõem de uma estrutura mais próxima daquela considerada padrão no jornalismo tanto por produtores e receptores de notícias, aprofundando questões específicas que tangem o tema por meio de argumentação direta (o próprio autor do texto, que naturalmente expressa sua opinião) e/ou indireta – de acordo com o perfil das fontes selecionadas para debater o assunto (a escolha apenas de personagens contrários à pichação, por exemplo). Essencialmente, esta categoria terminal traz indivíduos que tentam estabelecer noções de certo e errado em relação à pichação.

Notícias que mencionava a palavra pichação e suas derivações enquanto debatiam outros assuntos foram alocadas na categoria (c) *descontextualizada*. Nela, como veremos adiante, o picho é empregado como sinônimo de sujeira e abandono. Destacamos que o mecanismo de busca no acervo de matérias do Midiamax não oferece textos deste tipo; menções descontextualizadas foram lidas no Campo Grande News e no Correio do Estado.

Como complemento aos estudos de identidade do sujeito pichador, analisamos por meio do conjunto 3 a participação de indivíduos adolescentes e adultos, destacando ainda quais destes eram mulheres envolvidas na atividade, de acordo com a narrativa passível de ser construída pelos veículos na internet. Definidos os parâmetros de análise e as categorias empregadas para refinar os resultados, começamos pelos dados obtidos no Campo Grande News, organizados na Tabela 3.

**TABELA 3 – CONTABILIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE MATERIAL DISPONÍVEL NA FERRAMENTA DE BUSCA DO PORTAL CAMPO GRANDE NEWS ENTRE 2012 E 2018**

<b>ANO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Localização do evento descrito na notícia<sup>97</sup></i>								
Municipal (CG)	7	83	70	55	36	24	16	<b>291</b>
Estadual (MS) <sup>98</sup>	3	0	3	1	1	2	4	<b>14</b>

<sup>97</sup> Categorias Nacional (BR) e Internacional desconsideradas nas contabilizações dos demais conjuntos.

<sup>98</sup> Cidades do interior de Mato Grosso do Sul em que foram noticiadas ocorrências de pichação: Caarapó (2) e Paranhos, em 2012; Terenos (2) e Três Lagoas, em 2014; Três Lagoas, em 2015; Sonora, em 2016; Anhanduí, em 2017; Dourados (3) e no Trem do Pantanal, em 2018.

Nacional (BR)	0	1	0	0	1	0	0	<b>2</b>
Internacional	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<i>Abordagem jornalística do tema</i>								
Simbiótica	4	18	16	15	7	3	1	<b>64</b>
Normativa	3	23	37	21	14	8	3	<b>109</b>
Descontextualizada	3	42	20	20	16	15	16	<b>132</b>
<i>Marcadores identitários dos agentes</i>								
Adultos	2	6	6	5	5	3	0	<b>27</b>
Jovens e adolescentes	2	4	6	13	1	2	0	<b>28</b>
Mulheres	0	0	0	2	1	0	2	<b>5</b>
<b>Total de matérias encontradas</b>	<b>10</b>	<b>84</b>	<b>73</b>	<b>56</b>	<b>38</b>	<b>26</b>	<b>20</b>	<b>307</b>
<b>Matérias focadas em pichação (MS)</b>	<b>7</b>	<b>41</b>	<b>53</b>	<b>36</b>	<b>21</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>173</b>

Fonte: Do autor.

Os números demonstram que o interesse por parte do site nesta pauta foi proporcional ao aumento de ocorrências, e teve crescimento bastante expressivo no número de publicações no ano de 2013 (de 10 para 84 matérias). Em 2014, momento em que o número de pichações denunciadas teve outro salto nas estatísticas, observamos que, embora a quantidade total de matérias que mencionam o tema tenha diminuído, os textos normativos tornaram-se mais frequentes – em detrimento das abordagens descontextualizadas, que tiveram queda acentuada. Podemos dizer que, mais do que noticiar os fatos, surgia naquele momento a necessidade de se discutir o picho com a sociedade, e dos três portais analisados, o Campo Grande News é, proporcionalmente e em números absolutos, o que mais se engajou e expressou opiniões sobre o assunto. Curiosamente, a partir de 2015, ano detentor do recorde de pichações registradas pela Decat, há uma cobertura menor do que a esperada que marca também o declínio no volume de matérias sobre pichações.

No Correio do Estado, percebemos padrões semelhantes de ascensão e diminuição do espaço dedicado à pichação em suas páginas – física e virtual.

**TABELA 4 – CONTABILIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE MATERIAL DISPONÍVEL NA FERRAMENTA DE BUSCA DO JORNAL CORREIO DO ESTADO ENTRE 2012 E 2018**

<b>ANO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Localização do evento descrito na notícia<sup>99</sup></i>								
Municipal (CG)	1	4	10	18	9	4	15	<b>61</b>
Estadual (MS) <sup>100</sup>	1	0	2	0	2	1	0	<b>6</b>
Nacional (BR)	0	1	1	3	1	3	3	<b>12</b>
Internacional	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<i>Abordagem jornalística do tema</i>								
Simbiótica	0	3	4	7	3	0	3	<b>20</b>
Normativa	1	1	3	7	4	2	3	<b>21</b>
Descontextualizada	1	0	5	4	4	3	9	<b>26</b>
<i>Marcadores identitários dos agentes</i>								
Adultos	0	2	1	1	1	0	1	<b>6</b>
Jovens e adolescentes	0	1	2	6	2	0	1	<b>12</b>
Mulheres	0	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total de matérias encontradas</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>79</b>
<b>Matérias focadas em pichação (MS)</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>41</b>

Fonte: Do autor.

De fato, a área que determinadas notícias ocupam em uma página de jornal é um importante critério de seleção do que deve ou não ser publicado dentro do Correio do Estado, e que reflete diretamente no conteúdo encontrado no site – reprodutor de conteúdo da versão impressa. Conseqüentemente, obtivemos neste portal números proporcionalmente reduzidos e maior índice de matérias com abrangência nacional (em 2017, por exemplo, relacionadas às políticas do então prefeito de São Paulo, João Doria, de combate à pichação).

Por fim, a Tabela 5 traz detalhes do banco de dados do Midiamax:

<sup>99</sup> Categorias Nacional (BR) e Internacional desconsideradas nas contabilizações dos demais conjuntos.

<sup>100</sup> Cidades do interior de Mato Grosso do Sul em que foram noticiadas ocorrências de pichação: Paranhos, em 2012; Naviraí e Três Lagoas, em 2014; Bataguassu e Nova Andradina, em 2016; Anhanduí, em 2017.

**TABELA 5 – CONTABILIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE MATERIAL DISPONÍVEL NA FERRAMENTA DE BUSCA DO PORTAL MIDIAMAX ENTRE 2012 E 2018**

<b>ANO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Localização do evento descrito na notícia<sup>101</sup></i>								
Municipal (CG)	2	25	34	52	20	6	8	<b>147</b>
Estadual (MS) <sup>102</sup>	0	2	8	2	4	3	3	<b>22</b>
Nacional (BR)	2	8	10	3	3	5	5	<b>36</b>
Internacional	0	0	0	3	2	0	0	<b>5</b>
<i>Abordagem jornalística do tema</i>								
Simbiótica	0	9	9	43	14	3	8	<b>86</b>
Normativa	2	18	33	11	10	6	3	<b>83</b>
Descontextualizada	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Marcadores identitários dos agentes</i>								
Adultos	0	7	13	16	9	1	7	<b>43</b>
Jovens e adolescentes	0	9	10	31	4	1	0	<b>55</b>
Mulheres	0	1	1	6	2	1	1	<b>12</b>
<b>Total de matérias encontradas</b>	<b>4</b>	<b>35</b>	<b>52</b>	<b>60</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>210</b>
<b>Matérias focadas em pichação (MS)</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>42</b>	<b>54</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>169</b>

Fonte: Do autor.

Destacamos aqui que mais da metade das notícias sobre a pichação sul-mato-grossense publicadas pelo Midiamax traz a identificação da idade dos agentes responsáveis pelos delitos, e este acervo apresenta também o maior número de ocorrências com envolvimento de mulheres. O site é ainda o único a ter publicado notícias que se enquadram na categoria *internacional*.

<sup>101</sup> Categorias Nacional (BR) e Internacional desconsideradas nas contabilizações dos demais conjuntos.

<sup>102</sup> Cidades do interior de Mato Grosso do Sul em que foram noticiadas ocorrências de pichação: Corumbá e Nova Andradina, em 2013; Angélica, Jardim, Ladário, Ribas do Rio Pardo, Terenos e Três Lagoas (3), em 2014; Dourados, em 2015; Corguinho e Dourados, em 2016; Aquidauana e Dourados (2), em 2017; Dourados (2) e Rio Brillhante, em 2018.

No geral, as especificidades de cada um dos sites observados são poucas, e a abordagem dos três deixa claro que fatos ocorridos em Campo Grande, assim como a necessidade de opinar sobre eles, foram priorizados neste período de 7 anos. Cabe a nós ressaltar que uma prática rotineira nas redações dos meios de comunicação estabelecidos na internet<sup>103</sup>, geralmente realizada durante a manhã, é a busca no sistema on-line da polícia civil por acidentes ou crimes “graves” – homicídios, feminicídios, sequestros, etc. – que tenham acontecido durante a noite anterior e madrugada do dia corrente, uma vez que as matérias produzidas com base nos boletins são rapidamente escritas, servem para abastecer o site enquanto textos mais elaborados estão sendo produzidos e, fundamentalmente, rendem muitos acessos; a grande quantidade de notícias catalogadas na categoria *simbiótica* de nossa análise nos permite inferir, portanto, que o picho era ou encarado com gravidade maior do que a que lhe é devida por editores/diretores ou rendia leituras no mesmo nível de fatos violentos.

Sobre o modo como o assunto é tratado dentro das redações, a editora-chefe Ângela Kempfer se pronunciou em nome do Campo Grande News. Ela explica que a pichação, semelhante ao suicídio, é um tema considerado tabu para muitos profissionais, na medida em que expor detalhes do fato pode fomentar um crescimento na atividade. A lógica, de acordo com alguns pichadores, é, de fato, verdadeira, e o reconhecimento da mídia sobre uma pichação é sinônimo de maior *ibope*<sup>104</sup> para o autor entre as muitas grifes locais. Quanto ao viés jornalístico explorado na pichação, Kempfer diz que o site tem uma linha editorial bem definida quanto a classificar a ação como *vandalismo*; não uma forma de expressão nem ato político. De todo modo, a orientação é passível de exceções, como veremos adiante em textos que incitam o debate por meio de conversas com pessoas diretamente

---

<sup>103</sup> O relato é oriundo de uma experiência pessoal minha (João Marcelo) durante o treinamento para vaga de repórter em uma mídia on-line de Campo Grande, no ano de 2015, em que foram passadas as mencionadas orientações de acesso ao sistema policial digital e critério de seleção pelo valor-notícia das ocorrências. O fato foi posteriormente corroborado em conversas com colegas de profissão que, presentemente, trabalham em diferentes portais de notícia da cidade.

<sup>104</sup> Segundo o Novo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), a palavra *ibope* – antes empregada apenas como sigla para referir-se ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – pode ser compreendida também como sinônimo de prestígio, precisamente no sentido em que costuma ser empregada na cultura da pichação.

envolvidas nessa cultura, em vez das entrevistas com autoridades e populares terminantemente avessos às inscrições.

Todas as tendências citadas podem ser mais facilmente visualizadas na Tabela 6, em que reunimos números absolutos da pesquisa quantitativa realizada nos sites Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax, em um recorte metodológico que incluiu a investigação de quase 383 textos, que abordam o tema pichação e sua incidência em Campo Grande e outras 18 cidades do estado de Mato Grosso do Sul.

**TABELA 6 – SOMA DOS DADOS CATEGORIZADO DOS TRÊS PORTAIS DE NOTÍCIA ON-LINE SELECIONADOS ENTRE 2012 E 2018**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Localização do evento descrito na notícia<sup>105</sup></i>	
Municipal (CG)	<b>499</b>
Estadual (MS)	<b>42</b>
Nacional (BR)	<b>50</b>
Internacional	<b>5</b>
<i>Abordagem jornalística do tema</i>	
Simbiótica	<b>170</b>
Normativa	<b>213</b>
Descontextualizada	<b>158</b>
<i>Marcadores identitários dos agentes</i>	
Adultos	<b>76</b>
Jovens e adolescentes	<b>95</b>
Mulheres	<b>18</b>
<b>Total de matérias encontradas</b>	<b>596</b>
<b>Matérias focadas em pichação (MS)</b>	<b>383</b>

Fonte: Do autor.

<sup>105</sup> Categorias Nacional (BR) e Internacional desconsideradas nas contabilizações dos demais conjuntos.

Passemos agora para a fase de reinterpretação do discurso dos meios de comunicação com base em exemplos retirados do conjunto de categorias 2 – abordagem jornalística do tema.

#### 4.2.2.1 Os textos simbióticos

Mais importante do que a quantidade, que por si só já é bastante expressiva, é a observada constância das pequenas matérias descritivas sobre a pichação que nos interessa como pesquisadores. Com as contribuições de Barthes (1988) e Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018), adotamos a concepção do discurso como sendo elemento presente em toda e qualquer forma de comunicação – e obrigatoriamente partidário de um dos lados da divisão de linguagens.

Além da mencionada sensação de insegurança intencionalmente promovida pelo Estado e suas forças complementares – entre elas, os meios de comunicação –, fundamentada por Bauman (2000, 2001, 2005), a adaptação dos boletins de ocorrência ajudou a promover, entre 2012 e 2018, a impressão de que o picho era um problema social que urgia por uma solução; que os responsáveis se viam envoltos em uma redoma de impunidade.

O primeiro exemplo desta categoria é o mais antigo encontrado no acervo do Campo Grande News dentro do nosso recorte temporal selecionado. Datada de 24 de setembro de 2012, a matéria de título “Dupla de adolescentes é detida após pichar muro de casa no Universitário” (OLIVEIRA, 2012) relata a ação e a detenção de dois adolescentes.

Dois adolescentes, um de 15 e outro de 17 anos, foram detidos após picharem o muro de três casas no final da manhã desta segunda-feira (24) na rua do Henrique, no bairro Universitário, em Campo Grande.

Eles foram flagrados pelo dono de uma das casas, que acionou a Polícia.

Segundo o adolescente de 17 anos, os dois estavam pintando o aro de uma bicicleta quando resolveram pichar o muro com a sobra da tinta.

Os meninos foram apreendidos e encaminhados para a Deaj (Delegacia Especializada em Atendimento a Criança e Juventude).

De acordo com o delegado, Maércio Alves Barboza, eles vão responder por danos e por crime ambiental. Os adolescentes foram ouvidos e liberados.

No Brasil, a pichação é considerada vandalismo e crime ambiental, conforme o artigo 65 da Lei 9.605/98. A pena é de três meses a um ano de

reclusão. Geralmente, a pena é convertida na prestação de serviço ou fornecimento de cesta básica para entidades filantrópicas.

Como se observa, as dimensões da notícia são bastante reduzidas e ela é fundamentalmente objetiva na apresentação dos fatos, muito em função de o jornalista não dispor de mais detalhes além dos que estão presentes no boletim. As informações dadas pelas figuras do delegado e dos adolescentes são apresentadas de modo que sugere a realização de entrevistas, mas deduz-se que estão todas igualmente presentes na ocorrência policial. Como complemento, os últimos parágrafos trazem uma contextualização jurídica, com esclarecimentos sobre a lei que rege este tipo de crime e suas penalidades.

Dentro desta categoria, como havíamos dito, estão também textos em formato de nota – semelhantes aos produtos de assessoria de comunicação – que trazem dados sobre algum evento relacionado à pichação. Em 28 de abril de 2013, o Correio do Estado avisava seus leitores sobre o lançamento no dia anterior da controversa campanha “Campo Grande contra a pichação”.

A prefeitura de Campo Grande, por meio da Guarda Municipal e da Fundação de Cultura lançaram ontem uma campanha contra pichações de prédios públicos e particulares na cidade. A solenidade que marcou início da campanha ocorreu ontem à tarde, na pista de skate da Orla Morena, no bairro Cabreúva.

Ao invés da pichação, as autoridades municipais querem estimular a prática de grafiteagem naquele espaço da cidade.

Muros foram pintados e a próxima etapa [*sic*] da iniciativa é pintar as fachadas das escolas que foram pichadas na região (ROSSI, 2013).

Textos semelhantes a esse foram produzidos no mesmo ano acerca das discussões propostas por vereadores de Campo Grande sobre o assunto. Vale destacar, contudo, que no exemplo a seguir, intitulado “Audiência pública debate aumento de pichações em Campo Grande”, talvez em uma tentativa de “encorpar” a matéria, há a adição de dois parágrafos que podem ser considerados normativos (denota um juízo moral), principalmente pelo uso do termo “vândalos”. Sobre ele, baseamo-nos na definição do dicionário Aurélio, que define *vândalo* como “aquele

que destrói monumentos ou objetos respeitáveis”, “inimigo das artes e das ciências” e “indivíduo que tudo destrói, quebra, rebenta” (FERREIRA, 2010), para afirmar que a pichação não é exemplo de vandalismo, partindo do princípio de que ela não agride fisicamente de modo a arruinar nem inutiliza os seus suportes.

O aumento de imóveis pichados em Campo Grande virou assunto na cidade. Para debater o tema, a Câmara Municipal promove audiência pública no dia 3 de abril às 19 horas.

A reunião é organizada pela Comissão Permanente de Meio Ambiente, presidida pelo vereador Eduardo Romero (PTdoB) e será realizada no plenário Oliva Enciso, na Casa.

As pichações estão por todos os cantos da Capital: no Centro, nos bairros, imóveis comerciais, residenciais e até pontos turísticos.

‘As marcas’ dos vândalos são de todos os tipos. Com diferentes formatos de letras, formas geométricas e cores (CASTRO, 2013).

Ainda em 2013, quando diversas manifestações políticas ocorreram por todo o país, no que ficou conhecido como as “Jornadas de Junho”, escolhemos uma pequena produção descritiva contemporânea aos protestos que não se baseou em uma pichação fichada na polícia, mas seguiu os mesmos moldes. A publicação é do site Midiamax.

Um manifestante, ainda não identificado, pichou “legalize já” em verde no outdoor localizado bem em frente à Câmara Municipal de Campo Grande.

O jovem não recebeu o apoio de outros manifestantes, que gritavam “sem violência” incessantemente.

Depois de não receber apoio, o manifestante terminou a pichação e se escondeu na multidão.

“Legalize já” é a bandeira dos defensores pela legalização da maconha, que se juntaram aos protestos pelas ruas de Campo Grande na noite deste sábado (22) (JOVEM..., 2013).

Na citação acima, o discurso se manifesta nos parágrafos dois e três, em que o/a jornalista decide enfatizar – inclusive por repetição de termos – que, mesmo em um contexto de tolerância em relação à expressão de opiniões, a forma escolhida pelo jovem não identificado, por meio da pichação, permanece abominável.

Quanto à relação dos pichadores com o consumo de drogas, essa também é uma associação que frequentemente é feita por autoridades, especialistas e pela imprensa, embora seja negada pelos próprios agentes da atividade e apontada como uma escolha individual. Em uma notícia de apenas dois parágrafos postada também no Midiamax, no dia 23 de junho de 2015, que traz em destaque uma fotografia de três mulheres – aparentemente menores de idade – sem legenda e desconexa das informações fornecidas, o reforço desta ideia é estabelecido no título: “Grupos são flagrados pelo vídeo monitoramento [sic] usando drogas e fazendo pichações” (GRUPOS..., 2015), possibilitando ao leitor até mesmo que se considere uma situação de causa e consequência entre os dois elementos – que inexistem.

Além dos exemplos citados, que evidenciam a estrutura dos textos desta categoria, selecionamos notícias que trazem histórias curiosas, as quais fogem do padrão de descrever ações e detenções. A primeira delas diz respeito a uma pichação *autorizada*, publicada no jornal Correio do Estado em 8 de junho de 2015.

Oito jovens foram detidos pela Guarda Municipal, na tarde deste domingo (7), por pichação em muro de uma residência na Rua Ouro Branco, no Bairro Marcos Roberto. Os autores foram encaminhados até a delegacia de polícia, mas a dona da casa chegou em seguida dizendo que havia autorizado a inscrição em seu muro.

De acordo com o boletim de ocorrência, o fato aconteceu por volta das 16h30min, quando os guardas realizavam rondas pelo bairro e flagraram a ação. Como os jovens registravam a frase 'Turma da Careta' e utilizavam a escrita denominada 'tag', as pinturas foram classificadas como pichação e os autores acabaram detidos.

Os guardas encaminharam os jovens à Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac), Piratininga, mas a proprietária chegou em seguida na unidade policial e afirmou ao delegado de plantão que havia autorizado a arte em seu muro.

Os jovens foram ouvidos e em seguida liberados (VALENTIM, 2015).

A publicação é acompanhada de uma fotografia tirada no momento em que o grupo é abordado pela polícia. Nela, é possível ver que os adolescentes pintavam um *grapicho* e um *bomb*, modalidades de IGU mais próximas do grafite; independentemente, observamos que o fato – bastante inusitado – de serem produzidos com permissão da dona do imóvel não é levado em consideração, e os agentes policiais presumem erroneamente que os suspeitos estão mentindo.

**FOTOGRAFIA 16 – ABORDAGEM POLICIAL NO DIA 07/06/2015 CONTRA POSSÍVEL AÇÃO DE PICHADORES**



Fonte: Campo Grande News.

Pouco mais de um ano depois, o Campo Grande News surpreendia seus leitores com uma matéria descritiva/simbiótica focada nos materiais incomuns usados pelos pichadores: “Rabiscos com canetas, batons, giz e até lápis de olho. Esses objetos foram usados por um grupo de jovens para pichar a Estação Ferroviária, na Avenida Calógeras, região central de Campo Grande” (OLIVEIRA, 2016). Sob o título “Seis pessoas são presas em flagrante fazendo pichações com maquiagens”, o texto merece destaque também por ser um dos poucos que noticia a ação de mulheres na atividade.

Conforme boletim de ocorrência, através das câmeras de monitoramento a Guarda Municipal flagrou os jovens desenhando na porta e na parede. No local, os quatro homens e as duas mulheres faziam as letras disformes.

Durante a abordagem, foi encontrada com um deles uma porção de maconha. Alterada, conforme a Guarda Municipal, uma das mulheres que fazia parte do grupo xingou os servidores e os ameaçou dizendo que era amiga do secretário de Segurança e ligaria para ele. As imagens de segurança serão entregues a [sic] Polícia Civil (OLIVEIRA, 2016).

Por último, escolhemos uma publicação do Midiamax que relata a ação de três pichadores e a reação confusa do trio após terem sido flagrados por seguranças que patrulhavam o local.

Um trio foi flagrado na madrugada desta terça-feira (22) por seguranças de uma loja pichando os muros do estabelecimento, na região central de Campo Grande, segundo o boletim de ocorrência registrado na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) do Centro.

Os seguranças relataram aos policiais que já tinham informações de que as pichações eram feitas por suspeitos que conduziam um veículo preto. Por volta das 3h30 desta terça-feira (22), os seguranças flagraram um trio pichando o muro de uma livraria e a loja ao lado de produtos agropecuários.

Ao ser flagrado, o trio fugiu a pé abandonando o veículo Volkswagen Fox. Pouco tempo depois um dos autores voltou e tentou levar o carro, mas foi impedido por um dos seguranças que afirmou que chamaria a polícia.

O autor tentou subornar os seguranças oferecendo R\$ 50 para cada um dos três, que foi recusado. O trio fugiu e o carro foi levado para a Delegacia de Polícia Civil. Dentro do veículo foram encontrados uma escada de alumínio, spray e pulverizador de tinta (MELO, 2016).

Além da proatividade dos seguranças e o abandono de um bem valioso por parte dos responsáveis pelas assinaturas, chama atenção a maneira como o discurso da autora se manifesta por meio do título: “Pichadores e corruptos: flagrados tentam subornar vigias em Campo Grande” (MELO, 2016). A construção desta chamada, utilizando-se do termo aditivo “e”, expõe um juízo de valor inapropriado e transparece a intenção de dizer que não suficiente ser pichador, atividade já consideravelmente malvista pela sociedade, os indivíduos têm o agravante de serem “corruptos”.

Por mais que o ato de subornar alguém em causa própria seja uma das definições da palavra, há de se salientar que debates sobre *corrupção* e a necessidade de combatê-la são cerne de discussões sociopolíticas no Brasil há anos; de acordo com o mais recente Índice de Percepção da Corrupção, elaborado em 2018 pela associação Transparência Internacional, nosso país ocupa a 105ª posição no ranking entre 180 avaliados quanto à mensuração dos níveis de percepção da corrupção no setor público, somando 35 pontos em uma escala que varia entre 0 e 100. O resultado é o pior desde que o índice foi criado, em 2012

(TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019). Neste contexto, a associação do pichador com a corrupção – no caso da matéria, retratado como corruptor – visa explorar e dar maior peso para a questão da moralidade envolvida.

Se na categoria simbiótica a expressão de opinião sobre o assunto é velada, sendo vista em exceções, a próxima categoria aprofunda essa vertente de escrita e amplia o espectro de abordagens sobre o assunto.

#### **4.2.2.2 Escolhendo lados: notícias normativas**

Ao empregar metodologias tradicionais do jornalismo que envolvem saídas a campo e entrevistas com personagens que possam contribuir para uma narrativa, os autores dos textos categorizados como normativos produziram dezenas de reportagens sobre a pichação. Durante o processo de seleção delas, percebemos que – diferentemente dos textos simbióticos, em que Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax produziam conteúdo muito semelhante entre si – as particularidades dos três sites investigados ficaram mais evidentes. Em termos de quantidade de notícias com opiniões manifestas e de abordagens generalizadas, sem que haja necessariamente uma ocorrência a ser destrinchada, o Campo Grande News se sobressai; já no acervo do Midiamax, são mais frequentes as matérias em que um caso flagrado serve como gancho para dar voz aos receptores das intervenções e propor debates sobre legislação, por exemplo.

Dispondo de menor periodicidade e, por conseguinte, menos notícias que se enquadrem na categoria, o jornal Correio do Estado não oferece nada peculiar quanto à sua linha editorial, mas serve como ponto de partida para esta modalidade de pesquisa.

A primeira publicação encontrada que não seguia a linha descritiva/simbiótica data de 28 de fevereiro de 2014, ano notabilizado pela multiplicação das pichações por Campo Grande. Oferecendo medidas preventivas e reparadoras para aqueles que são alvo dos pichadores, a matéria “Proteja-se de pichações usando plantas e produtos químicos” (PROTEJA-SE..., 2014) se posiciona de maneira enfática sobre o assunto logo no início:

Elas estão por toda parte, *emporcalhando* muros de casas e prédios, *poluindo* a paisagem e *incomodando* moradores. Por tudo isso, talvez não seja exagero chamá-las de *pragas urbanas modernas*. Como, então, dar um fim às pichações? Saiba que existem algumas soluções para o *problema* (grifo nosso).

A diferença entre uma categoria e outra é explicitada nas primeiras linhas do texto, e a maior liberdade de dizer o que pensa sobre o assunto permite ao autor seguir opinando, como na sentença “A pichação é um *pesadelo* em particular para quem tem muro de pedra” (PROTEJA-SE..., 2014, grifo nosso). Veremos que figuras de linguagem como a hipérbole, no termo em destaque, são recorrentes, e a pecha de poluição visual, assim como a alusão à sujeira e ao abandono, são alguns dos estereótipos mais comuns aplicados ao picho.

No Campo Grande News, uma notícia semelhante foi produzida no ano seguinte, intitulada “O que fazer na fachada para se livrar das pichações em Campo Grande” (O QUE..., 2015) e que define a pichação como uma “competição que só dá raiva e prejuízo”. As sugestões também são parecidas: proteger os muros com plantas como a hera, emprego de fachadas em vidro ou utilização de tintas que dificultam a adesão do spray à parede.

Da mesma forma que o uso de exageros, é bastante usual que se exalte a ousadia dos pichadores em suas ações, como na notícia “Ousados, pichadores deixam suas marcas na Capital e desafiam Guarda e polícias” (SANTOS, 2014). Publicada em 15 de agosto de 2014, ela é a primeira entre as apresentadas pela ferramenta de busca do portal Correio do Estado a, efetivamente, deliberar sobre a pichação campo-grandense; nela, o leitor é levado a entender que a atividade tem a provocação como essência e que a situação estava se tornando mais frequente.

Pichadores continuam desafiando a Guarda Municipal de Campo Grande e as polícias Civil e Militar, como é possível observar com a frase deixada em num muro no cruzamento da Rua Henrique Vasques com Avenida das Bandeiras, na Vila Carvalho, onde consta: “Eu pixo vc pinta, vamo ve quem tem mais tinta?”. O problema não está concentrado apenas na região central da cidade, mas também nos bairros, uma vez que os pichadores não perdem a oportunidade de deixar suas marcas nos muros das casas, comércios e prédios públicos, principalmente aqueles que receberam nova pintura recentemente (SANTOS, 2014).

Posteriormente, o texto nos oferece a possibilidade de comentar sobre um traço marcante desta categoria, e que corrobora os conceitos de Barthes (1988) sobre o socioleto enclítico característico dos MCM e o seu papel de reprodutor de discursos daqueles em posição de poder: a seleção das fontes – quem é o porta-voz do assunto? Quem está qualificado para debetê-lo?

Para a maioria dos jornalistas que discorreram sobre a pichação nos três sites analisados, esta incumbência é dada, em geral, a autoridades policiais e políticas, populares, psicólogos, artistas plásticos e às vítimas das inscrições, sendo raríssimos os casos em que o pichador, quem de fato deveria representar a si mesmo em um debate, é ouvido. Podemos fazer a ressalva sobre a dificuldade de entrar em contato com muitos deles, ao mesmo tempo em que valorizamos a presente pesquisa por fazê-lo. Howard Becker comenta sobre esta situação especial.

Algumas das razões para essa deficiência são técnicas. Não é fácil estudar desviantes. Como são considerados outsiders pelos demais membros da sociedade, e como eles próprios tendem a considerar os demais integrantes da sociedade outsiders, o estudioso que deseja descobrir os fatos acerca do desvio tem uma substancial barreira a transpor antes que lhe seja permitido ver o que precisa. Como será provavelmente punida se vier à luz, a atividade desviante tende a ser mantida oculta, não exibida ou alardeada para outsiders. O estudioso do desvio precisa convencer aqueles a quem estuda de que não haverá perigo para eles, de que não sofrerão em consequência do que lhe revelaram. O pesquisador, portanto, deve interagir intensa e continuamente com os desviantes que quer estudar, de modo que estes possam conhecê-lo bem o suficiente para avaliar de algum modo se as atividades dele afetarão adversamente as suas (BECKER, 2009, p. 171).

De todo modo, esta dificuldade é a essência do jornalismo investigativo e, afinal, não pode ser considerada uma barreira intransponível. Em nossa posição de estudiosos da comunicação, devemos considerar a possibilidade de que não haja interesse em dar voz a estes personagens, e, se este for o caso, que esta é mais uma forma de manifestação do discurso enclítico.

Ainda sobre o texto do dia 15 de agosto de 2014, frisamos que a reportagem conta apenas com uma fonte – o então comandante da Guarda Municipal, coronel Jonys Cabreira Lopes (SANTOS, 2014). Em suas falas, foram destacadas as ações

que vinham sendo tomadas pelas polícias militar e civil da cidade e o monitoramento feito pela internet de alguns dos grupos ativos na pichação:

“Na rede social a gente consegue levantar vários grupos. *Infelizmente tem até acadêmicos no meio*, tem menores também. É uma disputa entre eles para ver quem pixa mais, que atinge maior altura ou locais mais difíceis”, ressaltou.

Para o comandante, as atitudes desses jovens podem estar relacionadas a problemas familiares e essa questão precisa ser melhor trabalhada (SANTOS, 2014, grifo nosso).

O tom de lamento do Coronel Lopes ao constatar que universitários também estão envolvidos com a escrita ilegal pela cidade revela outra postura comum direcionada ao pichador que é refletida na abordagem midiática: a de pressupor que o indivíduo que picha o faz por não ter outra ocupação; que são “vagabundos”, “desocupados” – uma concepção equivocada de acordo com nossos contatos com diversos agentes, principalmente aqueles maiores de idade, que conservam a pichação como hobby paralelamente a algum vínculo empregatício que forneça condições de sustento próprio e da atividade.

A menção ao atrevimento, constatada por diversas vezes – “Ousados, pichadores criam ranking e não poupam nem prédio da polícia” (GALCERAN, 2014); e “Morador trava guerra com pichador que desafia: ‘quero ver quem tem mais tinta” (MORADOR..., 2014), este caso bastante similar ao apresentado na matéria do Correio do Estado – não procura evidenciar coragem nos agentes da atividade, mas, sim, algo mais próximo da *petulância*. Com chamadas que desumanizam o indivíduo pichador, constrói-se a imagem de alguém implacável e impiedoso, quase cruel, como vemos nos títulos “Vândalos *não poupam* nem a periferia com onda de pichações” (OLIVEIRA; VERÃO, 2013, grifo nosso), Pichadores *não poupam* nada e transformam avenida em “rabisco” (FAUSTINO, 2014, grifo nosso), “Onda de pichações *não respeita* nem prédio de delegacia em Campo Grande” (ONDA..., 2014, grifo nosso), “Pichações se espalham pela cidade e *não perdoam nem igreja*” (JÚNIOR, 2014, grifo nosso) e “Pichação *toma conta* de bairro e moradores vivem em ‘*inferno*” (DIAS; RIBAS, 2015, grifo nosso).

Nas sete matérias citadas (quatro do Campo Grande News, duas do

Midiamax e uma do Correio do Estado), que variam entre abordagens contidas e exaltadas – caso dos trechos “As pichações em Campo Grande têm se tornado uma *praga* para muitos moradores” e “Na região do Santo Amaro, os moradores consideram as pichações uma *maldição*” (ONDA..., 2014, grifo nosso) – contabilizamos 19 depoimentos que visam complementar o objeto principal do texto. Desse total, quatro foram de pessoas apresentadas como moradores(as) da região; duas falas de delegados; e outras duas, de comerciantes. Foram ouvidos ainda: um proprietário de edifício, um dono de ótica, um funcionário público, um empresário, uma funcionária de empresa que foi pichada, uma vendedora, uma psicóloga (apenas na condição de moradora da região noticiada), uma dona de casa, um porteiro, uma aposentada e uma advogada. Como se vê, a preocupação em ouvir e compreender o outro lado destas histórias praticamente inexistente, permitindo que a narrativa contrária ao pichador seja estabelecida como verdade única.

Publicações como “Sujou: oito adolescentes pichadores são identificados com investigação nas Moreninhas” (SUJOU..., 2014), em que um delegado assume o posto de porta-voz dos pichadores ao dizer que “o que motivava os adolescentes a praticarem as pichações é a afeição à prática e o desafio. Ele também disse que não é guerra de gangues”, e “Delinquentes picham em busca de status e autoafirmação, diz delegado” (NUCCI, 2014) atestam esse discurso:

Os pichadores que poluem visualmente as ruas de Campo Grande não passam de jovens delinquentes [*sic*] que buscam status e autoafirmação dentro de um grupo, afirma o delegado Antônio Silvano Mota, titular da Decat (Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista).

Segundo o delegado, a maioria deles são adolescentes integrantes de diversas tribos que disputam entre si pela ‘pichação mais ousada’. Para chegarem a seus objetivos, atacam empresas privadas, instituições públicas, estátuas, monumentos e qualquer outra estrutura que lhes dê visibilidade. Nem mesmo locais arriscados são obstáculos à altura da audácia deles.

“Boa parte são menores ousados que agem geralmente no período noturno, principalmente na madrugada. Tudo o que eles buscam é visibilidade, por isso, se arriscam até mesmo em locais altos. Cada grupo ou indivíduo possui uma marcada registrada, reconhecida apenas por quem é adepto a esta prática. Sendo assim, querem que suas assinaturas fiquem em evidência”, explicou o delegado.

Não questionamos o conhecimento dos delegados que se especializam em crimes ambientais e que investigam rotineiramente os casos de pichação; alguns, como o supracitado, oferecem, de fato, definições bastante condizentes com a realidade observada por nós em nossas pesquisas de campo. Contudo, esta é uma situação em que o discurso é utilizado para estabelecer hierarquias de poder: ainda que o pichador possa atestar determinadas informações, é uma autoridade policial quem as falará por ele. Isso nos remete, novamente, a Jesús Martín-Barbero:

A regulação das linguagens e dos discursos é uma das chaves da organização e do “equilíbrio” das sociedades. Essa regulação está diretamente ligada à legitimação da dominação que possibilita esse “equilíbrio” e essa organização. De maneira que por sua vez o discurso aparece como um espaço social em que se fundamenta toda uma série de hierarquizações na organização da autoridade. Não é qualquer um que tem direito a falar, nem todos podem falar de tudo. Há pessoas que falam não para dizer algo, mas simplesmente para garantir seu direito de falar e demonstrá-lo<sup>106</sup> (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 71).

O direito de expor suas posições em espaço público, garantido midiaticamente, por exemplo, a membros da elite da sociedade, gera situações paradoxais como a descrita no texto “Praça vira ‘point’ de pichadores e vândalos atacam ‘bairro das clínicas’” (PRADO, 2014b), em que uma das personagens ouvidas, cansada de ter o seu direito de propriedade violado, em vez de contratar profissionais capacitados para fazer a segurança de seu estabelecimento, utiliza-se de um morador de rua para fazer o mesmo serviço em troca de comida e uma eventual recompensa em dinheiro, em um vínculo informal que esvazia o cidadão de sua cidadania e o priva de seus direitos trabalhistas. Diferentemente das hipérboles negativas que são direcionadas aos pichadores, aqui o autor emprega outra figura de linguagem: o eufemismo. O bairro em questão é o Chácara Cachoeira, uma região nobre de Campo Grande; no texto, há depoimentos de um médico, uma cirurgiã dentista, uma professora (nos papéis de vítimas dos pichadores) e do então delegado da Decat, Antonio Silvano Rodrigues Mota, que apresenta uma visão institucional da questão.

---

<sup>106</sup> J. R. SEARLE, *Les Actes de Langage*, Herman, Paris, 1972. Nota reproduzida do texto original.

A cirurgiã dentista Mariza Martins de Carvalho, 63, também teve a clínica pichada. Há um ano ela tenta terminar uma obra, que deveria ser entregue em três meses. No entanto, as pichações atrasaram toda a obra. [...] Eles já estão “enlouquecidos” com toda a situação, comentou a cirurgia [sic]. Roberto [médico que teve o muro de seu empreendimento pichado] relatou que será preciso contratar seguranças particulares para tentar amenizar os danos causados pelos pichadores. “Já que não tem guarda na praça, teremos que contratar os nossos”.

A cirurgiã acabou “adotando” um morador de rua para poder proteger as casas da rua. “Eu dou comida sempre para ele e disse que se as pichações diminuíssem, ele ganharia um dinheiro”. Ele até encontrou um alicate, que, segundo Mariza, seria para cortar as cercas elétricas das casas (PRADO, 2014b).

Exceções à regra sobre quem pode se manifestar, no caso do nosso recorte metodológico, existem nos três portais investigados, e embora sejam bastante escassas – principalmente quando analisadas em perspectiva com o todo –, encontramos matérias em que pichadores também foram ouvidos ou, ao menos, em que os autores dos textos tentam discorrer sobre o tema por um viés menos tradicional.

Em 5 de outubro de 2016, a notícia de título “Com impeachment e eleição, pichar vira ato de ‘protesto’, mas desagrada” (RODRIGUES, 2016) foi postada pelo Campo Grande News trazendo duas fontes atípicas entre as três consultadas: um cientista político, na posição de analista do discurso propagado pelas pichações, e um pichador; o terceiro interlocutor, mais convencional, é aquele contrário à atividade, aqui representado por um comerciante. A contextualização proposta pela autora diz respeito à conclusão do processo de impedimento da ex-presidenta da República Dilma Rousseff (PT) no dia 31 de agosto do mesmo ano e ao aumento de manifestações escritas pela cidade em alusão à situação política vivida no país. Seguindo uma linha de pensamento pertinente – embora seja desconsiderada em nossa pesquisa, que analisa a pichação de maneira unificada – e que também é proposta por um dos entrevistados, o texto diferencia dois tipos de pichadores com base nas características de suas ações.

Uma diferença das “pichações políticas” são os locais onde são pintadas. Os pichadores “profissionais” normalmente escrevem em lugares mais altos,

como no topo de prédios, para dificultar que as letras sejam apagadas. Já os “politizados”, escrevem em lugares realmente visíveis, para escancarar a mensagem. [...] Membro de um grupo de pichadores, um jovem de 23 anos, que pediu para não ser identificado, disse ao **Campo Grande News** que os “pichadores políticos” são realmente distintos dos demais. “Eles são muito anônimos, um pessoal sistemático mesmo. A maioria é acadêmico, não são maloqueiros como a maioria de nós, que picha por brincadeira. São politizados, entendedores da política”, explicou. [...] “Por isso eles não aparecem, é difícil até pra gente que tem grupos saber quem eles são. Para eles qualquer um que não seja do bando deles é uma ameaça. Rola um medo, porque se a polícia pegar eles não vai ver como protesto, acha que é vandalismo, coisa de vagabundo, o que não é verdade”, considera o pichador. (RODRIGUES, 2016, grifo da autora).

Na sequência, destaca-se a fala do cientista político consultado, Tito Machado, que naquele período atestava para a “democracia frágil” em que estamos inseridos, possibilidade ainda discutida ante a atuação das instituições nacionais em 2019, e apresentava um discurso de relativa legitimação do picho no âmbito da reportagem.

“As manifestações políticas de qualquer natureza são instrumentos da democracia, e o seu tamanho e sua conduta terminam ditando os conceitos e a legitimidade do processo democrático existente. Ou seja, quão mais organizada se constituir as manifestações e menor se apresentar as formas repressivas, mais legítimo e consistente é o processo democrático presente. Assim como o contrário legitima a fragilidade da democracia”, considera (RODRIGUES, 2016).

Em uma tentativa de reequilibrar os discursos apresentados, o último parágrafo do texto é dedicado a alguém que não concorda com os argumentos previamente expostos e representa a figura de maior incidência entre as fontes consultadas para os textos normativos.

Para o comerciante Miguel Aparecido, 36 anos, independente de protesto ou não, as pichações são crime e as penas deveriam ser mais fortes. “Eles sujam a cidade e nem ficam presos, é considerado crime de menor potencial ofensivo. Acho que deveriam ser obrigados a reparar o que fizeram e ainda ficarem detidos”, considera (RODRIGUES, 2016).

O segundo exemplo vem do Midiamax e é o mais recente dos três escolhidos

para representar as excepcionalidades de discurso na mídia on-line – o texto foi disponibilizado em 15 de maio de 2018 –, sendo também a produção que melhor ilustra o emprego de uma das armas discursivas encráticas mencionadas por Barthes (1988): as *formas parciais de discursos*, que, neste caso, visam incluir o pichador no debate para efetivamente excluí-lo com a conclusão proposta. Em “Vizinhos de bares alternativos reclamam de ‘onda de pichação’ na região da Orla Ferroviária” (ROCHA; CÁCERES, 2018), três comerciantes, um coordenador de núcleo de igreja, um dono de bar, um posicionamento oficial da administração municipal e uma cozinheira compõem discursos que variam entre uma posição contrária e neutra quanto às pichações; como contraponto, um grafiteiro (não um pichador) e os próprios autores do texto – que se equivocam em seus postulados – carregam a responsabilidade de fazer um contraponto aos argumentos da maioria.

A falha ao tentar encapsular a pichação com uma definição restritiva é proposta já no parágrafo de abertura, comumente chamado no meio jornalístico de *lead*, e “legitimada” por um dono de loja na região da Orla Ferroviária (Centro de Campo Grande) –, lá estabelecido há mais de 25 anos, segundo a reportagem. Mesmo sem nenhuma relação direta com a pichação, o entrevistado surge como alguém credenciado a definir quem é ou não pichador, realçando virtuais diferenças entre agentes do “pixo” e “pichadores” que não existem no cenário campo-grandense, conforme averiguado por nós com escritores urbanos de diferentes gerações da cena local.

Vizinhos de bares alternativos que se instalaram no entorno da Orla Ferroviária, em Campo Grande, reclamam de uma ‘onda de pichação’ que atingiu a maior parte dos imóveis na região. Ao contrário do ‘pixo’, *movimento social de protesto que marca visualmente prédios castigados pela degradação urbana*, as marcações gráficas no local atingem casas, lojas e até templos religiosos ocupados e que tinham a manutenção em dia.

“Tem algumas manifestações lindas, com grafites e grafismos legais que são feitas com autorização dos donos, porque a vizinhança aqui não acha ruim a ocupação da Orla Ferroviária. Mas ultimamente uns idiotas começaram a sari [sic] com uma lata de spray na mão achando que são artistas, e só fazem eles mesmos degradar o local. Não posso acreditar que essas pichações são dos militantes conscientes ligados ao ‘pixo’. São de uns maloqueiros”, dispara um comerciante que mantém loja na região há 25 anos.

Segundo ele, os ataques de pichadores atingem principalmente prédios ocupados. “O que revela que não são os meninos do pixo, é que não existe critério para escolher prédios abandonados, por exemplo, e protestar neles

contra a ocupação urbana desordenada. Saem apenas fazendo sinais que copiam pela internet e acham legais”, reclama (ROCHA; CÁCERES, 2018, grifo nosso).

Durante todo o texto, é reiterada a ideia grifada no trecho acima de que o alvo exclusivo dos “pixadores” estaria em prédios degradados, possivelmente fazendo referência àqueles que estão desocupados e em situação de abandono, quando, na verdade, podemos dizer que o pichador (seja ele identificado com “x” ou “ch”) almeja prioritariamente deixar uma marca que o represente em locais onde ela estará em evidência para o maior número de pessoas – e aí incluem-se, potencialmente, todos os tipos de edificações urbanas existentes –, ainda assim não configurando uma regra a ser seguida de modo a excluir qualquer outro suporte que um escritor urbano eventualmente julgar adequado.

A vertente normativa dos autores sobre o tema reaparece posteriormente com novas informações questionáveis; desta vez, não confirmadas por nenhuma fonte – tampouco por nossas experiências de pesquisa.

A pichação é qualquer ato de escrever em muros, fachadas ou monumentos, e pode ter a mera intenção de vandalizar. Já o ‘pixo’ é a pichação usada como forma de protesto, assinatura, demarcação ou *até declaração de amor*. *Nem sempre o pixo tem autorização dos donos*, porque a intenção é justamente chamar a atenção da sociedade para espaços urbanos mal ocupados que levam à degradação arquitetônica ou à segregação social, por exemplo (ROCHA; CÁCERES, 2018, grifo nosso).

As informações destacadas neste fragmento são contraditórias com as do lead, já que colocam o “pixo” – antes uma ferramenta puramente de protesto – como sendo instrumento para demarcações e declarações românticas. Ainda que estes exemplos sejam mais abrangentes e estejam mais próximos de uma definição da atividade considerada pelos próprios pichadores de Campo Grande como a correta, a continuidade desta fala traz uma possibilidade sobre a atividade que está fundamentalmente errada: a de um pixo autorizado. Uma atividade que tem como elemento principal a ilegalidade jamais é feita com autorização em propriedades alheias, e aqui destacamos novamente a matéria do Correio do Estado que

descrevia uma *pichação autorizada* (VALENTIM, 2015) e poderia corroborar o argumento colocado pelos jornalistas do Midiamax, mas que noticiava, na verdade, a decoração de um muro, permitida pela proprietária, por meio de modalidades de grafite.

Nos últimos dois parágrafos, a diferenciação desacertada entre pichação e grafite é atestada também pela fala de um grafiteiro, que discorre sobre aspectos que aproximam o picho, assim como o grafite, do campo das artes.

Produtos da cultura do hip hop, o grafite e a *pichação são formas de manifestação cultural, social ou política* no centro da cidade. Para o grafiteiro Antônio\*, o que difere os dois é o estilo. “O grafite trabalha cor, técnica e desenho, já a pichação nem tanto. Ainda assim, a pichação tem seus padrões de estética, que são estabelecidos dentro do meio, como as letras retas e pontudas. Mas as duas técnicas são elementos da rua, vieram para substituir o crime pela arte”, explica.

Os símbolos usados para as pichações são indecifráveis para os comerciantes, mas possuem seus significados. “O pixo surgiu como um manifesto político, com frases e tal, mas com o tempo tornou também uma forma de demarcação”, conclui. (\* *nomes fictícios a pedido dos entrevistados*) (ROCHA; CÁCERES, 2018, grifo nosso).

As associações com o grafite são bastante presentes no terceiro caso a permitir a expressão do discurso do pichador, veiculado pelo Correio do Estado em 28 de janeiro de 2017. A data de publicação da reportagem “‘Pai’ do grafite, ‘pixo’ volta ao centro de polêmica que repercute na Capital” (DIAS, 2017) é contemporânea das medidas arbitrárias de combate às intervenções gráficas urbanas tomadas pelo então prefeito da cidade de São Paulo, João Doria, que repercutiram por todo o país; aproveitando-se de um assunto nacional e de uma ocorrência quatro dias antes, a autora oferece em seus primeiros parágrafos a justificativa para pautar o assunto novamente, não obstante o fato de que os registros de pichações seguiam diminuindo pela capital de Mato Grosso do Sul.

Revolta contra ato de pichar e grafitar é assunto antigo no Brasil. Muitos são contra o “pixo” e a favor do grafite e outros se opõem a qualquer tipo de intervenção que altere as características originais de algum espaço, principalmente o público. Nos últimos dias, o assunto voltou a ser discutido depois que o novo prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), decidiu cobrir com tinta várias pinturas dos muros da cidade, entre elas grafites, que poderiam ocupar salas de arte de qualquer lugar no mundo.

Em Campo Grande, em menor escala, claro, a polêmica já foi maior, principalmente quando a Guarda Municipal foi reformulada, em 2007. Tendo como principal trabalho proteger o patrimônio público, a corporação é a principal “arma” da prefeitura contra os pichadores, ou vândalos, como são oficialmente chamados pelo poder público.

Nesta semana, no entanto, episódio curioso envolvendo pichação também trouxe o assunto para a rotina dos campo-grandenses. Recém pintado pela direção da Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), muro da Santa Casa amanheceu pixado na última terça-feira (24). A ação virou notícia e na página do Portal Correio do Estado no Facebook mais de 150 comentários expressaram revolta com a ação (DIAS, 2017).

Observamos que há aqui uma preocupação com a abordagem do tema e com a maneira de referenciá-lo, delegando termos discursivamente mais fortes, como a própria palavra “vândalos”, apenas a terceiros e os utilizando unicamente para fins de contextualização.

Apesar de destacar a quantidade de interações negativas voltadas para o fato noticiado, a sequência do texto traz uma reviravolta curiosa, junto a uma demonstração de que o trabalho investigativo do jornalista para acessar certos tipos de fonte não configura necessariamente um procedimento complicado, embora nem sempre seja frutífero.

Mas as críticas não foram maioria entre os comentários, muitos internautas se sentiram representados com o “pixo” e se orgulharam das letras pintadas com tinta preta. A reportagem, inclusive, encontrou o autor da pichação, que no próprio Facebook compartilhou a notícia se orgulhando do feito. Ele, no entanto, não quis dar entrevista sobre o assunto (DIAS, 2017).

A partir daí, o texto é dividido em dois subitens: “SIM AO GRAFITE” e “NÃO AO PICHADOR” (DIAS, 2017), em referência ao mais usual discurso normativo sobre o tema. O primeiro deles traz um personagem que se apresenta como grafiteiro, mas é um dos mais capacitados a falar de ambas as modalidades de escrita urbana na cidade: Pedro Vasciaveo, o fundador da ATACK NOTURNO e precursor da tag-reta em Campo Grande.

Os belos traços, na maioria das vezes coloridos, do grafite são uma evolução das pichações, caracterizadas por palavras e rabiscos ilegíveis em

muitos casos, mas que representam a revolta de pessoas geralmente da periferia. “O que difere a pichação do grafite é apenas a estética, o grafite veio da pichação. Em Campo Grande, o 'pixo' é uma forma desses jovens serem vistos, é um grito dos excluídos”, conta Pedro.

Grafiteiros e empreendedores sociais – que têm vontade de melhorar a vida de quem vive em bairros dominados pela falta de oportunidade – veem no estímulo do grafite uma alternativa para atrair jovens que enxergam apenas a pichação como forma de expressão.

“Queremos fazer essa passagem da pichação para o grafite de forma leve, que não seja algo forçado. Pichação é uma forma de se expressar, não deixa de ser movimento artístico. Tem um menino de Campo Grande que pixa PDF nos muros, ele tá querendo dizer que esse é o país da fome e que ele não seria ouvido se não fosse pelo 'pixo' na parede”, detalha o grafiteiro.

Apesar de reconhecer a pichação como forma de expressão, muitos campo-grandenses e moradores de outras metrópoles se revoltam com a “*sujeira*” em muros de casas ou imóveis privados. “Nós entendemos que o alvo do movimento não pode ser residência, deveria ser órgão público ou multinacionais, por exemplo” (DIAS, 2017).

O fato de a jornalista levantar questões como a falta de oportunidades em regiões marginalizadas da cidade atesta para a percepção de que a pichação é um fenômeno cultural que demanda o reconhecimento de seu contexto social e histórico para que seja debatida de maneira apropriada. Destacamos ainda o uso do termo *sujeira* entre aspas, novamente fazendo referência à opinião “de outros”, dos que são avessos às escritas ilegais com tinta.

Na sessão sob o título “NÃO AO PICHADOR”, há espaço para manifestações da prefeitura sobre o monitoramento da pichação na cidade e medidas que vem sendo adotadas contra aqueles que são flagrados cometendo o ato ilegal. Interessante notar uma nova abertura para que Pedro expresse sua opinião também sobre as penalidades.

Quem for flagrado pode ser multado e no ano passado houve essa primeira multa expedida pela Guarda, no valor de R\$ 3 mil. Também pode haver detenção.

Contra medidas austeras, o grafiteiro Pedro conta que na visão dos artistas há situações de maior gravidade que poderiam ser combatidas por corporações como a Guarda Municipal. “Acaba sujando a ficha de um moleque que só quer ser ouvido”, finaliza o grafiteiro (DIAS, 2017).

Poucos compartilham a opinião do pichador/grafiteiro sobre o que deve ser feito com aqueles que “sujam”, “poluem” e “degradam” o espaço público; por conta disso, muitos jornalistas recorreram ao viés da impunidade para escrever textos que foram categorizados por nós como normativos.

Publicadas no mesmo dia (29 de abril de 2016) pelos portais Campo Grande News e Midiamax, respectivamente, e tendo como personagem principal o mesmo entrevistado (Wilton Vilas Boas, então delegado titular da Decat), as matérias “Com lei branda e Poder Público inerte, pichadores agem livremente” (MARQUES, 2016) e “Polícia identifica 15 grupos na Capital e tenta ampliar pena para pichadores” (ALVES, 2016), ilustram a necessidade de se reforçar uma mesma narrativa; uma que insiste na falta de medidas mais enérgicas para coibir a atividade – quando, na verdade, punições existem e são aplicadas – e na apologia a uma prática questionável a qual o delegado entrevistado é adepto:

O delegado explica que, geralmente, o juiz aplica uma penalidade e o promotor faz uma transação penal, trocando a pena pelo serviço à comunidade. “Isso acaba não surtindo efeito, pois o crime não para”, observa Wilton Vilas Boas, que recebe ocorrências toda semana sobre pichações de fachadas de empresas, geralmente no centro da cidade.

Na tentativa de coibir essa infração, o delegado abriu um inquérito no ano passado com o propósito de investigar de forma mais global e identificar os vários grupos de pichadores. Para ele, essas pessoas agem em parceria e fazem apologia ao crime em suas pichações. “Estamos trabalhando para autuá-los por apologia ao crime e organização criminosa, por agirem em grupo na prática de fato criminoso”, explica Vilas Boas.

Se conseguir êxito neste inquérito, o delegado acredita que vai poder aumentar a penalidade para os pichadores, podendo chegar a até cinco anos de detenção, por conta do enquadramento dos vários crimes associados. “Hoje o que vimos é o prejuízo acumulado para os comerciantes e moradores. Muitos nem fazem mais boletim de ocorrência”, comentou Villas Boas, acrescentando que no centro da cidade, o empresário deve gastar, no mínimo, R\$ 4 mil para refazer uma fachada.

A impunidade está levando os pichadores a criarem páginas na rede social do Facebook para mostrarem fotos e vídeos das pichações e até a debaterem as ações a serem realizadas por eles. Um dos perfis, denominado “Muita Treta”, foi criado em janeiro passado e já soma mais de dois mil seguidores, que acompanham as imagens que eles chamam de “grapichos” (MARQUES, 2016).

Recuperando uma lógica proposta por Foucault (2014b), os prejuízos causados pela pichação não se restringem ao valor gasto para cobrir as assinaturas

ou para restaurar monumentos; eles são mensurados de acordo com a desordem social que provocam, e justamente no processo de promoção da sensação coletiva de estar inserido em um ambiente caótico é que a mídia on-line tem a sua parcela de responsabilidade sobre as demandas por punições mais severas, repetindo enunciados como o da matéria do Midiamax “Sem repressão, pichadores deixam marcas em pontos cada vez mais difíceis da Capital”, que se inicia da seguinte forma: “Desde que a onda de pichações começou em Campo Grande, as autoridades prometem investigação e punição. Poucos foram detidos em flagrante, e mais famosos, como o ‘Xarada’, continuam à solta” (SEM..., 2014).

Ao reforçar a existência de um problema que não dispunha de punições efetivas, a imprensa se incumbiu de reforçar uma possível solução. Por conta disso, grande parte das notícias normativas analisadas traziam a conhecida relação do grafite como o caminho para a extinção da pichação. Em “Ação para acabar com pichações na Capital deve ser ampla, diz prefeito”, os autores do texto deixam claro o que pensam sobre os “rabiscos que em nada lembram as artes feitas por grafiteiros” e que “se transformaram na dor de cabeça de moradores e comerciantes de vários bairros de Campo Grande”, tanto por meio de suas manifestações quanto por aquelas de seus interlocutores: “Ações da guarda podem não ser suficientes, o que temos que trazer é investimentos para que se convertam os pichadores em grafiteiros através de ações sociais”, explica o chefe da Guarda, coronel Jhonnys Cabrera” (DIAS; CLAJUS, 2014).

Outra voz institucional – dessa vez, um representante da Fundação de Cultura de Campo Grande – faz coro a este discurso na matéria “Prefeitura organiza projeto para acabar com pichações em Campo Grande” (PREFEITURA..., 2013):

“Vamos acabar com essa violação ao patrimônio público. Ao invés de punir, queremos educar por meio da arte. A pichação é feita por determinados grupos que querem marcar território, e vamos transformar essa necessidade de manifestação em uma forma de embelezar a cidade”, explica o diretor da Fundac, Júlio Cabral.

No acervo do Campo Grande News, são vários os exemplos que fortalecem o mesmo enunciado: “Para se livrar de pichações, moradores apelam ao grafite no

Cabreúva” (PRADO, 2014a), “Cansada de pichações, igreja cobre muros com arte de grafiteiro chileno” (FEITOSA, 2015), “Grupo pinta Obelisco e sugere grafite como pena alternativa a pichadores” (JUNIOR, 2016); deste universo, optamos por dar maior atenção para uma notícia cujo objeto – o encontro de um coletivo de grafite campo-grandense na favela Cidade de Deus – foi testemunhado por nós<sup>107</sup> como uma etapa na produção do trabalho de conclusão de curso (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014).

Logo no título da reportagem “Grupo ensina grafite na Cidade de Deus para evitar que meninos virem pichadores” (ARAÚJO, 2014), encontramos a primeira informação inverídica, uma vez que o grupo em questão, chamado de Coletivo Detona, não estimula o grafite *em detrimento* da pichação – apesar de esta ser a mensagem explorada por autoridades institucionais que auxiliam na organização dos seus eventos – em razão de a maioria de seus integrantes desempenhar as duas atividades paralelamente.

Sem promover encontros desde fevereiro de 2017, o Detona organizava ações culturais principalmente em escolas públicas de Mato Grosso do Sul, com intuito de integrar jovens de diversas regiões periféricas de Campo Grande, inclusive aqueles que já eram adeptos ou do grafite ou da pichação e que possivelmente não se conheciam, e, em alguns casos, cobrir muros pichados dos estabelecimentos de ensino com artes em spray e rolos de tinta que tanto os organizadores e convidados quanto os próprios alunos produziam.

Em outubro de 2014, a visita do coletivo de grafiteiros à comunidade Cidade de Deus trouxe consigo os mesmos princípios de outros eventos, mas também uma premissa estética. Os organizadores, conforme relataram a nós, acreditavam que as pinturas poderiam melhorar a autoestima dos moradores ao verem ilustrações personalizadas – pelas quais muitos dos participantes tiram o próprio sustento por meio de grafitagens contratadas – em suas moradias, majoritariamente improvisadas com tapumes e materiais que eram encontrados no lixão ao lado da favela; ao mesmo tempo, era uma oportunidade de mostrar um caminho para os jovens moradores da região trilharem, seja como forma de expressão, seja como fonte de renda pela arte.

---

<sup>107</sup> Gustavo Arakaki Henrique, João Marcelo Correia Sanches e Thaís Lopes Pimenta.

Na matéria relacionada, o primeiro parágrafo reflete estas propostas.

Normalmente as pessoas levam sopão para a Cidade de Deus, uma das regiões mais carentes de Campo Grande. Mas, além de faltar quase tudo, o lugar tem um marrom terra perturbador. Para dar colorido à comunidade, o coletivo Detona resolveu ocupar os barracos com o grafite. Nesta semana ocorreu a primeira ação e no sábado o projeto ganha reforço com a participação o grupo de teatro Imaginário Maracangalha, do coletivo Papo de Rua, e de quem mais quiser somar nessa empreitada (ARAÚJO, 2014).

Adiante, é apresentada a única fonte do texto, o tatuador Brunno de Paula, mais conhecido como um dos principais representantes do grafite campo-grandense que surgiram no início da década de 2000.

A ideia de montar uma força tarefa no sábado surgiu depois que os produtores culturais Renderson Valentim e Brunno de Paula resolveram conhecer a favela.

O resultado para os dois foi fantástico, voltaram para casa cheios de vontade de ajudar. “A gente segue a linha de ideia do coletivo Detona que é poder tirar um pouco essa ideia da privatização da cultura e levar as ideias de que as pessoas podem ajudar umas as [sic] outras por conta própria”, explica o tatuador Bruno de Paula, que tem o grafite como paixão, hobby e instrumento de transformação social.

Brunno lembra o quanto Campo Grande vem sofrendo com as pichações, *mais um problema a ser combatido com arte*. Para ele, a nova geração acaba se espelhando nisso e precisa descobrir o grafite. “A nossa ideia é expandir, qualquer moleque pode chegar em uma oficina e aprender. A gente quer propagar conhecimento, fazer oficina de teatro de rua, de dança de grafite. O nosso foco é desenvolver o sentimento de poder ajudar e não tem como fazer isso sem levar informação”, detalha (ARAÚJO, 2014, grifo nosso).

Como se vê, o discurso manifesto tanto no título quanto no trecho grifado acima são exclusivos da autora do texto; ainda que ela vincule o conceito de pichação como “um problema a ser combatido com arte” ao seu entrevistado, a tentativa se mostra contraditório com todas as falas de Brunno, que em momento algum se apoia na atividade para discutir objetivos de seu projeto voltado ao grafite. Se a matéria, produzida em outubro de 2014, não expõe de maneira objetiva a opinião da fonte sobre a escrita ilegal, selecionamos para este fim um trecho da entrevista que realizamos com ele em agosto do mesmo ano, em que são

demonstrados o seu respeito pela atividade e sua crença na subjetividade de uma eventual transformação do pichador em grafiteiro.

Tem muito conteúdo por trás de pichação. Histórias, revoltas e até mesmo modas. É um barato que... essa é a realidade. Só que qual que é a fita, mano? O cara que as vezes começa com pichação, vai chegar uma fase da vida dele que ele vai querer fazer um grafite também. Pode ser que ele faça um grafite, pode ser que ele não faça, pode ser que ele não goste, pode ser que ele pegue e continue sempre pichando, pode ser que ele e faça os dois, entendeu? Por isso que *é um barato pessoal* (HENRIQUE; SANCHES; PIMENTA, 2014, p. 50, grifo nosso).

As demonstrações de apoio ao grafite e de repúdio à pichação nos meios de comunicação on-line de Campo Grande não necessariamente partiam de jornalistas; por último, analisamos outra variante de produção normativa em que os sites cedem espaço para que convidados exponham seus pontos de vista: os artigos.

Um dos casos vem do Campo Grande News e traz um vereador do município como responsável por assinar o texto. Intitulado “Pichação. Ainda há tempo” (TRAD, 2015), o artigo de Otávio Trad, membro de um tradicional clã político de Mato Grosso do Sul, transmite a ideia de que os tempos em que o campo-grandense, tradicionalmente um sujeito que zela por sua cidade natal, não precisava se preocupar com a possibilidade de ter a sua casa pichada estão no passado. Logo após, discursa sobre tópicos anteriormente mencionados dentro desta categoria, como o fomento à arte do grafite e a previsão de penalidades mais graves ao picho.

Antes de refletir, deixo claro que sou fã de arte. O grafite, por exemplo, é uma demonstração de bela arte, e por isso foi reconhecido como tal pela legislação brasileira [...].

Por outro lado, de uns 5 anos pra cá, Campo Grande vem sendo vítima de pichadores, ou melhor, vândalos que agem de forma avassaladora. Não conseguimos andar um quarteirão sem ver, no mínimo, duas ou três pichações. De vários tipos. Demarcação de território de gangues, mensagens de protesto ou apenas pichações para incomodar o proprietário. Um exemplo que demonstra o estágio em que chegamos, foi a pichação de nosso obelisco, monumento de maior representatividade de nossa cidade.

São situações que vem incomodando, e muito, a todos nós. [...]

Ocorre que, a legislação brasileira que prevê sanções penais e administrativas (artigo 65 da Lei nº 9.605/ 1998), pune aquele que “pichar, grafitar ou, por outro meio, conspurcar edificação ou monumento urbano” com pena de três meses a um ano. Ou seja, crime de menor potencial

ofensivo e que não é passível de detenção. Recaindo pela velha e conhecida impunidade brasileira.

Assim, a Câmara Municipal aprovou projeto prevendo multa e ressarcimento à vítima. Lei esta, que ainda não foi regulamentada pelo Executivo.

Diante de todas as circunstâncias, nós cidadãos que amamos essa cidade, podemos tomar algumas atitudes que amenizam o problema. A primeira delas é cobrar a regulamentação da lei que prevê multa, e ressarcimento à vítima. Segundo, fazer o boletim de ocorrência, sempre que possível, para trazer dados e conhecimento às autoridades policiais do local horário de maior ação dos pichadores.

E por último, denunciar os pichadores identificados.

Ainda há tempo de salvarmos a cidade de uma maior poluição visual: coibindo a propagação de uma cultura pichadora que nunca foi, e nunca será reconhecida como arte (TRAD, 2015).

Se, pelo exemplo acima, podemos inferir que o pichador é um cidadão que não tem amor pela própria cidade por condená-la a um problema estético, as acusações do próximo artigo selecionado, publicado pelo Correio do Estado, são mais contundentes.

Em “Fábio Coutinho de Andrade: ‘Pichação é crime?’” (ANDRADE, 2017), o advogado é outro que faz menção ao então prefeito paulista João Doria para contextualizar o assunto e oferecer esclarecimentos jurídicos quanto ao delito da pichação. Novamente, são detalhados aspectos do Código Civil brasileiro que diferenciam a atividade do grafite – sem deixar de exaltar o segundo: “Somente para constar, o grafite brasileiro é considerado, hoje, como um dos melhores do mundo” –, momento em que o autor afirma que “a pichação induz à prática de outros crimes, numa verdadeira senda criminosa progressiva”. Para embasar tal acusação, Andrade não se baseia em pesquisas e tampouco oferece algum argumento complementar; já próximo de concluir o texto, ainda questiona a ideologia dos pichadores com base em “noticiários recentes” sem especificar quais notícias são essas para, finalmente, fazer coro ao discurso da impunidade.

Porém, deve-se destacar que o discurso da “pobreza” que leva os adolescentes para esse tipo de crime, em especial, não pode ser aplicado, tendo em vista os noticiários recentes que veiculam a pichação de monumentos públicos ou particulares por jovens de classe média e alta.

O problema reside nas penas aplicadas, que são muito brandas, não servindo para desencorajar a prática do crime (ANDRADE, 2017).

Como contraponto, o Correio do Estado também cedeu suas páginas, impressa e virtual, para o publicitário e escritor André Luiz Alves debater a questão tentando se colocar na posição do pichador para compreender o seu lugar de fala – tudo sob um olhar poetizado.

Desde os primórdios dos tempos, usamos a escrita como forma de expressão, os homens das cavernas deixaram pichados nas rochas diversos sinais. Num ato impulsivo, comprei uma tinta spray, atravessei a rua chacoalhando a lata e assim prossegui até chegar à minha sala, abraçado pela ansiedade aumentada a cada passo. Coloquei o dedo no gatilho do spray e fiquei respirando fundo, juntando coragem e na mente desenhando a primeira frase para pichar, um tipo de lema, aquela do Lô Borges: “Os sonhos não envelhecem” – percebo, num sorrir de canto de boca, o quanto os sonhos marcam a minha existência.

[...] No muro do cemitério, escreveria outra frase que gosto: “Em longo prazo estaremos todos mortos”, do John Keynes, que trago comigo desde os tempos da faculdade. Frases de túmulos ganhariam os muros; no de Salvador Allende está consagrado, de autoria desconhecida: “Alguns anos de sombras não nos tornarão cegos.” Sempre apegado aos sonhos, picharia também uma do Charles Chaplin: “Nunca abandone os seus sonhos, porque se um dia eles se forem, você continuará vivendo, mas terá deixado de existir”.

Claro, eu poderia escrever essas frases num livro, num caderno ou no papel amassado que embrulha o pão da manhã, mas o muro me cativa, porque está ao alcance das vistas de todos e quero gritar para o mundo as frases que gosto; são tantas, até temo que me faltem os muros. Poderia passar o dia todo pichando frases, as linhas vão se acabando e ainda tenho tanto a pichar... “É preciso muito tempo para se tornar jovem”, de Picasso, “Há um certo prazer na loucura que só um louco conhece”, de Neruda, “Se me esqueceres, só uma coisa, esquece-me bem devagarzinho”, cravada por Mário Quintana...

Encerro com Nietzsche: “Isto é um sonho, bem sei, mas quero continuar a sonhar”, que serve para exemplificar o que sinto neste momento, aqui na minha sala, escrevendo no computador o que gostaria de jogar nos muros lá fora, a custo me mantendo calmo, um olho na tela, outro voltado para o lado oposto da rua. Lá tem aquele muro enorme, branco e virgem, clamando por frases.

Não sei quanto tempo resistirei até puxar o gatilho do spray (ALVES, 2018).

A crônica serve para ilustrar a análise de Becker (2009) sobre o comportamento desviante, que afirma que os impulsos ao desvio estão presentes também em pessoas que não são consideradas outsiders, sendo elas capazes de

suprimi-los em razão de estarem inseridas em relações sociais construídas ao longo do tempo que poderiam ser rompidas por um ato que distorce suas reputações. O autor do texto expressa a sensação de bem-estar com a possibilidade de ser ouvido, “porque [o muro] está ao alcance das vistas de todos e quero gritar para o mundo as frases que gosto” (ALVES, 2018), uma noção definitivamente compartilhada pelos pichadores. O olhar mais empático direcionado ao picho, presente neste último artigo de opinião examinado, advém de fevereiro de 2018, ano com os menores índices de pichação em Campo Grande, e talvez sinalize para uma aclimatação da sociedade quanto à pichação. O tempo se encarregará de mostrar se debates mais aprofundados sobre o tema serão sugeridos.

#### **4.2.2.3 A pichação como adjetivo: menções descontextualizadas**

A terceira e última categoria estabelecida para analisar as 596 publicações que, de algum modo, referenciam a pichação nos três principais portais de notícia de Mato Grosso do Sul é aquela que abarca os 158 textos que não evidenciam a pichação como elemento noticioso principal.

Selecionamos aqui três exemplos: dois do Campo Grande News e um do Correio do Estado – lembrando que o Midiamax não apresentou resultados que se encaixassem nesta categoria nas buscas pelo seu acervo. Em todos eles, a pichação surge como sinônimo de sujeira e abandono em textos que tendem a denunciar o descaso do poder público, e recaem outra vez, direta ou indiretamente, na questão da impunidade.

A matéria “Fim da linha: péssimas condições marcam rotina em terminais de ônibus” (SANTOS, 2018) representa dezenas de outras publicações que tratam precisamente do mesmo assunto. As condições deficitárias de manutenção destas estruturas incluem problemas de acessibilidade, presença de animais perambulando pelas pistas, bancos quebrados, bebedouros estragados, falta de mais pias e de higienização adequada dos banheiros, além das pichações que costumam ser feitas nos próprios sanitários em função da privacidade oferecida pelo local. No texto em questão, a autora tem como premissa a incoerência no fato de o Consórcio

Guaicurus, grupo responsável pela administração do transporte coletivo na capital de MS, não conseguir solucionar os problemas de infraestrutura “mesmo com isenção fiscal de valores milionários”, que em 2017 chegaram a R\$ 8 milhões de reais e tinham previsão de alcançar a marca de R\$ 11,8 mi em 2019. Com exceção das fotos, elemento gráfico que sempre prioriza as pichações, a única menção ao nosso objeto de estudo está localizada na introdução do escrito: “Ao custo de R\$ 3,70, o usuário do transporte coletivo em Campo Grande entra no terminal e ganha direito a sentar em bancos quebrados ou entrar em banheiro que desperta o olhar pelas *pichações* e tranca o nariz por ser fétido” (SANTOS, 2018, grifo nosso).

Semelhante é a reclamação feita em “Abandonado, Parque do Sóter apresenta riscos aos usuários” (RODRIGUES, 2018), no Correio do Estado, sobre o grande espaço de lazer no bairro Mata do Jacinto que não vinha recebendo os devidos cuidados. Solitária, a palavra *pichação* surge apenas uma vez durante toda a notícia, adjetivando o parque por seu estado negligenciado.

Os sinais do descaso por parte do Poder Público estão logo na entrada, na guarita que fica na Rua Rio Negro.

No local, a porta foi arrombada, uma caixa de distribuição elétrica está exposta, há papelão pelo chão e um cobertor velho, que demonstra a presença de moradores de rua por ali. Do lado oposto, o cheiro forte de urina chama atenção, sendo praticamente o único vestígio de que ali deveria funcionar um banheiro, já que pias e vasos estão inutilizáveis, enquanto *pichação* e sujeira completam o cenário de destruição (RODRIGUES, 2018, grifo nosso).

Ademais, o picho aparece de maneira descontextualizada mais uma vez quando o assunto é a sujeira nas vias públicas após as festas de Carnaval. A reportagem “Ruas amanhecem entupidas de lixo e expõem a ‘porquice’ dos foliões” (GURGEL; KASPARY, 2018) destaca as escritas ilegais duas vezes. A primeira delas na foto principal da matéria (Fotografia 17, a seguir), na qual vemos a fachada de um comércio pichada com a frase “No mundo da podridão” e, de frente para ela – ironicamente –, um grande emaranhado de lixo espalhado pela rua e pela calçada.

O cerne do texto está em discutir o comportamento das pessoas que frequentaram os blocos de Carnaval e deixaram um rastro de sujeira por onde

passaram. De acordo com as autoras,

Mais que copos de plásticos, latinhas e garrafas de cerveja, vodka, cachaça e vinho, foram encontrados diversas embalagens de preservativo, tênis, óculos escuros, chinelo, sutian [sic], documento de identidade e restos de fantasia como buquê de flores, máscaras e asas de anjo (GURGEL; KASPARY, 2018).

Surpreendentemente, a segunda vez em que a pichação é abordada não se enquadra neste contexto de adição à baderna provocada por foliões e folionas, mas é trabalhada de maneira poética no encerramento do texto, com provável intuito de promover uma reflexão sobre o que, de fato, pode ser considerado *sujeira* – “A essa altura, foliões devem estar dormindo, se recuperando para mais uma noite de Carnaval, o lixo já está sendo varrido e, na fachada de um dos comércios locais, a pichação: ‘No mundo da podridão’” (GURGEL; KASPARY, 2018).

#### FOTOGRAFIA 17 – PICHÃO ESCRITA DURANTE O CARNAVAL DE RUA EM 2018



Fonte: Campo Grande News (Marcos Ermínio).

Em síntese, constatamos que a visão generalizada da imprensa local sobre a pichação é a que considera *vândalos* os seus agentes e *vandalismo* as suas ações; estas ainda utilizadas como sinônimo de sujeira, abandono ou descaso na categoria de notícias proposta por nós – abordagem descontextualizada –, em que a atividade surge apenas como pano de fundo para outros fatos jornalísticos destacados nas matérias. Nos chamados textos normativos, os quais têm o elemento da discursividade mais presente, percebemos que há um reforço constante da mensagem que aponta o grafite como forma de arte legitimada ideal para *substituir* as pichações – algo que nos remete à conclusão do jornalista Fred Melo Paiva sobre essa relação: “O pixo será reconhecido como arte quando não for mais crime; mas quando não for mais crime, não será mais pixo. O pixo não quer ser arte e a arte não quer o pixo. Apesar disso, as letras do *pixo* nos levam a boas reflexões, assim como a arte” (PICHAÇÃO..., 2016) –, da mesma maneira que o lugar de fala do pichador é preterido em relação a inúmeros personagens da sociedade civil e autoridades institucionais quanto ao direito de se manifestar sobre os significados e as justificativas da atividade em foco.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Em 1994, um cartaz espalhado pelas ruas de Berlim ridicularizava a lealdade a estruturas que não eram mais capazes de conter as realidades do mundo: ‘Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro’”<sup>108</sup>.*

*(Zygmunt Bauman)*

O fragmento acima, citado por Bauman em “Identidades” (2005, p.33), pode ser interpretado de diversas maneiras: talvez atente para o fato de o Estado não ser mais capaz ou não desejar manter unificada a nação, como afirma o próprio autor, ou talvez seja um discurso mais diretamente voltado para os grandes fluxos migratórios que acontecem pelo mundo e que são respondidos com medidas xenofóbicas; para nós, porém, pode ser aplicada ao contexto do indivíduo pós-moderno que é capaz de absorver diferentes culturas, de pontos distantes do globo, ao passo que estranha e segrega a que lhe é mais próxima territorialmente.

A pichação é, mais do que uma manifestação dos excluídos, uma expressão cultural daquela parcela da sociedade que vive à margem das oportunidades e uma atividade que se recusa a aceitar o processo de neutralização ideológica pelo qual o grafite sofreu para que pudesse ser reconhecido como arte legítima. Se o grafiteiro busca autorização para poder *embelezar* os muros da cidade, o pichador desafia a autoridade sobre as propriedades para *enfeá-los* intencionalmente, sabendo que o produto de seus sprays e latas de tinta será considerado poluição visual somente por aqueles que estão excluídos do seu universo social, mas não para si próprio ou seus companheiros – que seguem critérios estéticos pré-estabelecidos ao conceberem os seus alfabetos personalizados.

Afinal, o pixo é uma resposta do jovem da periferia que se vê distante das possibilidades de evidenciar o seu nome por meios validados socialmente –

---

<sup>108</sup> Citado de Hanna Mamzer, *Tozsamosc w podrozy*. Poznan, 2002, p. 13. Nota reproduzida do texto original.

fundamentalmente o sucesso profissional – e, portanto, cria o próprio sistema de reconhecimento pessoal enquanto exterioriza, quase de maneira terapêutica, suas frustrações contra um sistema que se fortalece na opressão dos seus pares.

[...] para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações (FOUCAULT, 2009, p. 234).

A investigação proposta por Foucault se deu pelo contato com a realidade de alguns dos principais representantes da atividade em Campo Grande, e o que fora estabelecido como uma tentativa de desmistificar elementos deste grupo selecionado amadureceu para um relato da verdade de seus integrantes, que só poderia ser obtida por meio de uma interação continuada com os agentes da pichação, conforme sugere Becker (2009). Foi desta maneira também que conseguimos apontar momentos históricos da escrita urbana em Mato Grosso do Sul, os quais, quando organizados, permitem a nós a construção de uma linha do tempo que segue seu trajeto paralelamente ao avanço da repressão das autoridades de Estado. Tais procedimentos, seguindo a metodologia de Thompson (2002), proporcionaram a análise da historicidade de uma forma de comunicação ancestral, bem como o estudo de obras das ciências sociais que expandem questões centrais da pichação contextualizada – principalmente direcionadas à compreensão da desigualdade social sistemática nas sociedades.

Fazer sociologia e escrever sociologia têm por objetivo revelar a possibilidade de viver em conjunto de modo diferente, com menos miséria ou sem miséria: essa possibilidade diariamente subtraída, subestimada ou não percebida. Não enxergar, não procurar e assim suprimir essa possibilidade é parte da miséria humana e fator importante em sua perpetuação. Sua revelação não predetermina sua utilização; quando conhecidas, as possibilidades também podem não ser submetidas ao teste da realidade, porque talvez não confiemos nelas o bastante. A revelação é o começo e não o fim da guerra contra a miséria humana. Mas essa guerra não pode ser empreendida seriamente, e menos ainda com uma possibilidade pelo menos parcial de sucesso, a menos que a escala da liberdade humana seja relevada e reconhecida, de tal modo que a liberdade possa ser plenamente utilizada na luta contra as fontes sociais de toda

infelicidade, inclusive a mais individual e privada (BAUMAN, 2001, p. 267).

Na medida em que cresce a percepção desta relação antagônica entre instituições governamentais e uma atividade que, fundamentalmente, é menos agressiva física do que ideologicamente – já que nada mais faz do que ocultar as profundas raízes do verdadeiro conflito, o de classes –, a análise de discurso se torna essencial para este debate. Conforme avançávamos do campo da sociologia para os da linguística e da semiologia, percebíamos a maneira como os autores continuavam a dialogar entre si ao propor que a linguagem está diretamente conectada às relações de poder que historicamente se estabelecem entre os indivíduos. Concluímos que Barthes (1988), Foucault (2009, 2014a, 2014b, 2017, 2018) – embora nenhum deles faça referência direta à pichação em suas obras – e Fernandes (2011) convergem para a definição do fenômeno social como um discurso de resistência, que subverte as relações de poder estabelecidas e elabora-se em um socioleto acrático na divisão de linguagens.

O papel de instrumento revolucionário da periferia exercido pelo picho fica mais claro com o auxílio dos estudos de Foucault (2014b) acerca da evolução dos sistemas punitivos, os quais podem ser concatenados com as explicações políticas de Bauman (2000) para a compreensão da estratificação das classes sociais como uma construção ideológica e intencional. Se na expressão por meio das escritas urbanas reside uma forma de libertação da classe mais pobre, encontra-se também na união do operariado a emancipação da sociedade ante a lógica segregacionista do capitalismo.

Estabelecida a forma em que o discurso à margem do poder se manifesta dentro do nosso recorte metodológico, propusemo-nos a *reinterpretar* (THOMPSON, 2002) o outro lado deste conflito linguístico por intermédio dos meios de comunicação de massa, apontados por Barthes (1988) como o principal instrumento de propagação dos socioletos encráticos e representados em nossos estudos pela mídia campo-grandense on-line – por ser esta plataforma a mais acessada entre os habitantes de Mato Grosso do Sul como fonte de informação (IPEMS, 2019a) e, potencialmente, a que cedeu maior espaço editorial às pichações no período entre

1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2018.

Durante este processo, foram lidas integralmente mais de 400 matérias publicadas entre os três principais portais de notícia no estado, com foco direcionado àquelas que abordavam ocorrências em Campo Grande e demais cidades do interior de MS; uma vez que havíamos levantado traços de regionalidade da pichação sul-mato-grossense, tínhamos o objetivo de fazer o mesmo com a sua abordagem jornalística.

Observamos padrões bem definidos de texto que ora mimetizam a linguagem meramente descritiva de boletins policiais (*abordagem simbiótica*), ora trazem manifestações que tentam estabelecer códigos morais e juízos de valor sobre o tema, sendo estas majoritariamente contrárias à atividade em si e ao seu discurso intrínseco (*abordagem normativa*), além da tendência de inserir derivações do termo “picho” em publicações relativas a outros assuntos como mero reforço negativo das noções de abandono e sujeira (*abordagem descontextualizada*).

Ainda que, a princípio, simplificada, a categorização estabelecida proporcionou especialmente entre os textos normativos a visualização de vieses recorrentes; pautas direcionadas ao aspecto criminal/punitivo, à discussão sobre os limites do que deve ser considerado arte – bem como sobre a dualidade da pichação diante do grafite – e à tentativa de encapsular a atividade e seu discurso de resistência por meio da construção de uma imagem desumanizada do pichador (implacável, insolente, vândalo).

Expusemos, portanto, uma relação paradoxal entre a mídia e o picho, uma vez que os meios de comunicação de massa – por natureza encráticos, na perspectiva de Barthes (1988) – inevitavelmente aumentam a visibilidade sobre determinada pichação e trazem notoriedade ao seu autor no momento em que noticiam determinado fato; o discurso acrático nunca é completamente absorvido e continua a se manifestar por intermédio do jornalismo, seja este o objetivo ou não.

Desta maneira, a escolha pela análise fracionada em três elementos, proposta por John B. Thompson em “Ideologia e cultura moderna” (2002), provou-se acertada quanto ao propósito de obtermos uma avaliação bastante abrangente sobre os mais diversos aspectos do complexo fenômeno social em que consiste a pichação. Elencamos elementos marcantes na história da escrita à tinta pelas

paredes, argumentamos sobre sua discursividade intrínseca e, assim sendo, propusemos um contraponto à maneira como a linguagem encrática trabalha a questão (encarregada de reproduzir o discurso opressor), acreditando que a presente dissertação possa servir de instrumento para uma autoavaliação dos veículos de comunicação e possibilite novas interpretações às manifestações populares oriundas das populações oprimidas. Nossa crença no potencial transformador da pesquisa é fundada na experiência semelhante de outros investigadores no assunto que passaram a enxergar a pichação por outro prisma, de modo a nos identificarmos com a seguinte fala do repórter-fotográfico João Wainer (2005):

Passei a reparar nas letras, a tentar decifrar cada palavra e mensagem como se fosse um quebra-cabeça. Aos poucos, aquilo que parecia caótico começou a fazer sentido para mim. Percebi que aquilo não era tão feio como alardeavam. Na verdade, a suposta feiúra [sic] da pichação até combinava com a paisagem acinzentada de São Paulo. O estilo das letras, a forma, o jeito com que elas são escritas são lindos. Adoro ver no alto dos prédios aquelas pichações enormes, com letras enfumaçadas. Tento imaginar quem fez, como fez e o que passou pela cabeça dele enquanto fazia.

Assim como a nossa experiência com o tema alterou a percepção inicial que tínhamos diante de uma pichação, acreditamos que a inserção das inscrições ilegais na sociedade modifica a normatividade visual urbana, estabelecendo-se gradativamente como o novo “pano de fundo da cidade” (WAINER, 2005). Se o asfalto, a fumaça e os prédios constituem a tônica dos modelos desenvolvimentistas correntes, o pixo, inerentemente, continuará a escrever com spray e látex sua história e evolução.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2007
- ALESSI, Gil. A 'maré cinza' de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. *El País*. São Paulo, 25 jan. 2017, Brasil. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199\\_418307.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html). Acessado em: 20 ago. 2018.
- ALVES, Gerciane. Polícia identifica 15 grupos na Capital e tenta ampliar pena para pichadores. *Midiamax*, Campo Grande, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2016/policia-identifica-15-grupos-na-capital-e-tenta-ampliar-pena-para-pichadores/>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ALVEZ, André Luiz. Leia a crônica de André Luiz Alves: “Um muro para pichar”. *Correio do Estado*, Campo Grande, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/OPINIAO/LEIA-A-CRONICA-DE-ANDRE-LUIZ-ALVEZ-UM-MURO-PARA-PICHAR/321052/>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- ANDRADE, Fábio Coutinho de. Fábio Coutinho de Andrade: “Pichação é crime?”. *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/opiniaofabio-coutinho-de-andrade-pichacao-e-crime/297637/>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- A PRÉ-HISTÓRIA do pixo: cão fila km 26. *Beside Colors*. 03 maio 2017. Disponível em: <http://besidecolors.com/a-pre-historia-do-pixo-cao-fila-km-26/>. Acesso em: 24 set. 2018.
- ARAKAKI, Gustavo; SANCHES, João Marcelo. Contra a parede. *Jornal Projétil*. Campo Grande, MS. Ago. 2013, Nº 78, Ano 22, p. 3. Disponível em: <https://issuu.com/projetil/docs/projetil-78>. Acesso em: 25 maio 2017.
- ARAÚJO, Aline. Grupo ensina grafite na Cidade de Deus para evitar que meninos virem pichadores. *Campo Grande News*, Campo Grande, 03 out. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/grupo-ensina-grafite-na-cidade-de-deus-para-evitar-que-meninos-virem-pichadores>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- ARRUDA, Fabiano; SANTOS, Aline dos. Bernal rebate denúncia e diz que emprestou dinheiro para a Coopertaxi. *Campo Grande News*, Campo Grande, 18 set. 2012. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/bernal-rebate-denuncia-e-diz-que-emprestou-dinheiro-para-a-coopertaxi>. Acesso em: 28 nov. 2018
- ARRUDA, Giulliano Roberto da Silva Campos. *A influência do Graffiti na Publicidade. Estudo de caso – NIKE*. Monografia (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) – Universidade Anhanguera-Uniderp. Campo Grande, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARTHES, Roland. A divisão das linguagens. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 91-100.

\_\_\_\_\_. A guerra de linguagens. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 101-104.

BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca Da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luisa X. de Borges. Revisão técnica de Karina Kuschnir. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.605*, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 23 set 2018.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 8.349*, de 22 de agosto de 2017. Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas do crime de pichação e conspurcação de monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2148738>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CASTRO, Alexandre. Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35., 2012, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, Ceará: 2012.

CASTRO, Nadyenka. Audiência pública debate aumento de pichações em Campo Grande. *Campo Grande News*, Campo Grande, 15 mar. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/audiencia-publica-debate-aumento-de-pichacoes-em-campo-grande>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CIPOLA, Ari. Puccinelli quer processar PT por denúncias. *Folha de São Paulo*, Campo Grande, 23 nov. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/23/brasil/12.html>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CONTRA A PAREDE – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS. [Documentário]. Produção de Gustavo Arakaki Henrique, João Marcelo Correia

Sanches e Thaís Lopes Pimenta. 26 fev. 2015. *YouTube*. Duração: 51min 05s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oTGoxcKFvHo&t=1094s>.

CRIPTOGRAFIA URBANA. Direção e montagem: Marcelo Cavaliere. Direção de fotografia: Diego Magnus. Produção: Killers; Cripta Djan. Neverland Estúdio, 2015. *YouTube*. Duração: 3min 32s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LZsfNn1ZYPQ>. Acesso em: 03 dez. 2018.

DIAS, Aliny Mary. 'Pai' do grafite, 'pixo' volta ao centro de polêmica que repercute na Capital. *Correio do Estado*, Campo Grande, 28 jan. 2017. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/reportagens-especiais/em-meio-a-polemica-do-grafite-ha-quem-se-orgulho-do-pixo/296426/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

DIAS, Aliny Mary; CLAJUS, Kleber. Ação para acabar com pichações na Capital deve ser ampla, diz prefeito. *Campo Grande News*, Campo Grande, 27 ago. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/acao-para-acabar-com-pichacoes-na-capital-deve-ser-ampla-diz-prefeito>. Acesso em: 17 jul. 2019.

DIAS, Aliny Mary; RIBAS, Paulo. Pichação toma conta de bairro e moradores vivem em "inferno". *Correio do Estado*, Campo Grande, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/pichacao-toma-conta-de-bairro-e-moradores-dizem-viver-em-inferno/245348/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra J. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações* (trad. Peter Pál Pelbart). Rio de Janeiro: Editora 34. 1992. p.219-226. Disponível em: <http://www.somaterapia.com.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/Deleuze-Post-scriptum-sobre-sociedades-de-controle.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *A pichação e os signos urbanos juvenis: "metendo nomes" no ciberespaço*. In: Encontro anual da ANPOCS, 36º, 2012. Águas de Lindóia, SP. *Anais...* São Paulo, 2012.

DJAN, Cripta. A criminalização da pichação. *Revista Vaidapé*. 03 jun. 2015a. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2015/06/a-criminalizacao-da-pixacao/>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Cripta Djan no Altas Horas. *Altas Horas*, Rede Globo: São Paulo, 2009. Entrevista concedida a Sérgio Groissman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RBAM-WfxBtM>. Acesso em: 03 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Manifesto – O pixo nosso de cada dia*. Suben Art Management, 2013. Disponível em: <http://www.criptadjan.com/new-page-49/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Pixo: Arte Libertária | Entrevista com Cripta Djan. *Revista Vaidapé*, Osasco, São Paulo, 22 set. 2015b. Entrevista concedida a Iuri Salles. Imagens e edição: Henrique Santana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=01O4Efo7dFw>. Acesso em: 03 dez. 2018.

DUARTE, Marcelo. Por onde andam Juneca e Pessoinha, os primeiros pichadores de São Paulo. *O Guia dos Curiosos*, 17 jan. 2017, São Paulo. Disponível em: <https://guiadoscuriosos.uol.com.br/blog/2017/01/17/por-ondem-andam-juneca-e-pessoinha-os-primeiros-pichadores-de-sao-paulo>. Acesso em: 18 set. 2018.

FAUSTINO, Michel. Pichadores não poupam nada e transformam avenida em “rabisco”. *Campo Grande News*, Campo Grande, 25 ago. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pichadores-nao-poupam-nada-e-transformam-avenida-em-rabisco>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FEITOSA, Liana. Cansada de pichações, igreja cobre muros com arte de grafiteiro chileno. *Campo Grande News*, Campo Grande, 04 out. 2015. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cansada-de-pichacoes-igreja-cobre-muros-com-arte-de-grafiteiro-chileno>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. *Pichações: discursos de resistência conforme Foucault*. Acta Scientiarum: Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 241-249, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*, versão 6.0, 4ª ed. Positivo Informática, 2010. 1 CD-ROM.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RAINBOW, Paul. *MICHEL FOUCAULT – Uma Trajetória Filosófica Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Coleção Biblioteca de Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014b.

GALCERAN, Vania. Ousados, pichadores criam ranking e não poupam nem prédio da polícia. *Campo Grande News*, Campo Grande, 13 dez. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ousados-pichadores-criam-ranking-e-nao-poupam-nem-predio-da-policia>. Acesso em: 16 jul. 2019.

GRUPOS são flagrados pelo vídeo monitoramento usando drogas e fazendo pichações. *Midiamax*, Campo Grande, 23 jun. 2015. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2015/grupos-sao-flagrados-pelo-video-monitoramento-usando-drogas-e-fazendo-pichacoes/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

GURGEL, Anahi; KASPARY, Bruna. Ruas amanhecem entupidas de lixo e expõem a “porquice” dos foliões. *Campo Grande News*, Campo Grande, 11 fev. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/ruas-amanhecem-entupidas-de-lixo-e-expoem-a-porquice-dos-folioses>. Acesso em: 21 jul. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENRIQUE, Gustavo Arakaki; SANCHES, João Marcelo Correia; PIMENTA, Thaís Lopes. *Contra a Parede – o grafite e a pichação em Campo Grande-MS*. TCC (bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

HOHLFELDT, Antonio (Org); MARTINO, Luiz C. (Org); FRANÇA, Vera Veiga (Org). *Teorias da comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

IMAGENS e documentos do período de 64 a 85. *Memórias Reveladas*. Rio de Janeiro, 02 dez. 2016. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/category/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>. Acesso em: 18 set. 2018.

IPEMS. *Meios de Comunicação utilizados para tomar conhecimento sobre notícias do estado* – (Através de quais meios de comunicação você toma conhecimento das notícias do Estado de Mato Grosso do Sul?). Campo Grande, 2019a.

IPEMS. *Índices de acessos a sites de notícias* – (Qual site de notícias de MS você mais acessa?). Campo Grande, 2019b.

IPEMS. *Índices de leitura de jornais impressos* – (Qual jornal impresso você mais lê?). Campo Grande, 2019c.

JENSEN, Klaus Bruhn. *A handbook of media and communication research*. Nova Iorque, EUA. Editora Routledge, 2002.

JORNALISMO do Midiamax completa 10 anos. *Midiamax*. Campo grande, 16 maio 2012. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2012/jornalismo-do-midiamax-completa-10-anos/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

JOVEM picha “legalize já” em outdoor próximo à Câmara Municipal. *Midiamax*, Campo Grande, 22 jun. 2013. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2013/jovem-picha-legalize-ja-em-outdoor>

proximo-a-camara-municipal/. Acesso em: 13 jul. 2019.

JÚNIOR, Francisco. Pichações se espalham pela cidade e não perdoam nem igreja. *Campo Grande News*, Campo Grande, 23 nov. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pichacoes-se-espalham-pela-cidade-e-nao-perdoam-nem-igreja>. Acesso em: 16 jul. 2019.

JUNIOR, Ricardo Campos. Grupo pinta Obelisco e sugere grafite como pena alternativa a pichadores. *Campo Grande News*, Campo Grande, 20 fev. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/grupo-pinta-obelisco-e-sugere-grafite-como-pena-alternativa-a-pichadores>. Acesso em: 15 jul. 2019.

KEMPFER, Ângela. Aos 15 anos, Campo Grande News é a história do jornalismo online em MS. *Campo Grande News*, Campo Grande, 01 mar. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/campo-grande-news-15-anos/aos-15-anos-campo-grande-news-e-a-historia-do-jornalismo-online-em-ms>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KLAFKE, Sandra R. *Traços de carnavalização na instauração do humor em A farsa da boa preguiça, de Ariano Suassuna*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

KUSCHNIR, Karina; AZEVEDO, Vinícius Moraes de. 2015. Caligrafias urbanas: pichação e linguagem visual no Rio de Janeiro. *Revista Trama: Indústria Criativa em Revista*. Dossiê: A Cidade e as Questões do Urbano. Ano 1, vol. 1, julho a novembro de 2015: 110-122. ISBN: 1519-9347.

LASH, Scott. Technological Forms of Life, *Theory, Culture & Society*, vol. 18, no.1, 2001.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MADEIRO, Carlos. Taxa de homicídios de negros cresce 23% em 10 anos; mortes de brancos caem. *UOL Notícias*, Cotidiano. Maceió, 05 jun. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/taxa-de-homicidios-de-negros-cresce-26-em-10-anos-mortes-de-brancos-caem.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANO, Maíra Kubík. ENTREVISTA JOÃO WAINER / ROBERTO T. OLIVEIRA - Pichação, a marca da desigualdade social. *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Edição 29, 03 dez. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pichacao-a-marca-da-desigualdade-social/>. Acesso em: 21 set. 2018.

MARCEL, Dennys. Grafite: uma arte milenar que teve início na Roma Antiga; Veja fotos. *Guia do Litoral*, Brasil, Materias. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/guiadolitoral/materias/grafite\\_uma\\_arte\\_milenar\\_que\\_teve\\_inicio\\_na\\_roma\\_antiga\\_veja\\_fotos-3988-2017.shtml](http://www2.uol.com.br/guiadolitoral/materias/grafite_uma_arte_milenar_que_teve_inicio_na_roma_antiga_veja_fotos-3988-2017.shtml). Acesso em: 22 ago. 2018.

MARQUES, Antonio. Com lei branda e Poder Público inerte, pichadores agem livremente. *Campo Grande News*, Campo Grande, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-lei-branda-e-poder-publico-inerte-pichadores-agem-livremente>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ofício de cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo, SP: Editora Loyola, 2004.

MASSARO, Leonardo. *Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo*. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília, v.6, n.1, p. 379-400, jul. 2018.

MASLOW, Abraham Harold. *Motivation and Personality*. Harper & Brothers, 1954.

MAYMONE, Gabriel. Em grupo no WhatsApp, pichadores se desafiam e compartilham 'rabiscos'. *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 jan. 2015, Cidades. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/em-grupo-no-whatsapp-pichadores-se-desafiam-e-compartilham/237807/>. Acessado em: 09 out. 2017.

MELO, Thatiana. Pichadores e corruptos: flagrados tentam subornar vigias em Campo Grande. *Midiamax*, Campo Grande, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2016/pichadores-e-corruptos-flagrados-tentam-subornar-vigias-em-campo-grande/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MITTMANN, Daniel. *O sujeito pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista*. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90125>.

MONTEIRO, Andreza. 25 motivos para amar os Jardins. *Veja São Paulo*. São Paulo, 22 jan. 2016. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/motivos-amar-jardins/>. Acesso em: 31 dez. 2018.

MORADOR trava guerra com pichador que desafia: 'quero ver quem tem mais tinta'. *Midiamax*, Campo Grande, 18 mar. 2014. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2014/morador-trava-guerra-com-pichador-que-desafia-quero-ver-quem-tem-mais-tinta/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

NÖTH, Winfried. Semiótica e semiologia: os conceitos e as tradições. *ComCiência: Revista eletrônica de jornalismo científico*, Dossiê Semiologia e Semiótica. 10 mar. 2006. Disponível em: <http://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=11&id=82&tipo=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

NUCCI, Renan. Delinquentes picham em busca de status e autoafirmação, diz delegado. *Campo Grande News*, Campo Grande, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/delinquentes-picham-em-busca-de-status-e-autoafirmacao-diz-delegado>. Acesso em: 16 jul. 2019.

OLIVEIRA, Viviane. Dupla de adolescentes é detida após pichar muro de casa no Universitário. *Campo Grande News*, Campo Grande, 24 set. 2012. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/dupla-de-adolescente-e-detida-apos-pichar-muro-de-casa-no-universitario>. Acesso em: 11 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Seis pessoas são presas em flagrante fazendo pichações com maquiagens. *Campo Grande News*, Campo Grande, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/seis-pessoas-sao-presas-em-flagrante-fazendo-pichacoes-com-maquiagens>. Acesso em: 14 jul. 2019.

OLIVEIRA, Viviane; VERÃO, Helton. Vândalos não poupam nem a periferia com onda de pichações. *Campo Grande News*, Campo Grande, 02 abr. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/vandalos-nao-poupam-nem-a-periferia-com-onda-de-pichacoes>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ONDA de pichações não respeita nem prédio de delegacia em Campo Grande. *Midiamax*, Campo Grande, 01 fev. 2014. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2014/onda-de-pichacoes-nao-respeita-nem-predio-de-delegacia-em-campo-grande/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

O QUE é Breaking?. *Blog Kriolus*. 25 mar. 2013. Disponível em: <https://kriolus.blogs.sapo.cv/2701.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

O QUE fazer na fachada para se livrar das pichações em Campo Grande. *Campo Grande News*, Campo Grande, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/o-que-fazer-na-fachada-para-se-livrar-das-pichacoes-em-campo-grande>. Acesso em: 16 jul. 2019.

PALMEIRA, Vladimir. *Ano 1968*. Disponível em: [http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_1.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_1.html). Acesso em: 20 set. 2018.

PAPALI, Frederico; ZANETTI, Valéria; VIANNA, Paula Vilhena Carnevale. Um pouco da história do *graffiti* e da pichação no Brasil. In: Simpósio Nacional de História, 29., 2017, Brasília. *Anais...* Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal: 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Lobby"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/politica/lobby.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

PICHAÇÃO "Abaixo a Ditadura" (1968). Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/index.html>. Acesso em: 24 ago. 2018.

PICHAÇÃO é arte?. Apresentado por: Fred Melo Paiva. Programa Cidade Ocupada. Direção: Robson Valichieri e Ross Salinas. Produção: Jéssica Cruz e Rodrigo Rodrigues. Realização: TV Gazeta, São Paulo, 2016. *YouTube*. Duração: 26 min 56 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UsGrGN1x6mE&list=FLLhQ-h2FA4ouMRpKEwAn4-A&index=11&t=0s>. Acesso em: 15 maio 2018.

POZOBON, Rejane de Oliveira; GIRARDI, Bibiano da Silva. LOCAIS PRIVADOS, MENSAGENS PÚBLICAS: poder e contrapoder entre as páginas dos jornais e as paredes pixadas. In: VI Congresso COMPOLÍTICA. Puc-Rio, 2015. *Anais...* Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT5-Pozobon-e-Giardi.doc>. Acesso em: 05 maio 2017.

PRADO, Filipe. Para se livrar de pichações, moradores apelam ao grafite no Cabreúva. *Campo Grande News*, Campo Grande, 01 abr. 2014a. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-se-livrar-de-pichacoes-moradores-apelam-ao-grafite-no-cabreuva>. Acesso em: 15 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Praça vira "point" de pichadores e vândalos atacam "bairro das clínicas". *Campo Grande News*, Campo Grande, 29 out. 2014b. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/praca-vira-point-de-pichadores-e-vandalos-atacam-bairro-das-clinicas>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PREFEITURA organiza projeto para acabar com pichações em Campo Grande. *Midiamax*, Campo Grande, 05 abr. 2013. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2013/prefeitura-organiza-projeto-para-acabar-com-pichacoes-em-campo-grande/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PROPAGANDA. "Cão fila km 26". *Revista Veja*, São Paulo, 6 jul 1977, p. 104-105.

PUHL, Paula Regina. *A Discursividade no Filme Hamlet: Uma Interpretação Hermenêutica*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, abr. 2003

RAMOS, Beatriz Drague; LIMA, José Antonio. No Brasil, 64% dos presos são negros. *Carta Capital*, Sociedade, Racismo. 08 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-64-dos-presos-sao-negros>. Acesso em: 29 set. 2018.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. *Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intevozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil*. 31 out. 2017. Disponível em:

<https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>. Acesso em: 26 set. 2018.

ROCHA, Josemil; OLIVEIRA, Viviane. Alcides Bernal alega ameaças difusas e se cerca de seguranças. *Campo Grande News*, Campo Grande, 07 abr. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/alcides-bernal-alega-ameacas-difusas-e-se-cerca-de-seguranças>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ROCHA, Mylena; CÁCERES, Éser. Vizinhos de bares alternativos reclamam de 'onda de pichação' na região da Orla Ferroviária. *Midiamax*, Campo Grande, 15 maio 2018, Cotidiano. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/comerciantes-da-orla-ferroviaria-reclamam-de-pichacoes-e-atribuem-problema-aos-bares/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RODRIGUES, Luana. Abandonado, Parque do Sóter apresenta riscos aos usuários. *Correio do Estado*, Campo Grande, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/abandonado-parque-do-soter-apresenta-riscos-aos-usuarios/335133/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

RODRIGUES, Luana. Com impeachment e eleição, pichar vira ato de "protesto", mas desagrada. *Campo Grande News*, Campo Grande, 05 out. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-impeachment-e-eleicao-pichar-vira-ato-de-protesto-mas-desagrada>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ROSSI, Michelle. Contra pichação, prefeitura estimula grafiteagem. *Correio do Estado*, Campo Grande, 28 abr. 2013. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/noticias/contra-pichacao-prefeitura-estimula-grafiteagem/180806/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

SALLES, Iuri; SANTANA, Henrique. Cripta Djan: 'Pixo é a retomada da cidade por parte dos excluídos'. *Revista Vaidapé*, 24 set. 2015. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2015/09/cripta-djan-pixo-e-a-retomada-da-cidade-por-parte-dos-excluidos/>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SANCHES, João Marcelo Correia; FRANÇA, Greicy Mara; ARAUJO JÚNIOR, Célio Rosa de. Quem é o Pichador: Comportamento Desviante, Discurso e Contradição como Ferramentas de Construção de Identidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba, Universidade Positivo. *Anais...* Curitiba, Paraná: 2017.

SANTOS, Alinde dos. Fim da linha: péssimas condições marcam rotina em terminais de ônibus. *Campo Grande News*, Campo Grande, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/fim-de-linha-pessimas-condicoes-marcam-rotina-em-terminais-de-onibus>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Brasil: Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, Vânia. Ousados, pichadores deixam suas marcas na Capital e desafiam Guarda e polícias. *Correio do Estado*, Campo Grande, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/ousados-pichadores-deixam-suas-marcas-em-paredes-e-desafiam-guarda-mun/224952/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SCHULTZ, Valdemar. Intervenções urbanas, arte e escola: experimentações e afectos no meio urbano e escolar. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios”, Cachoeira-BA, 2010.

SEM repressão, pichadores deixam marcas em pontos cada vez mais difíceis da Capital. *Midiamax*, Campo Grande, 07 maio 2014. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2014/sem-repressao-pichadores-deixam-marcas-em-pontos-cada-vez-mais-dificeis-da-capital/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: as pichações durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Escrita Pulsante*, 25 fev. 2015. Disponível em: <https://revistaescritapulsante.com.br/2015/02/25/gritam-os-muros-as-pichacoes-durante-a-ditadura-civil-militar-brasileira/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SOLIDARITY. *Paris*: Maio de 68. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

SOUZA, David da Costa Aguiar de. 2007. *Pichação carioca*: etnografia e uma proposta de entendimento. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ.

STYLE WARS. Direção: Tony Silver. Produção: Henry Chalfant, Tony Silver. Intérpretes: vários. Estados Unidos: Public Art Films, Plexifilm, 1983 (televisão), 1984 (cinemas). *YouTube*. Duração: 69 min 46 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yB3Js2tKA5Y>. Acesso em: 15 maio 2018.

SUJOU: oito adolescentes pichadores são identificados com investigação nas Moreninhas. *Midiamax*, Campo Grande, 11 set. 2014. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2014/sujou-oito-adolescentes-pichadores-sao-identificados-com-investigacao-nas-moreninhas/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAD, Otávio. Pichação. Ainda há tempo. *Campo Grande News*, Campo Grande, 26 jan. 2015. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/pichacao-ainda-ha-tempo>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Índice de Percepção da Corrupção 2018. Brasil, 2019. Disponível em:

[https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/?gclid=Cj0KCQjwpavpBRDQARIsAPfTwiylCmoXtsDpGREqLLubuE0ojNNMt2Yt18GdiQKfysJi3\\_ErX5dWHdEaAsVcEALw\\_wcB#ipc-2018](https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/?gclid=Cj0KCQjwpavpBRDQARIsAPfTwiylCmoXtsDpGREqLLubuE0ojNNMt2Yt18GdiQKfysJi3_ErX5dWHdEaAsVcEALw_wcB#ipc-2018). Acesso em: 14 jul. 2019.

TRAVASSOS, William; COLIM, Alexandre. Pichador mata rival que "atropelou" pichação em São Paulo. SP no Ar, *Portal R7*, 2015. Disponível em:

<http://noticias.r7.com/sp-no-ar/videos/pichador-mata-rival-que-atropelou-pichacao-em-sao-paulo-16102015>. Acesso em: 24 maio 2017.

TRINDADE, Rafael. Foucault – O fim do suplício. *Razão Inadequada*. 2018.

Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/10/15/foucault-o-fim-do-suplicio/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

VALENTIM, Danielle. Jovens são detidos por pichação, mas proprietária diz que autorizou. *Correio do Estado*, Campo Grande, 08 jun. 2015. Disponível em:

<https://www.correiodoestado.com.br/cidades/jovens-sao-detidos-por-pixar-mas-proprietaria-diz-que-autorizou/248982/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

VELOSO, Teresa. *Comando de Caça aos Comunistas (CCC)*. CPDOC. FGV, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>. Acesso em: 20 set. 2018.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. TEMPO E ESPAÇO NA METRÓPOLE: breves reflexões sobre assincronias urbanas. *São Paulo Perspec.* [online], v.15, n.1, p. 3-12, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8584.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

WAINER, João. Pichação é arte. *Super Interessante*, São Paulo, n. 213, p.98, abril/maio 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/pichacao-e-arte/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

## ANEXO A – Reprodução de matéria da revista Veja – 06/07/1977

VEJA, 6 DE JULHO, 1977

## PROPAGANDA

## "Cão fila km 26"

Muros, pontes, viadutos, postes, muros, pedras, barrancos — praticamente não há superfície sólida no país a salvo da rústica, enigmática inscrição "Cão fila km 26". De São Paulo, alastrou-se por outros Estados e, hoje, aparece até na região portuária de Manaus. "O cão de fila vai ficar conhecido como banana", sentenciava Antenor Lara Campos, o "Tozinho", de tradicional e abastada família paulista. Em seu modesto e caótico escritório, numa ilhota particular da

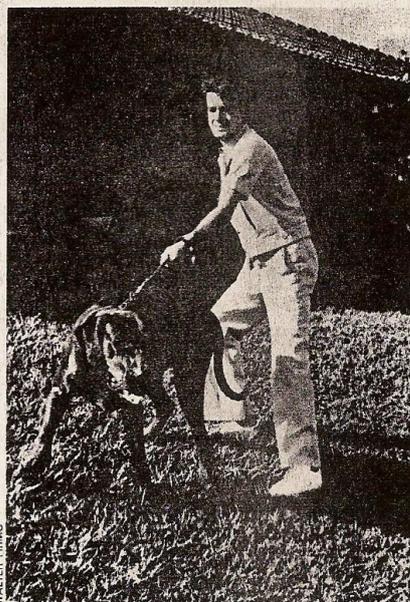
poluída represa Billings, à altura do quilômetro 26 da Estrada do Alvarenga, no município de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, alfinetes de cabeça colorida assinalam em mapas pregados nas paredes a expansão nacional das inscrições. "Estudei táticas de guerra em livros e revistas", explica ele. "É preciso atacar pelos flancos para fechar o cerco." Talvez, por isso mesmo, Tozinho se viu sitiado algumas vezes pela suspeita das autoridades. Em longas e lentas sortidas, numa camioneta carregada de latas de tinta, o excêntrico propagandista, que se incumbia pessoalmente da pintura, chegou mesmo a ser tomado por agente subversivo. Tanto que, aos ensinamentos tomados às artes marciais, colheu outros, na seara das ciências jurídicas. Aos que o interpelam com suspeitas replica brandindo um inseparável exemplar do Código Penal: "Mostra aqui onde é que eu estou errado".

**Canhões** — Cerca de 60% dos que lêem as inscrições, admite Tozinho, não as entendem. "Mas, de uma forma ou de outra, as pessoas acabam chegando aqui." Isto é, à sua ilhota particular, sede da Associação de Criadores de Fila Brasileiro, por ele mesmo fundada em 1972, e centro de suas atividades cinófilas, onde mantém um canil com 160 animais daquela raça. Ele alega receber cerca de 600 visitantes por mês, daí resultando, em média, a venda de vinte filhotes, a 7 000 cruzeiros por cabeça. Um apreciável resultado para tão primitiva modalidade publicitária, já praticada, em outros tempos, pelas Casas Pernambucanas e Casas Buri. Foi num precedente mais antigo, entretanto, que Tozinho confessa ter-se inspirado. "Na verdade, baseei-me nas campanhas eleito-



"Tozinho" e o cão de fila: tornar o produto tão conhecido como a banana

rais de Adhemar de Barros. Até hoje ainda se encontra o nome dele pintado em pontes e lugares semelhantes." A escolha dos locais, de resto, requer fina sensibilidade mercadológica. O Corcovado e o Pão de Açúcar, por exemplo, encontram-se a salvo das investidas de Tozinho: "Só estrangeiros aparecem nesses lugares". Os canhões do Forte de Copacabana, contudo, estão em sua mira. Assim que a área for liberada à construção de prédios, ele atacará de tinta, pincel e Código Penal.



Brando e "Yandu": fila de espera

A pouco mais de 70 quilômetros de Copacabana, por sinal, em Barra de Guaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, desenvolve-se outro florescente negócio desse mesmo ramo — o Consórcio Marajó, criado em setembro do ano passado, dedicado exclusivamente à comercialização de cães de fila. A idéia partiu do relações-públicas carioca Armando Brando. Inspirado num consórcio que um industrial paulista formou com amigos para explorar o cavalo "Falkland", reprodutor importado da Inglaterra, o loquaz Brando articulou seis amigos seus para, em consórcio, explorarem o reprodutor "Yandu", cão de fila brasileiro de boas características, criado por ele em seu sítio de Guaratiba. Hoje, o consórcio, para o qual cada membro contribuiu com 5 000 cruzeiros, conta, além de "Yandu", com mais um reprodutor e três fêmeas. Já foram vendidos oitenta filhotes, à média de 5 000 cruzeiros cada, e há 126 cadelas na fila para serem cobertas por "Yandu", a 10 000 cruzeiros por tarefa. Resultado de sucessivos cruzamentos entre o mastim inglês, o bloodhound e o buldogue, o fila brasileiro, segundo Brando, é vítima ainda de injusta fama de ferocidade. Um dos objetivos do comércio é convencer o público de que o fila é dócil, bonito e de manutenção barata. Uma mensagem ex-

cessivamente prolixa, por certo, para as sintéticas inscrições que seu colega Tozinho pretende pintar até nos canhões do Forte de Copacabana.

## ANEXO B – Acervo fotográfico de Pedro Vasciaveo



